



BIANCA BRIGUGLIO

**“DE CASA PARA O TRABALHO, DO  
TRABALHO PARA CASA: TRAJETÓRIAS DE  
EMPREGO E DESEMPREGO DE MULHERES  
NA CIDADE DE SÃO PAULO”**

**CAMPINAS  
2013**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**BIANCA BRIGUGLIO**

**“DE CASA PARA O TRABALHO, DO TRABALHO PARA  
CASA: TRAJETÓRIAS DE EMPREGO E DESEMPREGO  
DE MULHERES NA CIDADE DE SÃO PAULO”**

**Orientador(a): Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação na área de concentração Ciências Sociais em Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE  
DEFENDIDA PELA ALUNA BIANCA BRIGUGLIO  
E ORIENTADA PELA PROFA.DRA.APARECIDA NERI DE SOUZA

Assinatura do Orientador

A handwritten signature in black ink, appearing to be "A. Neri de Souza", is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive.

**CAMPINAS  
2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**  
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

B769d	Briguglio, Bianca, 1982- De casa para o trabalho, do trabalho para casa: trajetórias de emprego e desemprego de mulheres em São Paulo / Bianca Briguglio. – Campinas, SP: [s.n.], 2013.  Orientador: Aparecida Neri de Souza. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.  1. Qualificação profissional. 2. Trabalho. 3. Divisão do trabalho por sexo. 4. Relações de gênero. I. Souza, Aparecida Neri de, 1952- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	13-034/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês:** From home to work, from work to home: women's employment and unemployment trajectories in São Paulo

**Palavras-chave em inglês:**

Professional qualifications

Work

Division labor by sex

Gender relations

**Área de concentração:** Ciências Sociais na Educação

**Titulação:** Mestra em Educação

**Banca examinadora:**

Aparecida Neri de Souza (Orientador)

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

Maria Rosa Lombardi

**Data da defesa:** 26-03-2013

**Programa de pós-graduação:** Educação

**e-mail:** [biancabrig@gmail.com](mailto:biancabrig@gmail.com)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DE CASA PARA O TRABALHO, DO TRABALHO PARA CASA:  
TRAJETÓRIAS DE EMPREGO E DESEMPREGO DE MULHERES NA CIDADE  
DE SÃO PAULO.

Autor: BIANCA BRIGUGLIO

Orientador: Profa. Dra. APARECIDA NERI DE SOUZA

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação  
de Mestrado em defendida por BIANCA BRIGUGLIO e  
aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 26/02/2013



ORIENTADORA

COMISSÃO JULGADORA:



\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

À Tereza e Enrico,  
mais que um núcleo (familiar)

## **Agradecimentos**

Estudar, pesquisar e escrever podem ser verbos muito solitários, e geralmente o são. Esse é o espaço para agradecer a todos aqueles e aquelas que, através de sugestões de leitura, críticas, apoio, amizade e paciência contribuíram para este trabalho.

Antes de mais nada, considero fundamental agradecer todas as mulheres que lutaram, pois sem a luta feminista eu provavelmente não poderia ter frequentado a universidade (talvez nem calças pudesse estar usando): às mulheres que se rebelaram e que lutaram, que transformaram o que parecia imutável, que mudaram mentes, manifesto minha sincera gratidão e reverência;

Em seguida, agradeço minha orientadora, professora Aparecida Neri de Souza, pelo seu comprometimento e coerência, dedicação e paciência ao ensinar, pelas orientações objetivas, pelo cuidado que sempre teve comigo, pelos incontáveis favores (que se intensificaram quando fui morar longe), e pelo carinho embutido em nossas conversas;

Às professoras Liliana Segnini, Maria Rosa Lombardi e Selma Venco, que compuseram minha banca de qualificação e contribuíram enormemente para o trabalho final, tanto como bibliografia, quanto pelas valiosas sugestões e ensinamentos;

À coordenação do Senai Barra Funda, que me deu todo o apoio necessário para realização da pesquisa, aos homens e mulheres que estavam finalizando o curso quando iniciei o trabalho de campo e que fizeram a gentileza de conversar comigo, às docentes, que me receberam com carinho e paciência, e ainda insistiram para que eu levasse os produtos das aulas para casa;

Aos amigos “do” SERT e da Fundap, que muito mais que colegas de trabalho são pessoas fundamentais: Ana Paula, Laís, Gabriel, Karina, Marianna, Emily, Ingrid, Bel, Lena, Selma e Lucas. Sem o apoio e amizade de vocês, a pesquisa não teria sido possível. Sem o incentivo da professora Selma Venco, sequer concebida. Sem a confiança e autonomia concedida pelo meu então chefe, Lucas, impraticável. Faço uma menção especial à Laís da Costa Manso, amiga e companheira de viagens à Unicamp, pelos bons conselhos e palavras de solidariedade;

Aos colegas e amigos do Gepedisc, pelo acolhimento e amizade, pela leitura do trabalho em diversos estágios, pelo companheirismo: Alexsandra, Carol Cherfem, Débora, Miriam, Walkíria, Gabi, Poti e, com carinho especial, Liliane;

Às minhas companheiras de militância Bruna, Elaine, Laura, Mia e Erika, que me ensinaram muito mais do que o feminismo, também a sororidade e a lealdade, a reconhecer nossa força;

Às amigas incondicionais Bia e Tata, pela cumplicidade, compreensão e carinho;

Aos amigos de São Paulo, meus vizinhos, comadres e compadres, que a vida tão generosamente me permitiu ter próximos por tanto tempo, pelo apoio e compreensão, pelo carinho e pela amizade: Erika, Rafa, Ana Paula, Gi, Ripa, Vivian, Flávia, Ceretta, Ester, Itapira, Marcela, Diogo, e especialmente à Thaís, companheira de casa e de vida, pelo apoio, paciência e pelas valiosas dicas de sobrevivência conforme a pesquisa ia se aproximando do fim; um agradecimento especial ao amigo interoceânico Ion, cujo bom gosto musical embalou incontáveis sábados, domingos e feriados de trabalho;

Em Brasília, aos dieesianos e dieesianas: meu coordenador, Clóvis, e as amigas que tenho a sorte de ter como colegas de trabalho: Ana Paula e Fiorella; às amigas que minimizaram consideravelmente os transtornos da adaptação e a saudade de casa: Bel, Samira, Cathana, Jimeny, Renata e Kátia;

Finalmente, agradeço minha família, cuja confiança em mim excede muito a minha própria. Agradeço à minha mãe, que era feminista sem saber, pelo belo exemplo de luta e conquista que sempre me deu; e à minha vó, em cujos braços sempre me senti acolhida, ainda que eu insistisse em continuar estudando ao invés de procurar marido;

Ao meu irmão, companheiro para a vida toda, que me ajuda a vislumbrar a possibilidade de construir um mundo em que os homens estejam dispostos a rever suas condições de privilégio e construir relações igualitárias;

Ao meu pai, que se tornou grande companheiro, por estar ao meu lado sem medir esforços para me ajudar, por acreditar e reiterar sempre o (nosso) sonho de emancipação e igualdade.

## COZINHEIRA GRANFINA

*de Sá Roris, gravada por Carmen Miranda em 1939*

**Mulher** - Faça o favor de me dizer  
se foi aqui que anunciaram precisar  
de uma empregada como eu. Foi?

**Homem** - Foi! Foi aqui mesmo que se anunciou  
precisar de cozinheira de forno e fogão...  
Que entenda de fato do seu "métier"  
E que saiba fazer com perfeição...

**Mulher** - O quê?

**Homem** - ... croquetes, empadas, cozido, ensopado  
peru recheado, tutu de feijão  
Que acorde bem cedo e durma no aluguel  
Que seja asseada e que seja fiel  
Para evitar depois complicações  
eu quero saber já as suas condições

**Mulher** - As minhas condições agora eu vou dizer  
Primeiramente aviso não quero saber  
de lavar panelas e varrer cozinha  
Pois, não sou uma qualquer  
e guardo certa linha  
E louca por cinema eu sou de natureza  
E gosto de um moreno que é um colosso  
Adoto o sistema da semana inglesa  
Aos sábados eu saio depois do almoço  
E mais, sou empregada sindicalizada  
e quero férias, quero os meus papéis  
Não sou nada exigente, só trezentos mil réis  
vou querer de ordenado, pago adiantado

**Homem** - Tá louca?  
Não sei ainda como é que se chama...  
E será que a madama sabe fazer sala?

**Mulher** - Pois decerto seu moço, isso nem se fala...

**Homem** - E vai ver que a "princesa" toca o seu piano

**Mulher** - E arranho o francês e o italiano

**Homem** - Então eu lhe faço uma contraproposta

**Mulher** - Pois seja, seu moço, mas não tô disposta  
a aceitar coisa que não satisfaça

**Homem** - É mais negócio eu me casar consigo  
que a senhora trabalha para mim de graça

**Mulher** - Ah! é?

## Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	ix
<b>Resumo</b> .....	xvii
<i>Abstract</i> .....	xvii
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	xix
<b>Apresentação</b> .....	1
Caminhos teóricos e metodológicos .....	5
Procedimentos da pesquisa.....	10
Os entrevistados.....	11
Procedimentos de análise.....	23
Observação de campo: aulas de Confeitaria Básica .....	24
<b>Capítulo 1 – A busca por qualificação profissional</b> .....	35
O Programa Estadual de Qualificação Profissional – PEQ .....	36
A concepção de qualificação profissional do PEQ.....	38
A avaliação do PEQ para os entrevistados .....	50
Concluindo o capítulo.....	54
<b>Capítulo 2 – O mercado de trabalho paulista</b> .....	57
Trabalho informal, trabalho precário: o não emprego .....	58
Trajetórias de trabalho informal e por conta própria.....	64
Concluindo o capítulo.....	92
<b>Capítulo 3 – Escola, família e trabalho: um conflito inconciliável?</b> .....	95
Trajetórias de escolarização e trabalho: quem é pobre pode estudar?.....	96
A família como unidade social .....	106
O futuro dos filhos e filhas .....	125
Lazer: restrições ao descanso e ao tempo livre.....	129
Concluindo o capítulo.....	130
<b>Concluindo a dissertação</b> .....	132
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	136

## Resumo

A pesquisa tem por objetivo realizar uma comparação entre homens e mulheres que concluíram o curso de qualificação profissional em Confeitaria Básica, em 2011, observando como se articulam as relações entre trabalho, educação, qualificação profissional e arranjos familiares nas experiências de cada um, a partir de um enfoque nas desigualdades de gênero. O trabalho aborda o debate teórico sobre qualificação profissional e trabalho informal e precário, assim como a relação entre essas formas de trabalho e a família, pensada em sua dimensão de classe social. A análise proposta compreende, metodologicamente, duas categorias sociológicas: *relações sociais de sexo*, tomando como referência Daniele Kergoat e Helena Hirata; e *configuração*, construída por Norbert Elias. Apesar da condição de classe social aproximar homens e mulheres que vivenciam a realidade do trabalho precário, informal, instável e a marginalidade em relação aos direitos sociais e garantias trabalhistas, as mulheres experimentam outras formas de opressão e exclusão no mundo do trabalho, as quais só podem ser apreendidas a partir de uma perspectiva de gênero, considerando-se a rede de relações que envolvem o trabalho, a família e a educação.

**Palavras-chave:** qualificação profissional, trabalho informal, trabalho precário, divisão sexual do trabalho, relações de gênero, família.

## Abstract

*The research's objective is to compare men and women that have ended the professional qualification course of Basic Confectionery, in 2011, observing how the relations between work, education, professional qualification and family arrangements are articulated in each one's experience, from a gender inequality focus. The dissertation discusses the theoretical debate about professional qualification and informal and precarious forms of work, as the relation between these forms of work and family, in its social class dimension. The proposed analysis comprehend, methodologically, two sociological categories: sex social relations, taking Daniele Kergoat and Helena Hirata as references; and configuration, built by Norbert Elias. Even though the social class condition brings closer men and women who live the reality of the precarious, informal, instable work and the marginality regarding social rights and work guarantees, women experiment other forms of oppression and exclusion of the labor world, that can only be apprehended from a gender perspective, considering the relation's net that involve work, family and education.*

**Key words:** *professional qualification, informal work, precarious work, sexual division of labor, gender relations, family.*

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

CAGED - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego  
CV – Curriculum Vitae  
Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego  
PEQ - Programa Estadual de Qualificação Profissional  
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador  
PME – Pesquisa Mensal de Emprego  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo  
SDECT - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia  
Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados  
Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem nos Transportes  
SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo  
SIGAE – Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego  
SINE – Sistema Nacional de Empregos

## **Apresentação**

Esta pesquisa tem sua origem na minha trajetória profissional, na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT). Em 2007, já formada em Ciências Sociais, fui selecionada para trabalhar na SERT como assistente técnica na área de *Políticas de emprego e renda*. Face ao crescente desemprego, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio dessa Secretaria, elaborou um conjunto de ações e programas para aumentar as oportunidades de emprego e geração de renda, que estavam sob a denominação de Políticas de Emprego e Renda. Dentre estes programas, prevalece aquele que parte da hipótese de que, ao elevar a qualificação dos desempregados, aumentam suas chances de encontrar emprego ou de não perder o emprego já conquistado.

Nesse ano e no seguinte, trabalhei em um projeto de orientação profissional para pessoas em situação de desemprego. Tratava-se de oferecer informações e orientações, gratuitamente, ao trabalhador ou trabalhadora em procura de emprego. Ainda que sejam relevantes as orientações, pelas possibilidades de reflexão dos participantes sobre suas trajetórias profissionais e, possivelmente, melhorarem suas chances na busca por emprego, eu considerava insuficiente essa medida, pois não afetava a dinâmica do mercado de trabalho, ou seja, os níveis de emprego e desemprego.

Há que se considerar que os participantes do projeto de orientação profissional, grosso modo, tinham pouca escolaridade, pouca qualificação profissional e pertenciam a grupos sociais da periferia da cidade de São Paulo. Essas características sociais são tão relevantes nos processos de procura de emprego, que relegam a um segundo plano o peso dos conhecimentos sobre como se comportar numa entrevista ou elaborar um currículo.

Em 2009, passei a compor a equipe de trabalho do *Programa Estadual de Qualificação Profissional* (PEQ). Este programa, criado em 2007 e lançado em 2008, tem como objetivo qualificar, durante três meses, prioritariamente, homens e mulheres desempregados que tenham o ensino fundamental incompleto, na faixa etária entre 30 e 50 anos, portanto, o grupo social que, supostamente, teria menores chances de inserção no mercado de trabalho. A execução das ações do programa de qualificação é realizada por instituições educacionais públicas (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS) e privadas (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – Senac;

Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria – Senai; e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat).

Trabalhava junto à equipe composta de técnicos da SERT e da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap), na elaboração dos materiais didáticos e na supervisão dos cursos, assim como na formação de docentes. Meu trabalho cotidiano, até minha saída do Programa em 2011, foi, prioritariamente, a supervisão dos cursos de qualificação em diversas regiões do Estado. Esse trabalho oferecia a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento do projeto em quase todas as unidades e municípios. Foi possível, assim, não só ler as entrevistas com alunos e docentes, como também conhecer, um pouco, suas histórias e expectativas. Foi assim que me defrontei com a história de mulheres que relatavam dificuldades em se inserir no espaço público, qualificando-se para a inserção no mercado de trabalho, pela incompreensão dos homens, seus maridos. Embora a maioria dos participantes do Programa fosse constituída por mulheres, era frequente o relato sobre as dificuldades construídas pelos companheiros.

As relações sociais entre homens e mulheres escapavam às políticas de qualificação profissional, transcendiam-nas. Para além de ensinar um determinado ofício ou simplesmente transmitir um tipo de conhecimento, o Programa promovia situações de interação entre os participantes, troca de experiências, além de levar informações e fomentar a discussão sobre os direitos civis e sociais, como a Lei Maria da Penha, o que gerou situações problemáticas em diversos momentos e localidades.

O PEQ, ao colocar para essas mulheres a possibilidade de retomar os estudos formais ou mesmo conseguir um trabalho, pode ter contribuído para tornar mais agudo um problema doméstico que elas já vivenciavam, como a opressão por parte de suas famílias e a interdição a atividades realizadas fora do âmbito do lar. O Programa, voltado à qualificação profissional e orientação para o mundo do trabalho, acabava interferindo em outras dinâmicas e relações, mas também não possuía nenhum tipo de estrutura ou condição para lidar com elas depois.

Muitas mulheres relatavam que haviam abandonado os estudos escolares em função de gravidez precoce ou casamento na juventude, e passavam a ficar em casa para cuidar dos filhos pequenos. Depois que os filhos cresciam, elas desejavam retomar os estudos ou

buscar trabalho, mas eram barradas pela interdição dos maridos. Não raro, abandonavam o curso de qualificação profissional, porque não conseguiam chegar em casa, a tempo de preparar o jantar, antes de o marido retornar do trabalho. Não foram poucas as vezes que docentes deste programa procuravam a equipe da SERT para relatar as dificuldades em lidar com as situações de violência de gênero. As violências praticadas contra as mulheres iam desde o marido que seguia a companheira até a escola, que tinha crises de ciúme, até a mulher que deixava o curso, diante de ameaças de morte.

As questões referentes à violência contra a mulher e à opressão de gênero têm sido, desde 2005, foco de minha atividade política na militância feminista. Nessa direção, o conhecimento que adquiria durante o trabalho na SERT indicava-me as dificuldades no âmbito da política de qualificação de enfrentar as opressões de gênero. E, cada vez mais, parecia-me não haver medida que pudesse ser tomada no âmbito do programa, que pudesse minimizar esses problemas, ainda que eu me solidarizasse com aquelas mulheres. As desigualdades entre homens e mulheres, que as penalizavam mais que a eles, fosse em relação à violência doméstica, fosse em dificuldades para retomar os estudos formais, ou mesmo de conseguir um trabalho bem remunerado em função das responsabilidades junto à família ou trabalho doméstico, escapavam a qualquer medida que o Programa pudesse tomar.

Passei, então, a questionar por que o acesso ao espaço público, isto é, ao mundo do trabalho era tão dificultado para grande parte das mulheres. Perguntava-me se seriam as relações familiares o maior obstáculo ou se haveria outros. As relações entre homens e mulheres, como grupos sociais, são antagônicas, expressam relações de dominação em que as necessidades econômicas das famílias pareciam ser menores, já que precisavam dos salários de ambos para a sobrevivência do grupo familiar, mas a opressão sempre recaía sobre a mulher.

Ainda em 2009, comecei a buscar bibliografia para entender melhor essas questões e deparei-me com outras questões, muito mais amplas do que eu esperava. Entre os escritos das feministas, acabei encontrando mais perguntas. Dentre elas, por que muitas mulheres sentiam incômodos em fazer cursos na área da construção civil ou dos transportes? Por que as turmas de “Corte e Costura” eram preenchidas rapidamente? Por que havia demanda das

mulheres por cursos na área de “cuidados” e “secretariado”? Por que as mulheres que participavam do Programa de Qualificação Profissional queriam fazer cursos e arrumar trabalho “de mulher”? Por que muitas se recusavam a fazer cursos na área da indústria ou dos transportes, por exemplo, afirmando que depois não obteriam trabalho nessas áreas?

A partir de então, passei a estudar as relações das mulheres com o trabalho. Interrogava se, realmente, existem trabalhos de homens e trabalho “de mulheres”; se a família tem papel determinante na obtenção de emprego e influência no tipo de trabalho que se buscava; se a situação do desemprego igualava homens e mulheres; se os cursos de qualificação profissional contribuía para minimizar essas diferenças.

Foi nesta direção, que busquei outro espaço de reflexão para além do trabalho na SERT e na militância no movimento feminista. Construí o projeto de pesquisa para o programa de Mestrado em Educação a partir das indagações que o trabalho na SERT me colocava. Esta experiência profissional não só foi o ponto de partida como se constitui, largamente, o material empírico aqui analisado.

## Introdução

O objetivo geral desta dissertação é analisar as relações de gênero e desigualdades de sexo, a partir da trajetória de homens e mulheres que participaram do curso de qualificação profissional em Confeitaria Básica e que vivenciaram situações de busca de emprego na cidade de São Paulo, entre 2009 e 2011. A configuração dessas trajetórias se observa na articulação do movimento do mercado de trabalho e dos próprios depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, foi possível compreender as relações sociais nas quais as mulheres estão inseridas e como atuam na definição de estratégias profissionais e de sobrevivência; de que forma se dá o conflito entre a vida pública e a vida privada, a vida profissional e a vida pessoal, familiar.

A hipótese que norteou a pesquisa é a de que o fato de ser mulher se reflete nas relações sociais de trabalho, familiares e educacionais. A maneira e a forma pela qual se articulam essas relações, como se constroem no tempo e no espaço, apresenta uma série de condições que se colocam como obstáculos por vezes muito difíceis de serem transpostos na vida dessas mulheres. Essas condições relacionam-se não apenas à situação de classe<sup>1</sup> em que se encontram, mas também à condição de ser mulher.

## Caminhos teóricos e metodológicos

A análise proposta compreende, metodologicamente, duas categorias sociológicas: *relações sociais de gênero*, cunhada por Daniele Kergoat e Helena Hirata; e *configuração* (e nela contida a noção de *processo social*), elaborada por Norbert Elias. A partir destes pressupostos, foram construídos os procedimentos para a pesquisa, que serão abordados no próximo tópico desta introdução.

---

<sup>1</sup> A definição de classe ou situação de classe utilizada conceitualmente nesta dissertação não se refere à renda ou à dimensão ocupacional. Também não se refere à relação mecânica entre posição no processo produtivo e posicionamento de classe. O conceito de classe que empregamos se define pela posição e articulação dos níveis econômico, político e ideológico, conforme proposto por BENSÂID (1999): “A noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ele é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma”. (BENSÂID, 1999, p.147)

A noção de configuração, tratada aqui como estratégia metodológica de pesquisa, emerge de uma concepção de sociedade e de relações sociais em sociedade baseada em cadeias de interdependência entre os indivíduos e grupos de indivíduos. Nas palavras do próprio autor: “Porque o tema central da sociologia é a 'sociedade' e as sociedades, no fim das contas, não são mais que unidades compósitas em que os seres humanos individuais são as partes componentes” (ELIAS, 1986, p.77). A proposta metodológica de análise dessa unidade compósita, portanto, consistiria em conhecer as mulheres e os homens, “pessoas singulares e depois sobre as configurações formadas por muitas pessoas separadas (...) [que] se referem a dois níveis diferentes, mas inseparáveis do mundo humano” (*idem*, p.141).

A utilização desse conceito, nas palavras do autor, pretende

explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. Esta é a razão pela qual a sociologia não pode reduzir-se à psicologia, à biologia ou à física: o seu campo de estudo – as configurações de seres humanos interdependentes – não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos, é aconselhável um procedimento contrário – só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros (*ibidem*, p.78).

Assim, observar o movimento do mercado de trabalho e as trajetórias de mulheres em termos de uma configuração é colocar em evidência as relações de dominação. Relações estas que se estabelecem no interior da configuração entre dominados e dominadores, entre mulheres e homens, entre *outsiders* e *estabelecidos*. Isto é, permite enxergar, para além dos dualismos e da polarização, indivíduo e sociedade, pois não são separáveis.

O conceito de configuração em Elias é a forma pela qual esse autor expressa sua concepção da relação entre indivíduo e sociedade. Segundo ele: “o conceito de configuração serve, portanto, de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o 'indivíduo' e a 'sociedade' fossem antagônicos e diferentes” (*ibidem*, p.141).

Elias nos permite refletir sobre as relações de trabalho e de gênero, ou seja, sobre o mundo social, como uma rede de relações. O conceito de configuração assemelha-se à noção de *campo* de Pierre Bourdieu<sup>2</sup>, isto é, com referência a certos espaços de posições sociais. A definição de campo científico nos permite tal aproximação: “O campo científico – sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores – é o lugar e o espaço de uma luta concorrencial.” (BOURDIEU, 1976, p.88).

Dessa forma, pretendemos utilizar a noção de configuração, observando as redes de interdependência em que homens e mulheres estão inseridos, ou seja, cadeia de relações sociais em que se encontram.

No âmbito do presente trabalho, a noção de configuração auxilia-nos a pensar a condição das mulheres não só a partir da perspectiva individual, seja por meio das entrevistas realizadas, seja por meio das avaliações do programa estadual de qualificação, mas também a teia de relações mais amplas contidas nos depoimentos e dados analisados. Nesse caso, nos permitem conhecer em que medida a condição de mulher limita ou amplia suas possibilidades de trabalho, de busca de trabalho, de escolarização e de desenvolvimento de vida em família.

Para compreender as transformações no mundo do trabalho, especialmente no que se refere às mudanças no trabalho das mulheres, mas também de fenômenos mais recentes como a precarização do trabalho e das condições de trabalho, apoiar-nos-emos em outro conceito de Norbert Elias, sobre processo social. Segundo o autor, este conceito refere-se a transformações amplas e de longa duração<sup>3</sup>. Cabe ao sociólogo, ainda de acordo com Elias, conhecer os elementos que compõem o processo social, para atentar para *a direção* do processo.

Esta pesquisa não tem a intenção de realizar análise de longa duração: referimo--nos apenas aos anos de 2009 a 2011, na cidade de São Paulo. A noção de processo social nos interessa por seu caráter reversível e inacabado, como o apresenta Elias e, para entendê-lo, as noções de configuração e interdependência são pertinentes.

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, P. *A gênese dos conceitos de campo e habitus*. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

<sup>3</sup> Elias, N. *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 27.

A segunda categoria analítica que embasa o presente trabalho parte da contribuição das sociólogas Danièle Kergoat e Helena Hirata, cujas pesquisas no campo da divisão sexual do trabalho e das relações de sexo são fundamentais para delimitar e compreender nosso objeto de pesquisa. Partimos da premissa colocada por ambas, quando afirmam que “falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos, mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.597).

Retomando a origem do conceito de divisão sexual do trabalho, as autoras apontam a França, no início dos anos 1970, sob forte influência do movimento feminista, como local de surgimento de uma primeira onda de trabalhos que assentaram as bases teóricas para o conceito. Naquele momento, os trabalhos apontavam para uma opressão específica que se exerce sobre as mulheres, visibiliza-se o trabalho doméstico: “uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (*idem*, p.597).

A afirmação aponta para uma série de elementos, quando pensamos nos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na esfera do lar. Em primeiro lugar, trata-se de “uma enorme massa”. É comum a expressão “o trabalho doméstico não tem fim”. São diversas atividades que não se esgotam jamais: o cuidado com a casa é diário, e pelo dia todo. Depois, as autoras chamam atenção para o fato de que é realizado gratuitamente pelas mulheres. Ou seja, parte do não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho é a não remuneração, o não pagamento por esses serviços. Mais adiante, veremos os impactos que se expressam em questões práticas como a previdência social para milhares de mulheres.

Em terceiro lugar, a afirmação também chama atenção para a invisibilidade do trabalho doméstico. Um trabalho realizado diariamente, sem remuneração, sem ser reconhecido como trabalho e no âmbito do lar, configura a ideia de que não existiu trabalho, que não demandou atividade específica. A seguir, as autoras afirmam ser um trabalho realizado para os outros, e não para elas mesmas, as donas de casa.

Trata-se aqui, além do trabalho doméstico de manutenção e limpeza do lar, do trabalho de cuidados, seja com crianças pequenas, seja com pessoas mais idosas ou doentes, que requeiram atenção especial. Trata-se, também, de um pensamento que coloca as mulheres como “naturalmente” inclinadas aos trabalhos de cuidados, um pensamento que legitima os papéis sociais a partir dos sexos biológicos, como se a divisão sexual do trabalho se desse por uma questão fisiológica.

Finalmente, as autoras qualificam esse pensamento naturalista, apontando a carga de sentimentos que são atribuídos ao trabalho doméstico: o amor e o dever materno. O trabalho doméstico e de cuidados constitui-se como uma obrigação tácita da mulher, e deve ser realizado em nome do amor que ela sente pela família: é o seu dever de mãe e mulher.

Além disso, a perspectiva proposta por Daniele Kergoat (1986) implica uma abordagem de uma situação que não a cristalice, que parta do conceito de *relações sociais*, definida pelo antagonismo entre grupos ou classes sociais, que têm como elemento mais importante justamente a dinâmica, o que ressalta o caráter de luta, de antagonismo, de contradição entre os grupos sociais (p.82). A autora ainda propõe que, pensando a articulação entre as esferas de produção e reprodução, como proposição de análise das mulheres trabalhadoras (mais especificamente, operárias), é preciso trabalhar em termos de relações sociais de sexo e de classe, que ela nomeia relações de opressão e de exploração (p.83).

E é justamente a recusa de Kergoat em hierarquizar as relações sociais, ou seja, de afirmar que uma teria mais força ou seria mais determinante do que outra, que enriquece a análise que pretendemos nesta dissertação, e que se articula com o conceito de *configuração* de Norbert Elias. Trata-se de uma abordagem da situação das mulheres e homens trabalhadores que não afirma a predominância das relações de classe, gênero ou mesmo de raça, mas toma-as em conjunto, na forma como são vivenciadas e reproduzidas nas vidas dos indivíduos.

A desnaturalização do lugar e do papel da mulher dentro da família e no âmbito do lar é um dos eixos da presente pesquisa, especialmente na análise dos depoimentos.

## Procedimentos da pesquisa

Assim, com base nos aportes teóricos e metodológicos, apontados na seção anterior, a pesquisa foi desenvolvida numa perspectiva qualitativa, embora fundamentada em informações estatísticas referentes ao mercado de trabalho no Brasil e em São Paulo (Estado e cidade). Foram utilizados dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) sobre a RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) e o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) elaborados no Anuário das Mulheres Brasileiras (2011) produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir das fontes aqui citadas <sup>4</sup>.

A análise do mercado de trabalho justifica-se na medida em que existem especificidades no mercado de trabalho de uma grande metrópole como São Paulo, as quais são mais bem apreendidas nas estatísticas e suas séries históricas.

Compreender a lógica do mercado de trabalho e, mais detidamente, atentar para as questões pertinentes às movimentações das mulheres, isto é, a existência ou não de guetos ocupacionais, a discriminação na contratação de mulheres e se há ou não concentração de mulheres em empregos precários, entre outras questões, torna-se um imperativo para analisar como as mulheres entrevistadas lidam com as situações de emprego e desemprego. Assim, por meio desses dados, foi possível construir, ainda que preliminarmente, relações entre os relatos e a configuração do mercado de trabalho.

O principal procedimento utilizado, entretanto, foi a realização e posterior análise de sete entrevistas com homens e mulheres que concluíram o curso de Confeitaria Básica do PEQ no Senai Horácio Augusto da Silveira, localizado no bairro da Barra Funda, também chamado de Senai Barra Funda. As entrevistas em profundidade foram feitas no próprio

---

<sup>4</sup> A PED é realizada por meio de uma parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) nas grandes capitais e é elaborada considerando-se características regionais, com base no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). A fonte de informações da RAIS são os empregadores, que repassam ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informações sobre o estabelecimento e sobre os empregados, anualmente. O CAGED consiste na sistematização de informações sobre admissões e demissões no país.

espaço da unidade, após a observação de três aulas práticas na “planta industrial” da unidade, onde também foi possível observar a dinâmica de interação dos homens e mulheres participantes do curso. As observações de aula estão descritas no tópico “Observação de campo: aulas de Confeitaria Básica”.

A diversidade de fontes se apoia na apresentação que Federico Neiburg (2000, p. 9) faz à edição brasileira de *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder em uma comunidade*: “O tratamento de fontes diversas permite alcançar o conjunto de pontos de vista (e de posições sociais) que formam uma figuração social, e compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais” (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Os documentos oficiais analisados foram produzidos pela Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap), que apoiou a SERT na elaboração, no planejamento e execução do PEQ, desde 2007. Eles trazem informações detalhadas sobre o desenho e desenvolvimento do Programa Estadual de Qualificação Profissional.

Cabe ressaltar que, em função da minha experiência junto à equipe da SERT e da Fundap, inclusive na obtenção dos dados e elaboração desses relatórios, foi feita a opção metodológica de tratar apenas dos documentos e lidar somente com as informações que eles trazem. Assim, minimamente, pretende-se manter a objetividade no uso das informações produzidas pela própria Secretaria, eximindo-me de expressar minhas opiniões.

## **Os entrevistados**

Foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas (QUEIROZ, 1991, p.142) com dois homens e cinco mulheres. Os temas inicialmente pensados para serem abordados ao longo das entrevistas são apresentados a seguir:

### **a) Socioeconômico**

1. Nome, idade, cidade de nascimento, bairro de moradia atual;
2. Trabalho atual, tempo de busca de trabalho, vivência do desemprego;

### **b) Trajetória Escolar**

3. História escolar, vivência na escola, influência da família nos estudos;
4. Escolaridade dos pais, do/a cônjuge, dos/as filhos/as

5. Cursos ou outras atividades educativas;

**c) Curso de Qualificação**

6. Como soube do curso de qualificação da SERT, por que decidiu participar;

7. Avaliação do curso, aprendizados;

8. Mudança no ambiente do lar a partir do curso;

9. Experiência profissional na área de alimentos;

10. Apoio da família para fazer o curso;

**d) Trabalho e Trajetória Profissional**

11. Expectativas de trabalho, importância do curso para conseguir um trabalho;

12. Idade com que começou a trabalhar, trajetória profissional;

13. Apoio da família em relação ao trabalho;

**e) Família**

14. Papel dentro da família, responsabilidade sobre algum parente ou crianças;

15. Divisão do trabalho doméstico dentro de casa;

16. Como organiza o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa;

17. Atividades de lazer;

18. Descrição das tarefas no dia anterior.

Os entrevistados são apresentados no Quadro abaixo. Seus nomes foram substituídos por pseudônimos, para preservar a privacidade das pessoas que nos concederam entrevistas.

**Quadro 1 – Entrevistados por idade, escolaridade, situação de emprego e constituição de família**

<b>Entrevistados</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Emprego</b>	<b>Família</b>
<i>Neusa</i>	44 anos	1 ano do Ensino Médio	Empregada doméstica diarista	Casada, 3 filhos
<i>Frederico</i>	Aproximadamente 35 anos	1 ano do Ensino Médio	Desempregado	Solteiro, sem filhos
<i>Bernardo</i>	34 anos	Equivalente ao Ensino Fundamental completo	Almoxarife informal	Solteiro, sem filhos
<i>Soraia</i>	33 anos	Ensino Médio completo (supletivo)	Autônoma	Solteira, 1 filha
<i>Andrea</i>	43 anos	Ensino Fundamental	Manicure informal	Casada, 2 filhos

		Completo (supletivo)		
<b>Juraci</b>	54 anos	Ensino Fundamental incompleto (até a 4ª. série)	Empregada doméstica diarista	Casada, 3 filhas
<b>Sandra</b>	41 anos	Ensino Fundamental incompleto (até a 4ª. série)	Desempregada, buscava trabalho como empregada doméstica, diarista ou copeira	Solteira, sem filhos

As entrevistas foram realizadas fora do horário de aula, bem próximo do término do curso. As primeiras se deram pouco antes do início da aula, o que apresentou problemas com relação ao local da entrevista (a escola), a chegada dos colegas e o desvio de atenção das entrevistadas. As últimas foram realizadas após o término do curso, e assim foi possível fazer entrevistas mais longas, entre os dias 19 e 30 de abril de 2011.

Homens e mulheres foram entrevistados para que se pudesse realizar, ainda que superficialmente, uma comparação das trajetórias daqueles e daquelas que buscaram cursos de qualificação profissional, como forma de aumentar as possibilidades de conseguirem trabalho ou de buscar empregos melhores. As entrevistas com homens e mulheres permitem comparar as percepções sobre as relações entre trabalho, família e educação.

As três primeiras entrevistas, realizadas antes da conclusão do curso, com Andréa, Neusa e Sandra, foram mais curtas. As outras quatro, com Soraia, Frederico, Juraci e Bernardo, foram feitas depois da conclusão do curso, na unidade do Senai, mediante acordo com a Coordenadora. São entrevistas mais longas, feitas em uma sala de aula no primeiro andar, distante do espaço onde eles tinham aula e das plantas industriais.

Seguiu-se um roteiro semiestruturado que abrangia questões referentes ao curso, trabalho e busca de emprego, trajetória profissional, família, escolaridade e lazer, mas, principalmente nas últimas, passou-se a deixar os entrevistados mais livres para narrarem suas experiências e histórias de vida, atribuindo, de forma subjetiva, mais ou menos importância a determinados acontecimentos e, assim, construindo narrativas e descrevendo configurações.

O curso escolhido para embasar o presente trabalho foi o de Confeitaria Básica, por duas razões: a primeira de ordem prática e a segunda, metodológica. A primeira diz respeito

ao encerramento das atividades do PEQ, no primeiro semestre de 2011. Em função de questões burocráticas, referentes aos contratos com as instituições executoras, ligadas ao recurso financeiro aportado no ano anterior, todos os cursos deveriam encerrar-se até maio de 2011, e novos cursos se iniciariam apenas a partir de agosto do mesmo ano. Essa previsão não era totalmente segura, já que sempre existe a possibilidade de imprevistos no acerto de documentação para a assinatura do contrato, que podem acarretar atrasos no início dos cursos, como de fato aconteceu com o Senai que, no segundo semestre de 2011, executou cursos apenas a partir de outubro.

A segunda razão para a escolha do curso de Confeitaria, de ordem metodológica, remete à realização de aulas práticas em uma cozinha industrial, envolvendo o manuseio de equipamentos de cozinha e a mobilização de conhecimentos prévios na manipulação de alimentos e insumos para preparação de comida. As aulas do curso na cozinha permitiram entrever conhecimentos, habilidades e práticas que os participantes do curso já possuíam, ou não, assim como questionar, a partir das entrevistas, sua intimidade com esse espaço e a possibilidade de desenvolver nele, uma atividade profissional.

Foram entrevistadas cinco mulheres e dois homens, dos 13 alunos que concluíram o curso de Confeitaria Básica. Um rapaz que concluiu o curso se dispôs a dar entrevista, mas nunca comparecia quando combinávamos e, como me deixava constrangida recorrentemente, não insisti. Entrevistei os outros dois homens. Entrevistei as mulheres que se dispuseram a conversar comigo. Outras não tiveram confiança ou me disseram que “isso aí não adianta nada” ou “depois vai levar tudo que a gente falar no Governo”, e preferiram não falar.

Norbert Elias (2011), ao discutir a noção de configuração (ou de rede de interdependências) nos informa que os indivíduos formam redes entre si, seja pelos limites de comportamentos ou decisões, seja pelas articulações ou relações de poder, seja pelos processos de socialização e vivências. Interdependência não é sinônimo de interação social, mas de relações sociais com relações de poder. Assim, ao considerar as trajetórias dos entrevistados, devemos caracterizar comportamentos, escolhas, decisões sujeitas a diferentes forças sociais. Para reconstituir as trajetórias, devem ser levadas em conta as

ações, representações e relações dos entrevistados e entrevistadas, com o mercado de trabalho, com a família, com a escolarização e a qualificação profissional.

Os sujeitos entrevistados são compreendidos no conjunto de suas relações, e não somente pelo seu pertencimento de classe, grau de escolarização e/ou qualificação profissional ou condição no mercado de trabalho.

A apresentação dos entrevistados, cada um deles considerado um caso em estudo, baseia-se no que Bernard Lahire (2004) denomina “retratos sociológicos com história singular” (LAHIRE, 2004, p. X e XII).

De alguma maneira, cada indivíduo é o “depositário” de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradouras e intensas, em diversos grupos (dos menores aos maiores) e em diferentes formas de relações sociais. (...) [as entrevistas] não são simples ilustrações de contextos teóricos, mas mostram esquemas interpretativos na prática. Podem ser lidos tanto a partir dessa perspectiva reflexiva quanto como se fossem retratos sociológicos de pessoas com histórias singulares. (p.X, XI)

A metodologia utilizada por Lahire implicou a realização de seis entrevistas com cada sujeito, enquanto na presente pesquisa foi realizada apenas uma, e que não pretendia abarcar todas as experiências de vida desses homens e mulheres.

O objetivo da apresentação dos entrevistados é dar visibilidade às configurações de cada um deles, as relações familiares, de trabalho, de sua escolarização deles, considerando as trajetórias como expressão de comportamentos, escolhas e decisões submetidos às relações de poder, conforme proposição de Elias.

A seguir, portanto, apresentamos resumidamente os sete entrevistados.

## **Andréa**

Branca, 43 anos (nasceu em 1968), é casada e tem dois filhos. Migrou da Bahia para São Paulo com os pais e cinco irmãos, aos 9 anos (1977), em função de doença do pai, que veio para São Paulo fazer tratamento de saúde e, posteriormente, trouxe a família. Foram morar em Pirituba. O pai não estudou e a mãe concluiu o ensino fundamental.

Começou a trabalhar com 12 anos (1980), como empregada doméstica em casa de família. Trabalhou como diarista, babá e dama de companhia, como ajudante geral, auxiliar em linha de produção e auxiliar de limpeza em empresas – emprego que conseguiu por meio de agências de emprego e de amigos, período no qual nasceu sua primeira filha, em 1989. Atualmente, trabalha como manicure, após ter realizado um curso para essa profissão.

Concluiu os estudos depois de adulta, em um curso supletivo, pois havia parado de estudar quando começou a trabalhar. Estava grávida do segundo filho em 2000, quando voltou a estudar e concluiu o ensino fundamental. Na época, conseguia conciliar o horário de trabalho de dama de companhia de senhora idosa na Casa Verde, com os estudos.

Casou-se duas vezes. O primeiro casamento foi aos 20 anos, e durou 3 anos, do qual teve uma filha, atualmente com 22 anos, pedagoga, que também é casada. Casou--se pela segunda vez aos 32 anos, há 13 anos, e tem um filho de 11 anos que vai à escola. O marido tem estudo universitário.

## **Bernardo**

Equatoriano, andino, 34 anos, é solteiro e sem filhos. A entrevista com Bernardo consistiu em longa narrativa sobre sua viagem de Guayaquil, Equador, até São Paulo, Brasil.

Ele saiu de Guayaquil, com um amigo, para chegar a São Paulo e viver uma aventura, em 2003. O amigo aprendeu a fazer tatuagem e, junto com diversos “bicos” que ambos realizavam nas cidades em que paravam, juntavam dinheiro para continuar viajando. Do Equador, passaram pela Colômbia, Venezuela e entraram no Brasil por Roraima. De Roraima, de carona, foram até Manaus, Belém do Pará, Parintins, Campinas e São Paulo.

Em Manaus, foram presos por não estarem com os carimbos de entrada no passaporte, e em seguida soltos. Em São Paulo, foram enviados, pelo serviço de assistência social municipal, a um dos hotéis sociais de acolhida. Conseguiu trabalho em uma empresa de importação de utilidades domésticas, em seguida foi trabalhar com o filho do gerente dessa empresa, como almoxarife, trabalho em que está até hoje. Não tem registro e afirma que não pede ao patrão, pois este o ajudou muito quando precisava regularizar seus documentos.

Sobre sua infância no Equador, afirma que os pais tinham comércio no centro e que morava no *barrio* (bairro de periferia) com os irmãos e a avó. Não fazia nenhum tipo de trabalho doméstico, embora tenha afirmado que o pai o ensinara a cozinhar. Quando a mãe voltou a morar na casa com eles, cuidava de todo o trabalho doméstico.

Abandonou a escola “por preguiça mesmo” e porque preferia “ir a outros lugares” em 1991, aos 14 anos.

## Soraia

Branca, 41 anos, descendente de japoneses, divorciada, tem uma filha de 24 anos e uma neta bebê. Casou--se aos 17 anos, grávida. Separou-se aos 21 anos, em 1988. Começou a procurar trabalho aos 24 anos, sem sucesso. Nem o pai nem o marido a deixavam trabalhar. Para ambos, lugar de mulher era em casa.

Não conseguindo entrar no mercado de trabalho formal, decidiu fazer cursos de qualificação. O primeiro, junto à Força Sindical, de ourivesaria, só lhe apresentava a possibilidade de trabalhar como autônoma e tinha um custo de produção muito alto.

Fez um segundo curso, de relojoaria, também na Força Sindical e não conseguia uma colocação no mercado de trabalho por ser mulher. Comprou um equipamento para consertar relógios e aprendeu sozinha como consertá-los, por tentativa e erro. Estudou, pesquisou na *internet* e conversou com pessoas do ramo, e hoje vive de consertar esse instrumento.

Fez o curso de confeitaria para cafeteria, depois o curso de confeitaria básica da SERT, em seguida o curso de pães integrais (todos no Senai da Barra Funda) com objetivo de conseguir trabalho em uma padaria. Novamente, não conseguiu trabalho na produção por ser mulher. Foi chamada para trabalhar como balconista em padaria, mas não aceitou, pois a remuneração era muito inferior. Está tentando trabalhar nessa área como autônoma, oferecendo alimentos para eventos.

Vive sozinha e divide os cuidados com a mãe idosa com uma irmã. Tem uma filha de 24 anos que vive na França (tem dupla cidadania por causa do pai) e acaba de ter uma filha também. Tem boa relação com o ex-marido. Namora há 10 anos e não quer morar junto com o namorado, pois teme “virar eletrodoméstico”.

## Frederico

Frederico, carioca de 40 anos, é branco, solteiro e sem filhos. Vive no Rio de Janeiro. Sua principal fonte de renda é uma casa que possui e aluga, já que mora na casa da mãe. Veio para São Paulo a convite do irmão, cuja esposa está fazendo tratamento no Hospital das Clínicas. Está desempregado e veio para fazer curso de qualificação de eletricitista e aproveitou a oportunidade de fazer o curso de confeitaria.

Trabalhou por cinco anos (não consecutivos) em um restaurante, o trabalho de que mais gostou; no entanto não quis continuar porque tinha que trabalhar nos fins de semana e Frederico é adventista, e os adventistas guardam os sábados... Afirma que no trabalho adquiriu “a prática”, mas que já havia aprendido a cozinhar com seu pai, que era cozinheiro, e o ensinara a fazer “alguns pratos”.

É o irmão do meio de 11 filhos. A mãe sempre trabalhou fora, vendendo roupas e como camelô, o pai tinha uma mercearia. Frederico trabalhava ajudando os dois. Apesar de os dois trabalharem, afirma que a mãe “nunca deixou de fazer” serviço de casa, mas que o pai “não tinha tempo” para ensinar. Em sua casa, os irmãos mais velhos cuidavam dos mais novos.

Abandonou a escola na quarta-série, com o apoio da mãe. Esta o inscreveu em um programa para jovens aprendizes aos 14 anos, onde trabalhou até os 18, como *office boy*. Mais tarde, tentou retomar os estudos por diversas vezes, mas o abandonava porque “sempre desanimava”. Pensa em voltar a estudar e se animou com Educação de Jovens e Adultos (EJA)<sup>5</sup> que o irmão estava cursando.

Serviu o Exército, onde trabalhou como auxiliar de enfermagem e onde aprendeu a trabalhar em almoxarifado. Trabalhou como almoxarife quando saiu do exército, trabalhou como secretário da Rádio Roquete Pinto, trabalhou como ajudante de obra e como almoxarife em laboratório. Pretende voltar ao Rio de Janeiro e procurar trabalho como eletricitista.

---

<sup>5</sup> A Educação de Jovens e Adultos, chamada de EJA, é uma forma de ensino da rede pública no Brasil que tem como objetivo desenvolver o ensino Fundamental e Médio para as pessoas que não concluíram os estudos formais na idade correspondente.

## Juraci

Juraci é uma senhora negra de 54 anos que mora na Cohab de Taipas. Ela vivia na favela de Vila Penteado, na Freguesia do Ó, mas durante a gestão Erundina começou a frequentar as reuniões para legalizar seu terreno e se inscreveu no programa de habitação para conseguir a casa própria em Taipas, onde mora há 22 anos.

Tem quatro filhos: um rapaz e uma moça do primeiro casamento e duas moças do segundo casamento. O primeiro casamento se deu quando ela tinha entre 18 e 19 anos, tendo ficado cinco anos casada. Separaram-se e ela cuidou dos filhos, sozinha. Casou-se novamente quando tinha 30 anos, e ficaram juntos por 17 anos. Separaram-se há cinco anos porque o marido começou a beber e a agredi-la, assim como às filhas. Foi necessária intervenção da polícia.

Cresceu na roça, onde o pai era caseiro de sítio, e cuidava dos irmãos mais novos e do rebanho de ovelhas. Foi mandada para trabalhar em casa de família no interior de Minas Gerais aos nove anos com a irmã, onde ficaram até os 14 anos, quando foram novamente mandadas para o mesmo serviço numa casa de família em Belo Horizonte. A partir de então, foi empregada doméstica, babá e cozinheira em diversas casas de família, até que começou a trabalhar em empresas como costureira.

Decidiu voltar ao trabalho de empregada doméstica diarista, porque se sentia “muito presa” nas empresas. Quando conseguiu a casa própria, montou uma oficina de costura em sua casa, mas agora não está costurando para fora porque precisa de uma máquina que é cara e tem que juntar dinheiro para comprá-la.

Tem presença constante e forte junto à comunidade evangélica do bairro, sendo conhecida por todos. Afirma que aprendeu a ler direito com a Bíblia. Aos finais de semana, além da igreja, sai com a filha mais nova, o genro e o neto para passear e comer em lanchonete.

## Neusa

Branca, 44 anos, Neusa saiu da casa da mãe, na Bahia, e veio morar com os tios em São Paulo, que a incentivavam a trabalhar, e o tio chegou a lhe pagar um curso de datilografia. Então, começou a trabalhar como auxiliar de escritório, foi balconista de loja, manicure e empregada diarista.

Seu último emprego formal foi no supermercado Sondas, onde era ajudante de cozinha. Ela pediu para não ser registrada, pois sabia que não ia ficar por muito tempo. Trabalhava muito, tinha dores na coluna e “ficava muito presa”. Segundo ela, o trabalho era uma “escravidão”.

Ela engravidou pela primeira vez aos 22 anos, depois aos 24 e aos 26 anos. Na terceira gravidez, teve que sair do emprego e não conseguiu mais retornar ao mercado de emprego formal. O seu terceiro filho nasceu em um momento “muito precário”, e foi mandado para ser criado pela avó na Bahia, tendo retornado, recentemente, para a casa dos pais em São Paulo.

Atualmente, trabalha como empregada doméstica diarista, mas se declara desempregada. Afirma que as maiores dificuldades para conseguir um emprego são a falta de experiência e de escolaridade, e a idade avançada, 44 anos.

É a única responsável por todos os afazeres domésticos da casa, além de cozinhar e passar roupa para os três filhos. Diz que ninguém a ajuda em casa porque não teve filha mulher. Diz que se sente muito cansada em função do trabalho doméstico, e que o marido e os filhos são “indiferentes” ao que ela quer fazer (trabalhar, cursos). Não realiza nenhuma atividade de lazer e não frequenta igreja.

## Sandra

Sandra é negra, tem 41 anos, solteira e sem filhos. Usa óculos e tem dificuldades para se expressar, com problemas na fala. Seu depoimento é vago e inconsistente, repleto de contradições. Ao longo da entrevista, chorou muito e passou o restante da noite tristonha e chorosa.

Começou a trabalhar bem jovem, cuidando dos sobrinhos. Antes deles, afirma que cuidou dos 7 irmãos mais novos, “nunca tive infância, fui crescendo rápido”. Seus pais migraram da Bahia para São Paulo, e Sandra nasceu aqui.

Aos 18 anos foi “arrumar serviço”, trabalhando como empregada doméstica, e trabalhou em três casas de família. Trabalhou em diversas empresas terceirizadas de limpeza, como faxineira, em escritórios e edifícios comerciais. Afirma que trabalhar para as empresas terceirizadas é muito ruim, pois há poucos insumos para o trabalho.

Segundo ela, “não dá sorte”, e quando consegue trabalho, fica por 2 ou 3 meses apenas, e logo é mandada embora. Contou diversas situações em que não era chamada para o emprego ou que ficava apenas três dias, porque alguém da empresa “não ia com a sua cara”.

Morava com os pais, a quem ajudava quando estava trabalhando. Eles juntaram dinheiro e voltaram para o interior da Bahia, deixando-a aqui. Vive de favor na casa de uma irmã e pareceu muito ressentida, pois diz ser maltratada e passar dificuldade.

Estudou apenas até o 4º ano do ensino fundamental, pois brigava muito na escola e, em casa “era aquela desestruturação”. Tentou diversas vezes voltar a estudar, mas não conseguia, porque estava sempre indo pra Bahia e voltando, sem ter planejamento. Não tem nenhuma atividade de lazer e não frequenta igreja.

Mesmo a partir dos resumos apresentados, em que se descrevem de forma sintética as trajetórias de vida dos entrevistados, é possível perceber que todos remetem a experiências de trabalho informal e precário, realizado à margem dos direitos sociais associados ao trabalho, sem nenhuma forma de estabilidade e com baixos rendimentos, não só no momento da entrevista, como ao longo de suas trajetórias profissionais. Também é possível apreender trajetórias de ensino formal, que foram interrompidas na infância ou adolescência.

## **Procedimentos de análise**

A análise das entrevistas foi realizada a partir do surgimento de temas recorrentes aos entrevistados, tanto a partir do que estava presente no roteiro semi-estruturado de perguntas para a entrevista, quanto a partir do que os sujeitos consideraram importante expressar e a relevância que atribuíram a determinados assuntos. A partir desses temas, ainda que se observem características muito subjetivas nas narrativas, foi possível estabelecer comparações, diferenças e semelhanças entre aquelas trajetórias.

O referencial teórico que norteou a análise dos depoimentos inscreve-se nas proposições de Norbert Elias, como já exposto anteriormente. A noção fundamental de que a individualidade se constitui a partir do pertencimento a um determinado grupo social que tem uma história e que “... tudo o que somos e em que nos transformamos se dá em relação aos outros” (ELIAS, 1994, p.57). Mais uma vez, a noção de *configuração* auxilia-nos a pensar as trajetórias pessoais, profissionais e educativas de cada um dos sujeitos entrevistados, não como uma história isolada, mas como narrativa construída dentro de um conjunto de relações.

Nessa rede [de inter-relações], muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede, nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se

modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele. (ELIAS, 1994, p.35)

Cada ser humano está inserido em uma estrutura social que, mesmo possuindo inúmeros elementos comuns a muitos outros indivíduos, configura-se de forma única para cada um, por meio da família, da escola e das diversas instituições nas quais a pessoa está inserida. Cada ser humano está sujeito a forças que se exercem sobre ele e que são exercidas por ele mesmo, que formam uma configuração única no processo de interdependência mantida com os outros integrantes do grupo ao qual pertence.

Além das entrevistas, empreendemos observação das aulas práticas, ministradas em uma planta industrial do Senai, justamente para poder ver a forma como esses indivíduos que foram entrevistados se comportavam em situações de interação, não apenas entre si, mas também com o espaço da produção de alimentos. A partir das observações na cozinha industrial, foi possível enriquecer algumas perguntas nas entrevistas, assim como problematizar determinados comportamentos.

A seguir, apresentamos o “caderno de campo”, com as anotações realizadas ao longo das observações que foram empreendidas em três aulas práticas do curso de Confeitaria Básica no Senai Horácio Augusto da Silveira, entre os dias 29 de abril e 12 de maio de 2011.

### **Observação de campo: aulas de Confeitaria Básica**

A observação de determinada situação consiste em um método específico de documentação e recolhimento de dados empregado pelas Ciências Sociais, muitas vezes identificada com a expressão “trabalho de campo”, oriunda da metodologia da etnografia francesa, ou com a expressão *field work*, segundo a tradição antropológica inglesa ou da etnografia norte-americana. A observação significa uma presença sistemática, e muitas vezes demorada, nos próprios locais da pesquisa, no seio do grupo social estudado (PERETZ, 2000).

A observação que empreendemos na presente pesquisa foi, conforme descrição de Henri Peretz (2000):

No sentido mais restrito e melhor delimitado, a observação consiste em estar presente e envolvido numa situação social para registrar e interpretar, procurando não modificá-la. Essa situação social é sempre o resultado de uma interação entre os próprios participantes e, de algum modo, entre os participantes e o observador; ela toma então a forma de acontecimentos compostos de sequências sucessivas, com um princípio e um fim. (PERETZ, 2000, p.13)

Foram observadas três aulas práticas nas “plantas industriais” do Senai. “Plantas industriais” são os espaços educativos para preparação dos alimentos, compostos por fornos industriais, geladeiras, mesas de trabalho, pia e os equipamentos necessários para a produção. Nessa unidade, as plantas são equipadas para os cursos de Manipulador de Alimentos, Panificação, Confeitaria, Produção de Sorvetes, Produção de Chocolates e Confeitaria Fina – basicamente decoração de bolos.

A turma do PEQ na unidade foi iniciada com 32 alunos, que realizaram todas as aulas do ciclo de conhecimentos básicos juntos, durante os dois primeiros meses do curso. Ao término desse ciclo, iniciaram-se as aulas práticas de conhecimentos específicos de Confeitaria Básica, e a turma foi dividida em dois grupos. Os grupos trabalhavam em plantas contíguas, divididas por um vidro. Enquanto um grupo trabalhava com a confeitaria “seca” com uma docente (biscoitos, bolos, salgados), o outro trabalhava a confeitaria “úmida”, com outra (pudins, docinhos).

Junto aos alunos do PEQ, havia 3 alunas do curso técnico de Confeitaria do Senai, que estavam preparando-se para participar das Olimpíadas, uma competição realizada entre alunos de diversos Senais, em que “os competidores” devem preparar uma série de alimentos em determinado espaço de tempo. Elas precisavam de mais tempo de “laboratório” e de mais experiência no preparo, por isso, estavam auxiliando as docentes nos cursos do PEQ.

No momento da observação de aula, as duas turmas tinham apenas 6 alunos do PEQ cada uma. A turma que trabalhava com a confeitaria úmida parecia ser maior em função da presença das alunas do ensino técnico. As duas docentes me informaram que era normal

que diminuísse a quantidade de alunos, conforme o curso se aproximava da conclusão, e que entre 6 e 10 alunos era o número ideal para trabalhar nas plantas.

A turma de confeitaria seca trabalhava com uma professora mais rigorosa, de forma aparentemente muito organizada. Eram 5 mulheres e apenas um homem. A turma da confeitaria úmida era composta por 6 alunos também, mas eram 4 mulheres e dois homens. A primeira observação de aula foi realizada na turma de confeitaria úmida.

A observação das aulas práticas, que consistiam na organização dos ingredientes (separação e pesagem), arrumação do espaço de trabalho, preparo de alimentos (chamados de “produtos”) e posterior limpeza do espaço, revelou uma diferença entre homens e mulheres no espaço da cozinha. As mulheres pareciam muito mais à vontade, não precisavam receber instruções em relação à limpeza, manuseavam os equipamentos sem medo. Os homens só agiam quando requisitados e cuidadosamente orientados, não mexiam em nenhum equipamento se não houvesse uma mulher ensinando (não necessariamente a docente, mas qualquer colega do curso). Quando não sabiam o que fazer, passavam a seguir alguma colega ou a docente, prestando bastante atenção nas instruções que lhes passavam ou complementando alguma atividade que elas estavam realizando, como secar a louça ou jogar açúcar nas formas untadas.

Um dos homens que estavam participando da aula, o equatoriano Bernardo, era o responsável pelo forno. Quando a preparação estava pronta, a professora já lhe passou as luvas e ele ficou o resto da aula ao lado do forno, colocando e retirando os produtos, colocando água nas formas de banho-maria e verificando se estavam secando. Ele não participou mais da elaboração dos alimentos e nem da limpeza, já que ficou nessa outra função, segundo a professora “mais perigosa, porque o forno é muito quente e as formas são pesadas”.

Os alimentos foram colocados nos fornos e a docente, com a ajuda de Bernardo e de outras alunas, começaram a trazer uma série de formas da geladeira, com os produtos que foram preparados no dia anterior. Eram principalmente pudins. Ela os ensinou como desenformá-los dando um “banho inverso”: a técnica consiste em colocar as formas que acabaram de sair da geladeira e que, portanto, estão geladas, em um rápido banho-maria

com água quente, e assim desenformam mais rápido e com menos risco de se romperem os pudins.

Todas as mulheres ficavam ao redor da mesa, desenformando os pudins (são muitas forminhas pequenas, em diversos formatos) e apenas Bernardo as acompanhava, sempre pedindo ajuda e observando as colegas. O outro rapaz, naquele momento, parecia perdido na planta. Andava de um lado para outro, como se procurasse algo para fazer. A professora chamou-o, pedindo que ajudasse os colegas. Ele foi, mas sentia-se inseguro, desenformou apenas alguns dos pudins, com ajuda das colegas.

Pude notar que Bernardo era um aluno muito animado, conversava com todas as pessoas da turma, participava de todas as etapas e, embora não o fizesse voluntariamente, estava sempre auxiliando as colegas na pia. O outro rapaz era mais passivo e tinha postura de medo e distância dos utensílios. Só tocava ou mexia nas coisas quando solicitado e o fazia com muito cuidado. Segundo a professora, ele constantemente ia às aulas embriagado e tinha problemas psicológicos, o que também me foi relatado por uma aluna.

Os produtos que já assados foram colocados em geladeiras, pois só seriam manuseados novamente no dia seguinte, e iniciou-se a divisão dos produtos do dia anterior. Todos os alunos trouxeram potes de casa e colocaram-nos sobre a mesa. A professora foi repartindo todos os pudins e distribuindo-os nos potes. Enquanto a professora distribuía os doces, a maior parte das alunas já estava lavando todas as assadeiras, limpando as mesas, guardando os ingredientes que foram utilizados, e secando tudo com papel toalha.

Quando a planta estava toda limpa, os alunos passaram para a sala preparatória, que fica ao lado, onde tiraram as toucas e aventais, guardaram seus potes com comida e receberam o lanche da SERT (composto de sanduíche, suco e fruta, que deveria ser entregue no meio da aula, mas não fora possível, em função da dinâmica da aula na planta), responderam à chamada, despediram-se e foram embora. A outra turma, de confeitaria seca, havia terminado seus trabalhos antes e já havia sido dispensada.

No dia seguinte, acompanhei a aula da turma de confeitaria seca. Pude perceber uma maior familiaridade das mulheres com o ambiente de preparo de alimentos, em relação ao rapaz que estava trabalhando com elas. Isso se expressou, principalmente, na utilização das técnicas de higiene e lavagem dos utensílios. As mulheres iam lavando todos os utensílios

conforme iam sendo utilizados, enquanto o homem nem se aproximou da pia, exceto quando requisitado diretamente pela professora. Mais tarde, pude ouvir uma conversa entre alunas, e elas reclamavam justamente do fato de que ele não fazia “a parte chata”: lavar os equipamentos, guardá-los e limpar as mesas, assim como separar gemas e claras dos ovos, picar ou cortar alimentos.

Nessa turma, as mulheres também estavam muito concentradas em anotar todos os procedimentos na apostila, enquanto o homem apenas anotou as quantidades que foram utilizadas. As mulheres pareciam muito entrosadas e à vontade.

A terceira observação de aula foi realizada novamente na turma de confeitaria úmida, porque a aula me pareceu mais rica e interativa. A professora os dividiu em duplas: cada aluna do curso técnico ficou com uma aluna e uma das alunas do PEQ, Soraia, ficou com o aluno equatoriano, Bernardo, e outra aluna, Giselle. Ele trabalha animado e sorrindo, mas apenas obedecia ao que lhe mandam fazer: pegava *bowl*s, insumos, assadeiras, procurava coisas. Depois que Soraia o ensinou a utilizar a balança para pesar os ingredientes, passava um tempo pesando tudo que seria utilizado.

O outro rapaz não fazia nada. Se ninguém o mandasse fazer alguma coisa, ficava parado, ou andando de um lado para o outro da planta. Para, observa o que os outros estão fazendo, mas não toca em nada. Uma senhora, dona Juraci, pede-lhe que pegue etiquetas para anotar a data de armazenamento de um ingrediente. Ele respondeu simplesmente: “etiquetas eu sei onde ficam ali [na outra planta], aqui não sei” e saiu andando, até a outra mesa, para observar o trabalho das outras colegas. Uma das meninas do curso técnico traz a etiqueta, a pedido de dona Juraci, e ensina-a como preenchê-la.

A professora, vendo que o rapaz não está ajudando ninguém, pede que ele unte as formas que serão utilizadas – a aula consiste no preparo de bolos pães-de-ló. Ele pergunta se deve usar papel, pano ou a mão. A professora, pacientemente, responde que pode usar a mão, mas que o melhor é usar um papel. Ele pega um pedaço de papel toalha e um pote de plástico com margarina que está sobre a mesa. Uma das alunas interveio e disse que ele não podia usar aquela margarina, ele começou a discutir com ela, insistindo. A professora disse para a aluna: “explique para ele por que não pode usar essa margarina”. A aluna respondeu

que aquela margarina já tinha sido pesada para entrar na receita e apontou a geladeira para ele. Outra aluna abriu a geladeira, pegou o pote de margarina e lhe deu.

Toda vez que ele recebia uma orientação ou ordem, confirmava com alguma colega, perguntando novamente o que tinha que fazer. Então, começou a untar a assadeira, mas ficava o tempo todo perguntando para as colegas “é assim? É assim? A do pão era assim? Será que tem que ficar transparente? Está certo?” Uma das colegas, Soraia, interveio, e explicou como ele deveria untar aquela forma, em que vai ser colocado o papel manteiga. Deve-se passar a manteiga apenas dos lados e fazer um X no centro da forma, que serviria apenas para prender o papel manteiga.

A professora, então, pegou a assadeira e untou-a, explicando para a turma como deve ser feito, por que se utilizava o papel manteiga, por que essa forma de untar era diferente. Então Bernardo e o rapaz passaram a untar as formas, sozinhos. Bernardo até rasgou o papel manteiga colocando-o sobre a forma, amassando o papel, enrolando as pontas (e assim o papel corre risco de queimar). A professora voltou e, pacientemente, explicou: “É como fazer uma pipa, vê? A própria margarina cola o papel. Quando você estiver trabalhando na produção em uma padaria, seu patrão vai perguntar por que você está demorando tanto, ele vai estar te olhando”. Ela assentou o papel e os homens fizeram as outras.

Foi interessante perceber a natureza do conselho que a professora passou para os homens que não conseguiam colocar o papel manteiga na assadeira, de que eles teriam que repetir esse trabalho, quando estivessem trabalhando em uma padaria. Normalmente, a professora utilizava exemplos e dava sugestões que remetiam ao trabalho por conta própria: incontáveis vezes, ao longo dos procedimentos, ela deu dicas e sugestões de armazenamento, congelamento, venda e locais para comprar os utensílios de preparo.

Ao longo da aula, em que, além dos pães-de-ló também foram preparadas cocadinhas e bom-bocados, notou-se, novamente, a pró-atividade de Bernardo em contraposição à falta de iniciativa e até de saber o que fazer do outro rapaz. Enquanto o rapaz ia de grupo em grupo observando, sem tocar em nada, indo eventualmente para perto da pia e secando louça, Bernardo aproximava-se das mulheres que estavam fazendo as cocadas, observava-as por alguns instantes, depois pegava uma colher e começava a fazer

também. Mais tarde, aproximava-se da professora e pedia “professora, quero ajudar a mexer [o bolo na batedeira]”, ao que a professora lhe indicou a outra batedeira. Ele ia ligar a batedeira, quando três alunas que estavam próximas não deixaram, “falta o colarinho”. Pacientemente, explicaram a função desse acessório que se coloca sobre a tigela da batedeira, para que não transborde, e, então, ele ligou a batedeira.

A aula estava terminando. Bernardo se afastou e foi conversar com a faxineira do Senai. O outro rapaz ficou na pia lavando toda a louça, enquanto as colegas levavam os equipamentos até lá, e uma ou outra se revezam para ir secando. Os bolos saíam do forno, as cocadas eram dispostas sobre a mesa para ser divididas.

Nesse dia, comecei a conversar com alguns alunos e alunas para tentar agendar as entrevistas. Já havia realizado três entrevistas até então, com Andréa, Neusa e Sandra, antes do início das aulas, na sala de apoio ao lado da planta. As entrevistas foram comprometidas pelo pouco tempo, pelo ambiente e pela chegada dos colegas. Assim, conversei com os demais para tentar agendá-las depois do término do curso.

Aquela foi a última aula do curso e, no dia seguinte, seria realizada uma pequena cerimônia de formatura, em uma das dependências do primeiro andar, cujas salas de aula eram mais amplas. Todos os alunos estavam muito animados e bem vestidos. Eram 13 concluintes. Soraia havia levado sua mãe para o evento.

A formatura iniciou-se com a Coordenadora dos cursos básicos do Senai, Helen, falando um pouco sobre a história dessa unidade do Senai. Depois das docentes, ela foi a interlocutora dos alunos do PEQ na unidade. Passaram um vídeo com uma mensagem de Paulo Skaf, que está ligado ao Senai pela Confederação Nacional da Indústria. Este os parabenizou “por esta conquista”, pois agora eles “criarão o futuro” e não devem “esmorecer diante das adversidades”. Esse vídeo é exibido aos alunos do Senai que concluem os cursos básicos. As mensagens de autoajuda dão o tom da cerimônia: a fala da coordenadora é repleta de referências e metáforas da natureza, como “agora vocês estão prontos para crescer, dar flores e frutos, e serão felizes”.

Os alunos que concluíram o curso foram chamados, um a um, para receber o certificado, e tirar fotos com as docentes e a Coordenadora. Em seguida foi exibido o vídeo de encerramento do PEQ, com mensagem do coordenador do Programa, Juan Carlos Dans

Sanchez. Os alunos reagem ao vídeo, identificam-se, abraçam-se, alguns choram. Helen, a Coordenadora, perguntou: “qual o sentimento que ficou com vocês?” e Sandra respondeu: “sentimento de dever cumprido: isso foi só o começo”.

O professor Leonel, que é o responsável pela parte de Conteúdos Gerais do Programa e que já foi aluno do PEQ, também fez uma fala, em que exaltava a persistência e a determinação dos alunos, pois ele sabe como é difícil estar desempregado, mas que agora todos “plantaram sementes”, e em breve, “vão colher os frutos”.

A professora Vanda, uma das Coordenadoras do PEQ na unidade, disse aos alunos que o curso do Senai é o “primeiro degrau na subida” que eles agora empreenderão na vida.

A professora Ivone, que lecionou a parte de “úmidos” dos Conteúdos Específicos para essa turma, fez uma fala em que ressaltou o quanto foi bom ter conhecido todos e convivido com eles durante aquele tempo, e disse que a prova maior do quanto todos “evoluíram” era a Sandra. Ela chamou Sandra para frente de todos e perguntou: “Vocês lembram quando a Sandra chegou aqui? Nem falava. Vejam como ela está hoje”. Sandra se emocionou.

Os alunos entregaram presentes que compraram para as professoras: uma pequena balança e uma maleta para transportar utensílios. Todos se abraçaram e depois desceram para o auditório, onde havia uma mesa com refrigerante e os doces que haviam sido preparados por eles no dia anterior para a confraternização.

Entre o que pôde ser apreendido nas observações das aulas práticas no curso de Confeitaria Básica, destaca-se a diferença nos comportamentos de homens e mulheres no espaço da cozinha. As mulheres demonstraram maior desenvoltura no manuseio dos equipamentos e em diversas técnicas, como untar formas, separar clara e gema de ovos, dispor de alguns ingredientes, além da pró-atividade na limpeza do espaço. Já os homens pareciam mais tímidos e inseguros no ambiente, apenas faziam o que lhes era solicitado e, não raro, ficavam andando a esmo, sem saber o que fazer ou como poderiam colaborar<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Sobre a forma como os homens atuavam no espaço da cozinha, entendemos a necessidade de problematizar a questão da socialização masculina alheia a este espaço, em contraposição à feminina. Entretanto, privilegiamos a análise desta socialização por meio das entrevistas, remontando às trajetórias

A escolha de um curso básico na área de alimentos, que implica realização de aulas em um espaço como uma cozinha industrial, explicita diferenças nas formas como homens e mulheres lidam com determinadas situações. Evidenciou-se, ao longo das observações, como as mulheres tinham mais segurança e conhecimento na cozinha, como manuseavam todos os instrumentos e como dominavam algumas técnicas, ainda que não todas. Os homens, por sua vez, não sentiam confiança alguma para determinados procedimentos, mesmo que simples, e limitavam-se a seguir instruções.

Além disso, em diversos momentos, foi possível observar como se reproduziam os estereótipos de gênero na interação entre os participantes com as docentes ou com a própria organização das tarefas, como na responsabilidade sempre atribuída a Bernardo de cuidar do fogão, já que “as assadeiras ficam pesadas cheias de formas”, o que o eximia de outros trabalhos. A divisão do trabalho de produção e das tarefas pós- -produção também expressaram as diferenças entre homens e mulheres. As mulheres rapidamente se envolviam em atividades como montar docinhos, guardar os insumos que haviam sido utilizados, etiquetá-los e limpar as mesas, enquanto os homens pareciam apenas aguardar orientação para se movimentar na cozinha. Talvez por isso, geralmente, acabavam lavando a louça por mais tempo que as colegas.

Houve momentos em que a própria docente endossou esses comportamentos, julgando que era dever das mulheres explicar determinados procedimentos aos colegas homens, orientando-as para que tivessem paciência com eles, e também determinando que certas tarefas fossem realizadas sempre por esse participante, nunca por aquela.

O resultado da pesquisa apresentado nesta dissertação de mestrado foi organizado em três capítulos, além desta introdução, como se segue abaixo.

O primeiro capítulo tratará da qualificação profissional. A partir de uma breve descrição do Programa Estadual de Qualificação Profissional, sua organização e objetivos, abordaremos a discussão teórica que embasa a utilização deste conceito, sua relação com o setor produtivo, com escolarização e com o conceito de “competência”. Analisaremos,

---

familiares e aprendizados na infância, ainda que reconhecemos que a questão poderia ser melhor explorada em outro momento.

também, o entendimento que os entrevistados têm do Programa, suas expectativas e avaliação da experiência.

No segundo capítulo, tentaremos descrever como se apresenta o mercado de trabalho na cidade de São Paulo, principalmente a partir do debate teórico sobre o trabalho precário e a informalidade, a origem do conceito e sua aplicação, recorrendo aos elementos das entrevistas, também procurando vislumbrar diferenças nas trajetórias de homens e mulheres.

O terceiro capítulo abordará a complexa relação entre educação, trabalho e família. Inicialmente, há uma análise das trajetórias educacionais dos entrevistados, relacionando explicitamente a tensão entre as trajetórias educacionais e o trabalho, tanto na infância quanto na vida adulta. Em seguida, procedemos a uma análise do conceito de família, a partir de sua relação com a classe, ou seja, a família enquanto unidade social reprodutora da força de trabalho. Finalmente, analisaremos os elementos das entrevistas que nos possibilitam relacionar os arranjos familiares e as relações de trabalho.

Os três capítulos são permeados pela discussão que norteia o presente trabalho, que é a atenção às desigualdades de gênero e a forma como se apresentam nas relações descritas. Finalmente, procede-se à conclusão da dissertação.



Sophie Grillet  
“*Não sou feminista, mas...*”.  
Lisboa, Ed. Presença, 2001.

## Capítulo 1 – A busca por qualificação profissional

Este capítulo apresenta uma descrição do Programa desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, de 2007 a 2011. A base do capítulo são os documentos institucionais da política (relatórios). A intenção não é só apresentar o programa, mas também interrogar sobre a concepção de educação e de qualificação profissional que o norteia e seus objetivos.

Neste trabalho, referir-nos-emos ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras apenas como trabalhadores. Ressaltamos, entretanto, que a expressão contém os trabalhadores homens e mulheres e que o uso desta não significa igualá-los ou ocultar suas diferenças. Trata-se apenas de uma forma mais simplificada para a escrita.

A partir da descrição e análise dos documentos, procuramos compreender a concepção de qualificação profissional que permeia o PEQ, assim como sobre o alcance da qualificação profissional básica como estratégia para superar o desemprego nas camadas sociais de baixa renda.

Em seguida, realizamos uma análise da avaliação que os trabalhadores entrevistados fazem da sua experiência no programa, procurando entender de que forma

articulam suas próprias trajetórias educacionais e seus objetivos profissionais e, ainda, a importância do curso neste sentido.

## **O Programa Estadual de Qualificação Profissional – PEQ**

O desenho institucional do PEQ, com o qual trabalhamos e que constitui o objeto de pesquisa do presente capítulo delineou-se a partir de 2007. Nesse ano, a diretriz do programa passou a ser a elaboração, concepção e o acompanhamento dos cursos, que são executados por instituições de qualificação profissional reconhecidas, com o objetivo de focalizar a política. Isso se expressa na oferta de cursos nas principais ocupações do mercado de trabalho regional, ligadas aos movimentos de emprego e desemprego no Estado, por meio de instituições com tradição na qualificação profissional de trabalhadores adultos (Centro Paula Souza e Sistema S<sup>7</sup>). Por outro lado, também há a focalização do público do programa, considerando critérios de escolaridade, idade e renda.

Nesse movimento de reformulação da política, passou-se a considerar a qualificação profissional em uma perspectiva ligada à conscientização dos trabalhadores, via educação integral, enfoques relacionados ao exercício da cidadania e conhecimentos sobre o mundo do trabalho. Intencionava-se, com isso, formar cidadãos mais reflexivos e conhecedores dos direitos sociais vinculados ou não ao trabalho.

Notamos uma nova abordagem metodológica, uma vez que a inserção no mercado de trabalho passa a ser um dos benefícios do programa, mas não o único. O programa é orientado para a reinserção, mas, além da recolocação no mercado de trabalho, também tem como objetivos aumentar a participação dos trabalhadores – homens e mulheres – em associações de bairro ou grupos comunitários, a retomada dos estudos formais, entre outros, buscando uma possibilidade de maior dinamização nas biografias dos participantes do programa (OLIVEIRA, A.P., SCHALCH, L. et LIMA, M.H.C., 2008).

Os cursos de qualificação são compostos por conhecimentos que passam a ser identificados como pertencentes a duas características: uma de caráter específico,

---

<sup>7</sup> O Sistema S corresponde aos serviços de aprendizagem ligados aos setores patronais. Três desses serviços foram contratados pela SERT, oferecendo cursos de qualificação do PEQ: Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio) e Senat (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes).

relacionado aos saberes e habilidades necessários para o desempenho de determinadas funções; e outra de conhecimentos gerais que visam promover maior capacidade de reflexão, cidadania e conhecimentos acerca do mundo do trabalho. Os conhecimentos gerais compõem a maior parte da carga horária dos cursos. No início da implantação do programa em 2008, a parte comum a todos os cursos tinha a duração de 120 horas. Em 2009, esse material passou por uma reformulação e, em 2010, os conhecimentos gerais passaram a ter a duração de 150 horas.

A carga horária dos conhecimentos específicos, por sua vez, varia de acordo com o curso e a instituição executora. Os conteúdos específicos da ocupação do curso são de responsabilidade da executora, assim como o material didático a ser ocupado. Sua duração mínima, no início do programa, era de 80 horas, embora o Senai oferecesse cursos com mais horas de conhecimentos específicos.

No entanto, a partir da reformulação dos materiais, a carga horária sob a responsabilidade das instituições executoras também se modificou. O Centro Paula Souza, por exemplo, oferecia cursos, cuja carga horária específica variava entre 60, 80 e 100 horas. O Senac e o Senat ofereciam 80 horas de conteúdos específicos. Já os cursos do Senai variavam de 80 a 130 horas.

As turmas deveriam contar com, no mínimo 30 e no máximo 32 alunos, para que os cursos se iniciassem. Em relação aos alunos, não havia diferenciação de idade ou escolaridade na composição das turmas. Ao contrário, a heterogeneidade entre os participantes era valorizada, na medida em que auxiliava a construir laços de solidariedade e valores cooperativos entre os alunos.

A participação nos cursos gratuitos de qualificação profissional para os trabalhadores era condicionada a alguns critérios que configuram a população de ingresso prioritário. No ano de 2008, a faixa etária priorizada era de 20 a 59 anos. A partir de 2009, passaram a ser priorizados os trabalhadores com idade entre 30 a 59 anos, com menor escolaridade e menor renda. Esse público prioritário manteve-se no ano de 2010, embora, em muitas localidades, em função da existência de poucas pessoas no banco de dados, esse critério tenha sido flexibilizado e o acesso de pessoas mais jovens foi, assim, permitido.

Outro aspecto priorizado era a inserção de mulheres. A justificativa institucional é a maior quantidade de famílias monoparentais que têm mulheres como principal responsável pela renda familiar entre as classes mais baixas, público-alvo do programa, e, também, a maior dificuldade que as mulheres encontram para recolocar-se no mercado de trabalho.

A partir do segundo semestre de 2009, trabalhadores que não recebiam benefícios da previdência ou seguro-desemprego passaram a receber, além do auxílio para o deslocamento, uma bolsa-auxílio, um apoio financeiro para participar dos cursos, no valor de R\$ 210,00 por mês, que corresponde a, aproximadamente, 45% do valor do salário-mínimo da época, durante três meses. Este recurso justificava-se como medida para diminuir os índices de evasão do programa, pois o recebimento da bolsa era condicionado à frequência às aulas. Além disso, todos os trabalhadores recebiam um auxílio-deslocamento no valor de R\$ 120,00 por mês, durante três meses.

Nos anos de 2008 e 2009, aproximadamente 70 mil trabalhadores desempregados participaram de cursos de qualificação profissional no âmbito do PEQ, em 170 municípios. Em 2010, foram atendidos quase 60 mil trabalhadores desempregados em 215 municípios<sup>8</sup>.

## **A concepção de qualificação profissional do PEQ**

Está em curso, como veremos mais detidamente no capítulo 2 do presente trabalho, um movimento de desqualificação e precarização do trabalho, que leva os trabalhadores a

---

<sup>8</sup> Em 2011, o PEQ continuou sendo realizado pela SERT como já o era nos anos anteriores. No entanto, com a posse de um novo governador no ano de 2010 (Geraldo Alckmin), houve uma mudança institucional nos quadros da Secretaria que teve um impacto sobre o programa. O grupo político ligado ao Democratas que elaborou e geriu o programa na SERT foi realocado na Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT). O PEQ permaneceu na SERT, mas a equipe que elaborou e geriu o programa até então, tanto da SERT quanto da Fundap, foi transferida para a SDECT e criou um novo programa, o Via Rápida Emprego, que passou a ser executado a partir do segundo semestre de 2011. O Via Rápida Emprego também é um programa de qualificação profissional para trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego, mas não há nenhum tipo de ingresso prioritário nos cursos, nem focalização da política. Os cursos são gratuitos, oferecidos pelas mesmas instituições executoras, utilizando a mesma metodologia e o mesmo material didático do PEQ. No entanto, o Via Rápida Emprego também oferece cursos de curtíssima duração, de 60 a 120 horas, que abrangem apenas os conhecimentos específicos do curso. Estes cursos são voltados para os trabalhadores e trabalhadoras que já tenham participado do PEQ ou que tenham escolaridade maior, a partir do ensino médio completo. Neste caso, os trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego recebem apenas a bolsa-auxílio e o auxílio-deslocamento pelo período de duração do curso (1, 2 ou 3 meses).

buscarem estratégias para não ficarem desempregados, as quais incluem aceitar “bicos”, empregos precários ou informais e o trabalho por conta própria. Faz sentido, portanto, dentro de uma sociedade capitalista contemporânea e de uma realidade laboral específica, que existam cursos de qualificação profissional, voltados para essas pessoas.

O mercado de trabalho passa a “exigir” daqueles que buscam uma vaga de emprego, uma série de qualificações que, como vimos, são mais complexas e têm dimensões comportamentais. “De fato, ao mesmo tempo em que se passa a exigir do trabalhador uma formação técnico-científica mais abrangente e multifacetada, as condições de ‘flexibilidade’ (ou melhor, de precarização) do emprego formal têm gerado novas incertezas e ambiguidades, tanto para os sujeitos como para a definição do papel e da função da escola” (MANFREDI, 2002, p.55).

Os cursos do PEQ não são profissionalizantes nem de formação para o trabalho em si, já que são de curta duração. São cursos, efetivamente, de qualificação básica, ou seja, oferecem aos participantes um primeiro contato com uma profissão e um conjunto limitado de saberes a ela relacionados. A opção de dedicar mais horas do curso aos conhecimentos gerais e menos aos conhecimentos técnicos é, justamente, o movimento de, diante do mercado de trabalho competitivo e injusto, “preparar” as pessoas para a vivência do desemprego, da busca por emprego, do emprego precário e/ou do trabalho por conta própria.

No caso dos trabalhadores que participaram do PEQ, oriundos das classes de baixa renda e, em grande parte, com pouca escolaridade, trata-se de prepará-los para um mercado, no qual já estão inseridos, não necessariamente melhorando suas chances de conseguir um emprego formal, mas de aprimorar suas técnicas de sobreviver em empregos precários ou no trabalho por conta própria.

Segundo MANFREDI (2002),

as relações entre escola e trabalho dão-se num contexto histórico de movimentos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que convivemos com grandes transformações no campo da tecnologia, da ciência, das formas de comunicação, convivemos também com o aumento do desemprego, da diversificação das especializações, com a redução das oportunidades de emprego estável, com o aumento do emprego por conta

própria, temporário – enfim, um movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, associado a um movimento de redução do emprego formal e de requalificação do trabalho assalariado (p.50).

Assim, a qualificação profissional só pode ser entendida e analisada dentro do contexto social mais amplo que está diretamente ligado aos movimentos políticos e econômicos que determinam a dinâmica do mercado de trabalho.

Considerando o conceito de qualificação profissional como chave para a compreensão do que será discutido nos capítulos subsequentes, é importante aqui diferenciar o conceito de qualificação profissional de outros, aos quais aparece constantemente relacionado e, não raro, confundido, como formação, escolarização e até educação. Esta interrogação é inspirada no raciocínio sociológico empregado por Tanguy (2002), que revela a importância de examinar e interrogar a gênese e a utilização de nomes e noções, pois eles conformam, também, a constituição da realidade social.

De acordo com artigo produzido por Celso Ferretti (2004), tendo como base o estado da arte dos estudos sobre qualificação profissional, esta noção não tem origem na área educacional, apesar de esta apropriar-se constantemente de tal conceito. A educação profissional é um recorte da educação escolar (FERRETTI, 2004, p.403).

O autor faz uma diferenciação entre a noção de qualificação profissional e de competência, advertindo que a segunda é oriunda do campo econômico. O artigo aborda a reflexão sobre as apropriações do conceito “qualificação profissional” nos anos 90, momento em que as mudanças no mundo do trabalho produzem uma “inflexão significativa” na educação.

As relações entre trabalho e educação partiriam de duas matrizes de análise, que se antagonizam: técnica e político-filosófica. A matriz técnica é influenciada pelo progresso técnico na área da produção e pelas mudanças no mundo do trabalho, respondendo a demandas da produção capitalista. A matriz político-filosófica, por sua vez, remete à formação humana mais integral, compreendendo o trabalho como uma atividade inerentemente humana.

Nos anos 90, a matriz predominante na discussão sobre formação profissional foi a técnica. A produção acadêmica, que partiu dos pressupostos da segunda matriz, orientou muitas análises sobre o sistema educacional brasileiro. Dentro dessa concepção, foram realizadas várias considerações, tendo em vista a proposição de concepções educacionais que representassem não apenas um freio à segmentação do trabalho e à alienação do trabalhador sob o domínio do capital, mas o pleno desenvolvimento deste, como sujeito social. Essa forma de aproximação da qualificação profissional acabou por situar em dois campos diferentes – e mesmo antagônicos – educadores e outros estudiosos que, afinal, partiam de uma mesma referência – a relação entre as demandas do capital, o avanço da tecnologia e a divisão técnica do trabalho – mas com perspectivas político-ideológicas muito diferenciadas.

A concepção de qualificação profissional do PEQ alinha-se à matriz nomeada por Ferretti como político-filosófica, tendo o trabalho como eixo educativo, constituinte e fundamental dos cursos de qualificação profissional, qualquer que seja o curso, com a duração que tiver. A ideia de um material didático que aborde o mundo do trabalho e as dificuldades dos trabalhadores para se reinserirem em atividades produtivas, e os direitos sociais associados à condição de trabalhadores são determinantes na abordagem de todo o conteúdo do curso. Ainda que a reinserção no mundo do trabalho não seja o único nem o seu principal objetivo, a aproximação desses trabalhadores do mundo do trabalho seguramente o é.

Ferretti, afirma que a matriz político-filosófica, de forte influência marxista, traz para o campo da educação uma série de noções e conceitos da sociologia do trabalho, como o sistema trifásico de modos de produção. Este sistema consiste em um primeiro modo de produção artesanal, em que o produtor dominava todo o processo de produção, seguido por um modo de produção manufatureiro em que o trabalhador seria “usurpado” dos saberes referentes à produção pela divisão do trabalho.

Este seria o momento em que ocorre a “desqualificação do trabalhador”, já que as atividades repetitivas e alienadas poderiam ser realizadas por qualquer um –, e a terceira fase, que seria uma nova demanda, agora não mais por trabalhadores aptos a realizar uma parte do trabalho de produção, mas para supervisionar a produção, articular a produção de

diversas máquinas qualificadas, o que é interpretado por muitos autores como uma “requalificação do trabalho”, na medida em que o trabalhador agora dominaria, novamente, todo o processo de produção.

O autor faz uma crítica a esse esquema, e aponta, entre outros pontos, o caráter demasiadamente esquemático e a sucessão de fases, como que naturais (*idem*, p.406).

Segundo Ferretti,

A qualificação profissional, como categoria teórica, só passou a interessar de perto os educadores brasileiros e a mobilizá-los efetivamente quando se instalou o debate sobre os rumos que a educação viria a tomar em função das mudanças cruciais que ocorreram no campo do trabalho a partir da década de 1970, mas que se fizeram sentir entre nós apenas na década de 1990. (*idem*, p.407)

No entanto, o autor chama atenção para a atuação das instituições do “sistema S” que, por serem mais ligadas aos setores produtivos, se anteciparam aos educadores, no debate sobre os rumos da qualificação profissional, no bojo das mudanças no mundo do trabalho.

Assim, a partir dos anos 90, surgiu o conceito de “requalificação profissional”, que não significa que o trabalhador seja qualificado para um novo posto de trabalho, diferente do que exercia, mas que esse mesmo trabalhador desenvolveria uma qualificação que já possuía, complexificando-a, inclusive, a partir de saberes anteriores. Essa ideia aproxima-se muito da concepção de saberes que está presente na metodologia do “portfolio” do PEQ, em que os trabalhadores são levados a reconhecer conhecimentos, saberes e habilidades que já desenvolveram ou adquiriram em outras atividades profissionais e que podiam ser apresentadas a um possível empregador, ainda que para desempenhar outra função.

O discurso da “requalificação” é retomado, já que a flexibilidade do sistema produtivo, “que deveria permitir a superação da crise de produção de massa fordista, teria como corolário a volta de um trabalho de tipo artesanal, qualificado e uma relação de cooperação entre *management* e operários multifuncionais” (HIRATA, 1996, p.129). O conceito de profissão, na sua acepção de atividade econômica específica dentro da divisão social do trabalho – associada ao posto de trabalho –, estaria sendo modificado, já que as

novas tecnologias colocavam em xeque o trabalhador especializado, exigindo um trabalhador polivalente (TARTUCE, 2002<sup>9</sup>).

Ou seja, ainda que esteja presente em todos os documentos, a concepção de educação integral, ampliada e humana, a metodologia do PEQ ainda está profundamente influenciada pelo debate dos educadores no campo da sociologia do trabalho da década anterior, na medida em que tenta conciliar as duas matrizes, técnica e político-filosófica, integrando-as em um programa de formação profissional que pretende transcender o saber específico a um ofício.

Ainda segundo Ferretti, a partir dos anos 90 e com as mudanças decorrentes da flexibilização das relações de trabalho e de produção, surgiu um novo elemento relacionado à noção de qualificação. Em suas palavras,

Contrariamente ao que se dava no taylorismo-fordismo, o saber construído pelos trabalhadores no cotidiano da fábrica passa não apenas a ser reconhecido como requisitado e premiado. O chamado saber tácito, ou qualificação tácita, oriundo da experiência dos trabalhadores individuais e do coletivo do trabalho, ganha proeminência porque se reconhece sua força para a resolução dos problemas diários com que a produção se defronta. A valorização desse saber e sua incorporação à produção recebem um nome – modelo de competências –, em que estas significam não apenas o saber/fazer, o domínio do conhecimento técnico, mas, principalmente, o saber/ser, a capacidade de mobilização dos conhecimentos (não apenas técnicos) para enfrentar as questões problemáticas postas pela produção. (*ibidem*, p.415)

A junção de saberes técnicos e de conhecimentos relativos ao mundo do trabalho e cidadania conferem ao material do PEQ a característica de preparação para o desemprego e/ou para o trabalho informal. Isso fica claro nos conteúdos relacionados à busca de emprego e trabalho por conta própria, presentes no material didático, referentes às estratégias de sobrevivência à margem do emprego.

---

<sup>9</sup> TARTUCE, Gisela. “O que há de novo no debate da ‘qualificação do trabalho’? Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em fevereiro de 2002.

Segundo Hirata (1996), e conforme proposição de Kergoat (1984), a qualificação precisa ser entendida como relação social, o que significa que é o “resultado, sempre cambiante, de uma relação de forças capital-trabalho, noção que resulta da distinção da mesma entre qualificação dos empregos e qualificação dos trabalhadores” (*apud* KERGOAT, 1984, p.133). A compreensão da qualificação enquanto relação social que resulta da relação capital-trabalho implica um conceito que expressa tensão e que é dinâmico, na medida em que se refere tanto aos empregos quanto aos trabalhadores.

Saviani (1994) afirma que a educação coincide com a própria existência humana, argumentando que, se o homem cria as condições para sua sobrevivência transformando a natureza e esse processo é chamado trabalho (MARX, 2007), os conhecimentos sobre a forma de realizar essa transformação eram elaborados e transmitidos concomitantemente. Os homens educavam as novas gerações e os outros homens, lidando com a terra, com a natureza, relacionando-se uns com os outros e produzindo a existência comum (*idem*, p.152).

Com o advento da propriedade privada e o surgimento da sociedade de classes – proprietários que não precisavam trabalhar e não proprietários que precisavam trabalhar para sustentar a si e aos proprietários –, a educação desvinculou-se do trabalho. Surgiu a escola, um lugar ao qual apenas as classes ociosas tinham acesso. Os demais acessavam a educação no trabalho, no “aprender fazendo”.

Na sociedade capitalista, há subordinação do campo à cidade e crescente urbanização do campo. A sociedade passa a ser regulada por um direito positivo. “A sociedade contratual, baseada nas relações formais, centrada na cidade e na indústria, vai trazer consigo a exigência da generalização da escola” (*ibidem*, p.155). Mas a escolarização das classes dominantes precisava ser diferenciada da escolarização das classes dominadas. Para estar em consonância com os pressupostos do capitalismo, o saber dos trabalhadores deveria ser apenas o mínimo de que eles precisavam para operar a produção.

Por isso a formação profissional foi sendo organizada dentro do próprio aparelho produtivo, a formação necessária para executar um tipo de trabalho, principalmente industrial, nascendo, a partir daí, organizações que assumiram a forma de escolas de tipo especial, como um sistema paralelo e independente da escola propriamente dita.

Ramos (2006) afirma que, a partir da expansão dos mercados e da formação dos Estados Nacionais, ainda no séc. XIX, houve um aumento significativo da massa de indivíduos que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, ao mesmo tempo que o mercado de compra e venda dessa força estava se retraindo. “A sociedade burguesa passou a investir na criação do exército industrial de reserva” (Ramos, 2006, p. 33).

Ao mesmo tempo, a tendência de universalização de um conjunto de técnicas básicas entre indústrias de ramos diferentes foi gerando na população a necessidade de dominar certa quantidade de conhecimentos e destrezas para desenvolver-se em qualquer trabalho ou fora dele, em uma sociedade que se industrializava e se urbanizava. (*idem*)

O conceito de qualificação surgiu como resposta à falta de regulações sociais das relações de trabalho, no pós-guerra. Segundo Ramos, está apoiada sobre dois sistemas, a saber: as *convenções coletivas*, que classificam e hierarquizam os postos de trabalho e o *ensino profissional*, que classifica e organiza os saberes em torno de diplomas, ou seja, de uma certificação dos conhecimentos relacionados aos ofícios (*idem*, p.42). O conceito nasceu, portanto, ligado ao modelo taylorista-fordista de produção.

Historicamente, há uma diferenciação entre a educação dos que precisavam trabalhar e que se dava no próprio processo de trabalho e a educação dos que não precisavam trabalhar, evidentemente fora do espaço de trabalho, num espaço e tempo próprios, definidos como escola (SAVIANI, 1994, p.162). Essa separação remete à separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna. Socializando-os com os códigos formais integrantes do universo da cultura letrada, que é o mesmo da indústria moderna, capacitou-os a integrar o processo produtivo. (p.163)

Entretanto, é evidente que a indústria exigia tipos de atuação diferenciados, que demandavam saberes específicos, mais elaborados, ou seja, trabalhadores mais qualificados. E essa formação era fornecida por cursos profissionalizantes, organizados no âmbito do setor produtivo.

Para Lucie Tanguy (2002), a diferença entre educação e formação está na gênese de ambas. A educação estaria ligada a conhecimentos e saberes indispensáveis às formas de vida, enquanto a formação estava fortemente imbrincada com as esferas econômica e produtiva, associada à formação da força de trabalho.

Seria possível mostrar que a noção de formação foi construída por diferença e em oposição à noção de educação (...). A noção de formação enraíza-se muito mais nas mudanças a promover na esfera econômica e profissional, enquanto a educação sustenta-se na evolução das diferenças das formas de vida do indivíduo (TANGUY, 2002, p. 20).

Na leitura de Souza (2012), da obra de Lucie Tanguy: “A formação é uma categoria social irreduzível a outras modalidades educativas pelos objetivos que lhe são atribuídos” (p.82). Estes objetivos remetem à esfera do trabalho, à esfera profissional.

Essa é a diferença fundamental entre qualificação profissional e escolarização. A primeira é indissociável dos processos de trabalho, de qualquer atividade produtiva, enquanto a segunda é condição para sobrevivência em uma sociedade letrada. A qualificação tem como referência o padrão escolar, mas é determinada diretamente pelas necessidades do setor produtivo.

A qualificação, portanto, está na intersecção entre a escolaridade e o emprego, constituindo-se como um sistema de classificação que orienta formas de recrutamento de trabalhadores, indicação para postos de trabalho, salários e promoções (SOUZA, 2012, p.87).

A partir dos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, de acordo com Marise Ramos, a crise do emprego no Brasil e “o fim da ilusão planificadora” e dos novos métodos de gestão, ocorreu uma deterioração do conceito de qualificação, em sua dimensão conceitual<sup>10</sup>. Ao lado da retração do emprego industrial, cresceu a oferta de atividades no

---

<sup>10</sup> Schwartz elabora um sistema em que atribui três dimensões à qualificação: 1) a dimensão conceitual, que define a qualificação como função do registro teórico de conceitos formalizados, associados ao valor de um diploma ou uma certificação; 2) a dimensão social, que localiza a qualificação no âmbito das relações sociais que se estabelecem entre os conteúdos das atividades e o valor social atribuído a elas, e; 3) a dimensão experimental, relacionada ao conteúdo real do trabalho em que se inscrevem, além dos registros conceituais, os saberes associados à atividade (Schwartz, 1995, *apud* Ramos, 2006, p. 43). A cultura do trabalho é condição determinante da qualificação, pois toda atividade de trabalho pressupõe um certo grau de articulação aleatória entre registro de domínio conceitual e dos saberes individuais e coletivos não

setor de serviços, em relação às quais os métodos e parâmetros clássicos para discutir qualificação não eram mais suficientes nem adequados. Na reconfiguração do mercado de trabalho e do próprio trabalho, com a demanda por trabalhadores “polivalentes” e “flexíveis”, também a dimensão social da qualificação entrou em discussão.

Nesse sentido, a autora está em consonância com a crítica de Ferretti e Hirata (1996) ao modelo de competência. Competência é um conceito mais recente, oriundo do discurso empresarial, marcado política e ideologicamente por essa origem, em que está ausente a ideia de relação social, segundo Hirata. A autora critica a adoção do modelo de competência, principalmente a questão do desenvolvimento não remunerado de competências de trabalhadores, que passam a ter maior participação na gestão da produção e maior envolvimento nas estratégias de competitividade das empresas, sem contrapartida em termos salariais.

Por esta ótica, a noção de competência nasceu fortemente associada à nova concepção de trabalho, baseada na flexibilidade e na reconversão permanente, em que se inscrevem atributos como autonomia, responsabilidade, capacidade de comunicação e polivalência. Nesse sentido, portanto, o domínio do processo de trabalho recorre às qualificações tácitas, implícitas e não formalizadas por parte dos trabalhadores (RAMOS, 2006, p.66).

A qualificação é uma mediação do processo em que se relacionam o trabalho concreto e as aprendizagens subjetivas e sociais. Apropriado pelo capitalismo, o trabalho concreto transforma-se em trabalho abstrato e seus conceitos de mediação reduzem-se a fatores de produção. Assim, conquanto a qualificação remeta-se ao homem em suas condições históricas de produção da existência, construindo-se como conceito histórico-concreto de mediação da relação trabalho-educação, a competência, por abstrair essas múltiplas determinações da atividade humana, pode resgatar uma compreensão essencialista do trabalho, cujo centro, ao invés de ser o posto de trabalho, desloca-se para o sujeito abstraído das relações sociais. (RAMOS, 2006, p.69)

---

formalizados postos em prática, que o autor chama de dimensão experimental. Schwartz *apud* Ramos, 2006, p.55.

No contexto que se delineia a partir dos anos 90, tanto no Brasil quanto no mundo, de reestruturação econômico-produtiva e flexibilização das relações de trabalho, desemprego e precarização do trabalho, buscam-se construir novos valores apropriados ao processo de adaptação do cidadão-trabalhador à instabilidade da vida e das formas de sobrevivência. A função educativa, pontua Ramos, começa a ser marcada também por uma perspectiva individualizante e adaptativa da sociedade às incertezas da contemporaneidade (*idem*, p.131).

Ainda de acordo com Ramos, a reforma do sistema educacional brasileiro tem a noção de competência como referência da educação profissional, o que pode ser observado a partir da ênfase na dimensão experimental da qualificação, especificamente sob a ótica curricular. A noção de competência é apropriada ao processo de despolitização das relações sociais e de individualização das reivindicações e das negociações, afirma Ramos. As relações coletivas não se esgotam, mas passam a se pautar por parâmetros menos corporativos e/ou políticos, e cada vez mais por critérios individuais e técnicos.

O PEQ, ainda que tenha presente uma dimensão coletiva ao longo de todo o material didático, seja por meio de atividades de debate e trabalhos em grupo, seja por meio do reiterado discurso do poder do coletivo, está inserido em um modelo econômico e em um contexto histórico que tem no modelo de competência sua maior reverberação.

Lucie Tanguy (1999) discute a “crença coletiva” que associa formação e emprego, e que parte do fato estatístico de que os trabalhadores menos diplomados estão menos expostos ao desemprego, para questionar a ideia de que o diploma é um fator de proteção contra o desemprego (p.51). A autora afirma que, embora os “sem diploma” sejam mais prejudicados e estejam em condições mais difíceis no mercado de trabalho, essa afirmação oculta o fato de que os mais diplomados também estão expostos à possibilidade de ficar sem emprego, na medida em que o aumento geral dos níveis de formação não exclui um aumento geral nos níveis de desemprego. O diploma pode ser necessário para conseguir acesso a determinado tipo de emprego, mas não protege o trabalhador do desemprego.

Assim, prossegue a autora, essa formulação que vincula formação e emprego oculta as desigualdades entre as classes sociais perante as mudanças em curso na sociedade e no mundo do trabalho. Conseguir um emprego de determinada natureza não se deve

exclusivamente à obtenção de um diploma, mas está também relacionado a redes de pertencimento local, cultural, redes familiares, entre outras. Tanguy afirma que as relações entre formação e emprego não se dão de forma linear e determinista, mas “se estabelecem ao cabo de uma cadeia de mediações na forma de redes, não de relações lineares” (*idem*, p.52).

Se isto é verdade, e cremos que sim, é possível então romper com a interpretação de que a formação profissional seria apenas o processo pelo qual homens e mulheres se adaptam às mudanças tecnológicas que se operam no mundo da produção. A educação e a qualificação profissional geralmente são associadas à “solução” para o problema do desemprego e, nos dias atuais, com mais força ainda, principalmente nos discursos dos empresários e da classe proprietária, que chegam a se referir a um “apagão de mão de obra qualificada”<sup>11</sup>: uma forma de responsabilizar o trabalhador por sua falta ou pouca qualificação e, portanto, pelos índices de desemprego, ou mesmo para justificar os baixos salários pagos. A formação profissional passou a ser uma obrigação do trabalhador, e não um direito, deixando de ser um processo societário para ser um projeto individual (SOUZA, 2012, p.89).

A proposição de Tanguy é subjacente à metodologia do PEQ, na medida em que o programa se estrutura sobre o entendimento de que a relação entre qualificação profissional e emprego não é direta, e que mensurar o êxito do programa sobre tal relação seria um equívoco. É por isso que o PEQ almejava outros ganhos para os participantes dos cursos, como o retorno aos estudos formais e a participação em espaços coletivos (como sindicatos, associações de moradores etc.), compreendendo, assim, a qualificação para o trabalho como um processo mais amplo do que a mera transmissão de saberes técnicos relativos a um ofício ou ocupação.

---

<sup>11</sup> O discurso do “apagão de mão de obra qualificada” aparece recorrentemente na mídia e meios de comunicação de massa, principalmente em função da realização dos mega eventos esportivos que serão realizados no Brasil, a partir de 2014. Investigamos algumas notícias que remetem a esse “fenômeno”, que podem ser consultadas pela internet, como “Dificuldade em encontrar mão de obra qualificada afeta economia brasileira”, disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/dificuldade-de-encontrar-mao-de-obra-qualificada-afeta-economia-brasileira.html>, acesso em 8/1/2013, mas que foi exibida em 13/08/2012. Nessa notícia, educação e qualificação profissional aparecem imbricadas, com fica claro no subtítulo: “A origem do problema é uma velha conhecida: a precariedade da educação brasileira. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, metade dos trabalhadores brasileiros não completou nem o ensino fundamental”.

## **A avaliação do PEQ para os entrevistados**

O roteiro semiestruturado que norteou as entrevistas com homens e mulheres que estavam concluindo o curso de Confeitaria Básica continha perguntas sobre o curso de qualificação profissional. O objetivo delas não era, necessariamente, apreender a avaliação que os participantes faziam do curso, mas compreender de que forma vivenciaram aquela experiência, suas maiores dificuldades, o que os beneficiou e se o curso teve alguma influência em suas vidas, tanto pessoal quanto profissional.

Assim, essa parte da entrevista não pretendia subsidiar a política de qualificação, mas conhecer como os participantes avaliavam essa experiência em particular, como vivenciavam a qualificação profissional e sua avaliação da experiência como um todo, buscando observar os alcances e limites objetivos do Programa.

Juraci afirmou que ter participado do curso de qualificação foi um incentivo para que ela considerasse a possibilidade de voltar a estudar, e atribuiu isso a um elemento específico do material didático: um vídeo que contém diversos depoimentos de pessoas que voltaram a estudar mais velhos.

Ah, então, é tudo incentivo, né. Senhores que têm 60 anos, voltou a estudar. É... pessoas, tudo pessoas madura. E eles dando testemunho que é bom voltar a estudar. Pra gente não ficar muito atrasada. E quando eu cheguei aqui no curso eu tava assim muito fora de linha. Sabe quando você tá assim bem lá, pra escanteio. Fora de linha que eu falo é sem motivação, sem conhecimento, entendeu, porque na, na... eu tava dentro de casa, só dentro de casa sem sair muito. Então verdadeiramente eu tava muito sem sabedoria. Aí depois que eu entrei aqui a mente já comecei ... a mente a abrir um pouco, já fiquei mais esperta... em várias coisas que o professor ensinou já reativou minha mente. Gostei muito. Por isso que eu quero voltar a estudar, como eu disse, entendeu. (Juraci, 04/05/2011)

Neste trecho da entrevista, Juraci afirmou a permanência prolongada dentro de casa, “sem sair muito”, como condição que a deixou “fora de linha”, “bem pra lá de escanteio”, ou seja, excluída, do lado de fora. E, sem voltar a estudar, ela acabou “muito atrasada”, pois

deixara de adquirir conhecimentos. Ela afirmou que a participação no curso contribuiu para que “reativasse sua mente”, para que ficar mais “esperta”. Nota--se, no discurso de Juraci, uma valorização do estudo, um desejo de voltar a frequentar a escola, ainda que isso contraste com outros momentos do seu depoimento, em que apontou o cansaço e a presença de jovens nas escolas como dificuldades para retomar os estudos.

A relação que os entrevistados demonstraram ter com o espaço escolar e o espaço do curso de qualificação profissional é bem distinta. Ainda que todos os participantes apontassem o curso como uma “oportunidade”, uma possibilidade de obter conhecimento, apenas Juraci afirmou sentir-se mais motivada a tentar reingressar na escola formal.

Todos manifestaram interesse em fazer novos cursos na área de alimentos, de se aprofundarem nessa área. No entanto, apenas Soraia já estava fazendo outros cursos no momento da entrevista, principalmente porque ela já estava reproduzindo em casa, para vender, o que havia aprendido no curso.

Bernardo, apesar de estar empregado informalmente em uma empresa, e afirmar que o curso não havia contribuído para o trabalho que já desempenhava, afirmou ter interesse em se “aperfeiçoar” na área de alimentos: “E ainda bem que eu acabei gostando do curso, ao final dessa aula, me interessei muito. Inclusive eu gostaria, não agora, depois, não sei, após um tempo eu gostaria de dar continuidade àquele curso, me aperfeiçoar”.

Sandra também afirmou ter interesse em trabalhar na área de alimentos. Apesar de não ter o objetivo de fazer o curso de confeitaria, inicialmente, quando questionada sobre se aquele era o curso que gostaria de ter feito, respondeu: “Não era muito não, mas depois eu comecei a gostar de fazer, falei vou fazer esse e depois eu faço o técnico de gastronomia. Que eu gosto de cozinhar”.

Ela relatou, aliás, que o curso constituiu uma possibilidade de tentar mudar de área de trabalho. Segundo ela, apesar de estar procurando trabalho quando foi ao CAT (Centro de Atendimento ao Trabalhador, órgão da Prefeitura de São Paulo), decidiu inscrever-se no curso e aceitou fazê-lo “Pra ver se eu consigo arrumar um serviço mais diferente. Arrumar uma coisa diferente. (...) Parte de produção, qualquer coisa, né. Mudar essa vida, ficar só na faxina”. O trabalho que gostaria de ter é na área do curso: “Eu gostaria de trabalhar assim de... num evento. Ter uma confeitaria, com tudo”.

Com relação à avaliação que os entrevistados fizeram sobre a experiência de participar do curso de qualificação profissional do PEQ, todos os participantes afirmaram estar procurando emprego, utilizando também o sistema público e, acessando o *site* do Emprega São Paulo, decidiram inscrever-se no curso.

Bernardo e Frederico queriam fazer curso na área de eletricidade residencial, Neusa e Andréa se inscreveram em cursos para cabeleireiras, Juraci queria ter feito curso na área de costura e modelagem, Sandra não diz que curso gostaria de ter feito e Soraia queria ter sido chamada para o curso de Confeitaria, mas foi convocada para o curso de Costura e Modelagem Industrial na unidade do Senai do Brás. Ela levou a carta de convocação para o Senai Barra Funda e insistiu até conseguir mudar para o curso de Confeitaria Básica.

Sem nos determos em uma avaliação sobre os problemas do programa, cabe aqui ressaltar uma das maiores dificuldades da gestão do PEQ, que se observa ainda mais problemática em municípios menores: a forma como é feita a convocação dos trabalhadores. Há um descompasso entre as inscrições e a oferta de cursos nos municípios, e nem sempre o trabalhador é convocado para o curso qual escolhera, o que pode levá-lo a inscrever-se apenas para receber a bolsa-auxílio, ou pode ter como consequência a evasão desse trabalhador. Entretanto, a partir das entrevistas realizadas, mesmo aqueles que haviam manifestado interesse por outros cursos decidiram permanecer e consideraram, depois, ter sido aquela uma decisão acertada.

Andréa, Soraia e Bernardo fizeram suas próprias inscrições no *site* do Emprega São Paulo, enquanto procuravam emprego. Sandra estava procurando trabalho em um Centro de Atendimento ao Trabalhador (CAT) da Prefeitura, e a inscrição no curso lhe foi oferecida. Neusa e Juraci foram inscritas por seus filhos. Juraci, entretanto, já sabia sobre os cursos porque dois amigos da comunidade da igreja fizeram cursos do PEQ e conseguiram emprego. Frederico se inscreveu por intermédio do irmão, que o estava ajudando a procurar cursos em São Paulo. Excetuando-se Frederico, todos os entrevistados tinham como objetivo primeiro a busca de trabalho pelo *site*, e acabaram aceitando fazer o curso por enxergarem ali uma “oportunidade”.

Em relação ao aprendizado no curso, apenas Soraia demonstrou uma postura mais crítica diante dos conteúdos e da forma de convocação do PEQ. Segundo ela, os conteúdos gerais eram repetitivos e não agregavam novos conhecimentos para quem já tinha mais

escolaridade. Ela sugeriu que se formassem turmas “de nível mais baixo”, para não comprometer o rendimento das pessoas que já tivessem conhecimentos prévios.

É possível contrapor esse argumento ao de Bernardo, que elogiou muito o curso como um todo, “a parte de gerais me ajudou bastante, português, matemática, isso me ajudou bastante. Inclusive na hora de me expressar isso me ajudou bastante”. Bernardo também comentou que o estabelecimento de novas relações de amizade foi uma característica muito positiva para ele.

Entre as mulheres, foi possível verificar uma concepção do curso como a sistematização de conhecimentos que já possuíam e o aprendizado de técnicas que desconheciam, para fazer comidas que já conheciam e mas sem as técnicas agora aprendidas. Todas afirmaram que já haviam feito diversos pratos que aprenderam no curso, e que eram capazes de reproduzi-los. A “técnica” que aprenderam parece ser o mais importante, ainda mais na perspectiva de reproduzir os alimentos para vendê-los.

Segundo Andréa:

Muitas coisas eu já sabia fazer, só que não com a técnica que eu aprendi aqui. Tem coisas que, tipo bolo de aniversário, essas coisas, eu sempre fiz pro meus filhos. Só que aqui você aprende com técnica e vê que é uma coisa que pode ter um valor muito maior, pode ter uma gratificação bem maior, aprendendo aqui. (Andréa, 29/04/2011)

O aprendizado no curso, portanto, agrega valor aos alimentos que ela já sabia preparar, possibilita transformá-los em mercadorias.

Para Neusa, a diferença entre preparar os alimentos no curso e em casa é o caráter do ensino, do acompanhamento no preparo. “Ah, mas aqui tem a professora pra ficar ensinando, né, a gente tem a apostila. E outra, não é difícil. O que eu fiz aqui, qualquer coisa que eu for fazer na minha casa, eu faço”.

Soraia pontua os conhecimentos prévios que obteve no curso de Manipulador de Alimentos, também do Senai, como fundamentais para ter obtido um aproveitamento maior do curso: “se você já tem um conhecimento em algum tipo de manipulação antes, daquele tipo de alimento, aí você pega. Então eles estão partindo do princípio que você sabe alguma coisa, e o pessoal do SERT não sabe”.

Um instrumento fundamental para reproduzir o que foi aprendido no curso no ambiente da própria casa é a balança. Na metodologia do Senai, os alunos recebem uma

apostila que traz os ingredientes, mas não as quantidades. A professora passa a quantidade de um ingrediente e os alunos devem fazer o cálculo da proporção para saber quanto será necessário dos outros ingredientes. De acordo com Neusa, “Você sabendo fazer o cálculo e estando com a balança na mão... Em casa até melhor, porque você está sozinha, está mais sossegada, né?”.

Andréa, que não gosta de trabalhar como manicure, afirmou que pretende transformar um cômodo de sua casa em uma cozinha onde poderá fazer doces e salgados para vender. Juraci, que trabalha como faxineira diarista e tem uma oficina de costura em sua casa, pensa em produzir doces para vender em algumas ocasiões, como forma de aumentar a renda: “É, então, eu quero fazer o [curso] de chocolate porque dá pra você fazer em casa, vender, né. Assim, na época, na época de festas assim”.

Soraia, que já trabalha por conta própria, estava começando a produzir doces e salgados para eventos, a partir do aprendizado que teve no curso do PEQ e nos outros cursos de que estava participando no Senai. Sandra, que tinha o desejo de trabalhar como copeira ou auxiliar de cozinha, afirmou que gostaria de fazer o curso técnico de gastronomia e que seu sonho era ser dona de um buffet que fornecesse comida para festas.

Os homens não mencionaram nenhum conhecimento prévio na área de alimentos ou confeitaria, ainda que um deles, Frederico, tivesse esse conhecimento e até experiência profissional na área. Todavia, Bernardo afirmou que tinha interesse em se aperfeiçoar, fazer outro curso nessa área, e Frederico apontou a possibilidade de abrir um negócio próprio, uma confeitaria, de forma que pudesse não abrir aos sábados, por ser adventista. Nota-se, entretanto, que a possibilidade de trabalhar por conta própria na área de alimentos, para Frederico, não seria o de produzir em sua própria casa para vender, mas sim de “abrir um negócio”, algo para o público.

## **Concluindo o capítulo**

Daniele Kergoat (1986) discute o problema da qualificação profissional das mulheres, argumentando contra o discurso de que as mulheres teriam os piores empregos dentro da produção industrial – posições de menor prestígio, realizando trabalhos repetitivos e, conseqüentemente, com menores salários – em função de sua educação

insuficiente ou qualificação não condizente com o posto de trabalho. Ela argumenta que a realidade é justamente o contrário:

(...) elas tem uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais que se lhes propõem. Dizemos também que elas a adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são malformadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo. (KERGOAT, 1986, p.84)

Bilac (1978) afirma que as ocupações femininas são relativamente independentes da escolaridade, pois, consideradas em conjunto, caracterizam-se por um saber aprendido no espaço doméstico ou nas fábricas, cujo trabalho é repetitivo, e pouco qualificado.

A partir das entrevistas com trabalhadores que concluíram o curso de Confeitaria, foi possível concordar com a veracidade das afirmações de ambas as autoras. As mulheres tinham mais familiaridade com o ambiente da cozinha, como também foi notado nas observações de aula, e o curso contribuiu com sua formação, apenas na medida em que introduziu alguma objetividade nas atividades que já realizavam, como quase todas elas apontaram.

Além disso, foi possível intuir a influência da experiência do curso quando os trabalhadores discutiram a possibilidade de abrir um negócio ou de trabalhar por conta própria, a partir do que aprenderam. Principalmente para as mulheres, a experiência do curso lhes permitiu vislumbrar uma possibilidade de trabalho e geração de renda, a partir de um conhecimento que já tinham, mas que foi sistematizado de forma objetiva. Essa objetividade pode ser expressa em um instrumento: a balança. Ao contrário das xícaras, colheres e pitadas, a balança racionaliza o trabalho na cozinha e representa a diferença entre o que se produz para a família e o que pode ser vendável, quantificável, calculado.

O PEQ diferencia-se de outras modalidades e tipos de cursos de qualificação profissional, na medida em que promove o acesso a um conhecimento maior do que o mero saber técnico ou específico de um ofício ou profissão. A dedicação de horas-aula aos conhecimentos chamados gerais, que abordam outras áreas do conhecimento, ainda que

seja avaliado como “cansativo” ou “repetitivo” por aqueles que tinham maior escolaridade ou mesmo mais conhecimento na área, foi muito bem avaliado por aqueles com menos escolarização.

Em suas avaliações, estes trabalhadores levantaram benefícios como o estabelecimento de redes de amizade, melhorias na fala e expressão em público, recordação de conteúdos aprendidos na escola e esquecidos e, indiretamente, o incentivo para que retomassem os estudos formais e conhecimentos sobre o mundo do trabalho e busca de emprego. Estes últimos não foram nomeados claramente pelos trabalhadores, mas foi possível apreendê-los a partir de seus depoimentos, por exemplo, quando expressavam o desejo de trabalhar por conta própria, mas conscientes de que seria preciso fazer uma “pesquisa de mercado”, elaborar um “plano de negócios”, ou mesmo um cálculo de quanto tempo ainda teriam que juntar dinheiro para começar.

O capítulo propôs a análise do programa de qualificação dentro de uma configuração, conforme metodologia proposta por Norbert Elias, que abarca as recentes transformações no mundo do trabalho, como as mudanças tecnológicas inseridas no âmbito da produção, e sua mundialização, o declínio da ação sindical, a intensificação do trabalho e os processos de precarização do trabalho. O PEQ, neste sentido, não se realizava enquanto programa de formação para o trabalho, mas mais no sentido de qualificação do trabalhador, inclusive e principalmente, para a vivência das atuais condições do mercado de trabalho que, para os trabalhadores como eles, de baixa escolaridade, baixa renda, residentes na periferia da metrópole, apresenta-se como oferta de trabalhos precários e informais ou a possibilidade do trabalho por conta própria.



“Oh, então isso explica a diferença em nossos salários!”.  
Artista desconhecido, 1980.

## Capítulo 2 – O mercado de trabalho paulista

Neste capítulo, realizaremos uma discussão sobre o mercado de trabalho na cidade de São Paulo, a partir das percepções e experiências dos homens e mulheres entrevistados. Em seus depoimentos, foi possível notar de que forma lidam com a realidade do trabalho precário, informal, marginalizado de direitos sociais, e as estratégias que elaboraram para conseguir renda e prover seu sustento e de suas famílias.

O capítulo se inicia com a discussão teórica que diferencia emprego, trabalho, trabalho informal e trabalho precário; em seguida, abordaremos a forma como essas concepções emergem nos depoimentos dos entrevistados. A partir dos depoimentos das mulheres que buscam trabalho formal, discutiremos também a constituição de determinados guetos ocupacionais e entraves que se colocam para a entrada das mulheres em determinadas ocupações no mercado de trabalho.

## **Trabalho informal, trabalho precário: o não emprego**

Trabalho não é sinônimo de emprego. Pela definição de Marx (2007), o trabalho é o ato pelo qual os seres humanos transformam a natureza para dela retirar seus meios de subsistência. Trata-se de uma ação que, necessariamente, se passa entre homem e natureza. Ao mesmo tempo em que age sobre a natureza, o ser humano transforma também sua própria natureza, desenvolve faculdades e organiza-se.

Segundo Helena Hirata e Philippe Zarifian (2009), o conceito de trabalho de Marx é a primeira de suas definições a que nos remete a noção moderna de trabalho, da maneira como foi formalizada pela economia política clássica. A segunda reinterpreta essa primeira, considerando que as trocas entre os homens e a natureza sempre se produzem em condições sociais determinadas (escravidão, servidão, assalariamento, por exemplo). Essas condições sociais determinadas, na modernidade, são as condições impostas no sistema de produção capitalista. De acordo com Margaret Maruani (2009),

torna-se necessário distinguir o *trabalho* – compreendido como atividade de produção de bens e serviços, assim como o conjunto das condições de exercício dessa atividade – do *emprego* – que é o conjunto das modalidades de entrada e saída do mercado de trabalho, assim como a tradução da atividade laboriosa em termos de estatuto social (MARUANI, 2009, p.85).

O emprego, segundo a autora, é um dos elementos estruturantes do funcionamento da sociedade, pois o acesso a ele significa ter trabalho e salário, e também um espaço na sociedade (MARUANI e REYNAUD, 1993).

Robert Castel (1998) diferencia três condições de trabalho no advento da modernidade: a condição proletária, operária e salarial, três formas dominantes de cristalização das relações de trabalho na sociedade industrial, assim como três modalidades de relações que o mundo do trabalho mantém com a sociedade global.

A primeira, a condição proletária, representa a situação de quase exclusão do corpo social. Os proletários são a personificação da contradição capital – trabalho, caracterizados por situação de extrema pobreza. A segunda, a condição operária, constitui uma nova

relação salarial, em que o salário deixa de ser apenas a retribuição financeira pela execução de uma tarefa, mas passa a ser a garantia de direitos e acesso a subvenções extratrabalho, como no caso de doenças, acidentes e aposentadoria. A terceira, a condição assalariada, tem o salário como elemento que permite uma participação ampliada na vida social, particularmente nas esferas do consumo, habitação, educação e lazer. Mas, ainda de acordo com Castel, essa participação se dá na subordinação, pois mesmo a partir dela, esboça-se uma estratificação complexa: a classe operária passa a ter acesso ao consumo, mas ao consumo de massas; à habitação, mas a uma habitação popular; à educação, mas à educação básica; ao lazer, mas ao lazer popular (*idem*, p.416).

A ideia de que o assalariamento condiciona a participação na vida social, seja a partir de uma perspectiva de participação política ou associativista, seja em uma perspectiva mais ampla de sociedade do consumo, remete-nos a outro problema levantado por Marx e também por Castel, que é a grande parcela da população que não acessa essa condição e, portanto, subsiste na margem. Segundo Castel, a relativa integração da maioria dos trabalhadores a essa sociedade salarial impõe uma distância em relação à força de trabalho que é marginalizada: ocupações instáveis, sazonais, intermitentes. Estes trabalhadores oscilam de acordo com a variação da demanda de mão de obra.

Constituídos majoritariamente por imigrantes, por mulheres e jovens sem qualificação, por trabalhadores de certa idade e que são incapazes de acompanhar as 'reconversões' em curso, ocupam as posições mais penosas e mais precárias na empresa, têm os salários mais baixos e são os menos cobertos pelos direitos sociais (*ibidem*, p.476).

Fica claro, na formulação de Castel, que isso não significa que eles não trabalhem: eles trabalham em condições mais penosas e mais precárias, com salários mais baixos, mas não estão inseridos na sociedade salarial, continuam marginalizados.

O conceito de setor informal nasceu em uma formulação da OIT, por meio de um estudo realizado em 1972, no Quênia, que tratava especificamente da problemática do emprego. A partir de então, o conceito foi generalizado em outros estudos da OIT, que adotou uma concepção dual sobre organização da economia urbana (ALVES e TAVARES, 2006, citando CACCIAMALI, 1983 e DEDECCA, 1990).

A OIT concebia a existência de dois segmentos do mercado de trabalho: o *formal*, caracterizado por unidades produtivas organizadas, e o *informal*, composto por unidades produtivas não organizadas. A partir dos anos 1970, o conceito passa a ser utilizado também pelo Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (Prealc), que também entendia que o setor informal continha as atividades de baixo nível de produtividade e agruparia as categorias de trabalhadores não enquadrados na legislação trabalhista.

A partir dos anos 1980, entretanto, a abordagem dualista proposta pela OIT foi rompida e o setor informal concebido como intersticial e subordinado ao movimento das empresas capitalistas. Segundo Cacciamali (1983, 2000), as principais características desse setor eram: 1) o trabalhador vive de sua força de trabalho, ou em alguns casos, utiliza-se do trabalho familiar; 2) o trabalho tem como objetivo a obtenção de renda para consumo individual ou familiar, no máximo a manutenção da atividade econômica, ou seja, não permitia acumulação de capital pelo produtor; 3) o proprietário mantinha o domínio sobre a totalidade das etapas que compunham aquela produção.

Seriam, portanto, duas categorias de trabalhadores participantes da informalidade: assalariados sem registro, cujos contratos de trabalho são ilegais e que não têm acesso às garantias sociais; e os trabalhadores por conta própria, que atuam na área de prestação de serviços.

Araújo e Durães (2009) discutem a informalidade, a partir da concepção de que o movimento de reestruturação capitalista promove “a criação, recriação e ampliação de formas de trabalho totalmente díspares e distintas da relação assalariada padrão – com carteira assinada e tempo determinado” (p.5). Estas outras formas de trabalho, entretanto, não são destoantes da lógica de acumulação capitalista nem contrastam com ela, pelo contrário, segundo estes autores, “não é mais possível conceber os setores formal e informal como separados e desconectados, na medida em que essa nova dinâmica subordina o setor informal ao processo de produção capitalista.” (*idem*, p.5).

Os autores afirmam que o processo de informalidade (CACCIAMALI, 2000) se realiza por uma ruptura com a relação assalariada padrão, por meio de contratações consensuais e até legais, operacionalizadas por mudanças na legislação trabalhista que

visam possibilitar vínculos de trabalho flexíveis. A característica comum que identifica as diversas formas de expressão do trabalho informal é a vulnerabilidade – e a consequente insegurança – em relação ao trabalho. A insegurança está presente na incerteza diante do recebimento de remuneração pelos trabalhadores, na ausência de qualquer forma de regulamentação e proteção social ao trabalho, salários menores e uso flexível do trabalho, até do ponto de vista da jornada, que pode variar de acordo com as necessidades e demandas da produção, mas nunca do trabalhador.

Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004) também associam a esse movimento o aumento do contingente de mulheres no mercado de trabalho, marcadamente nas ocupações precarizadas, informais ou *part time*. O trabalho em meio período, entretanto, é um fenômeno do Hemisfério Norte, e não constitui uma realidade das trabalhadoras brasileiras. Eles chamam a atenção para o fato de que a expansão do emprego feminino não é acompanhada por paridade salarial com os homens.

Esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais.

Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, frequentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a trabalhadores(as) imigrantes, negros(as), indígenas etc.). (ANTUNES e ALVES, 2004, p.338)

Dowbor (2002) discute a corrosão dos direitos associados ao trabalho, inserindo esse movimento mundial em cadeias mais amplas de transformação que remetem à reestruturação tecnológica das formas de produção e atuação de megacorporações transnacionais que dispõem de grande poder econômico, político e de mídia que neutralizam as tradicionais formas de regulação dos mercados.

A concentração de renda no plano internacional, entre países ricos e pobres, e no plano nacional dentro dos países em desenvolvimento, gera uma imensa maioria de população privada de recursos mínimos para

escapar da pobreza. A ampliação da exclusão econômica e social gera por sua vez novas dinâmicas de emprego informal e ilegal, obrigando-nos a repensar o nosso conceito tradicional de emprego, com horário, carteira, direitos e também, porque não, um futuro previsível. (DOWBOR, 2002, p.04)

O autor explica essa situação por meio de uma imagem que organiza a concentração de trabalhadores – homens e mulheres em diversos tipos de trabalho:

No topo da pirâmide, o emprego nobre no setor formal, com salários relativamente elevados e normas de trabalho relativamente respeitadas, mas envolvendo um segmento minoritário da população, tanto em volume como em termos de distribuição por países. Mais abaixo, o conjunto de atividades terceirizadas mais ou menos instáveis, onde a precariedade leva a uma grande insegurança, e gera um volume elevado de pequenas e médias empresas de elevadíssima taxa de mortalidade. Em torno deste espaço formal, desenvolve-se um amplo sistema de economia informal, que hoje ocupa frequentemente um terço da totalidade de mão de obra, e onde os níveis salariais, respeito a normas de trabalho e preservação ambiental são cada vez mais baixos. Finalmente, uma massa hoje muito significativa da mão de obra opta pela economia ilegal, ou subterrânea, desarticulando e desagregando rapidamente a sociedade (...). (*idem*, p.12)

Esta distribuição desigual e injusta do trabalho não é um resquício do passado, nem a constatação de que a modernidade ainda não chegou a determinados “rincões do passado”, argumenta Dowbor, mas a própria expressão de uma inclusão elitista e excludente. As alternativas para superar este problema, afirma ele, têm que ir além de eventuais possibilidades individuais. Por isso, segundo ele, não podem se resumir a uma política de qualificação que teria um alcance individual.

Cada nível desta hierarquia constitui dinâmicas coerentes e articuladas, e a reconstrução passa pela geração de dinâmicas integradas de inserção econômica, social, cultural e política. (*ibidem*, p.13)

Os trabalhadores que se encontram no chamado setor informal, todavia, não compõem um todo homogêneo. Alves e Tavares (2006) diferenciam esses trabalhadores, a partir do grau de vulnerabilidade em que se encontram. Existem os *menos instáveis*, que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e,

majoritariamente, prestam serviços (p.431). Esta é a situação profissional de Soraia e de Bernardo, como veremos adiante.

As autoras também sinalizam a existência dos trabalhadores informais *instáveis*, recrutados temporariamente, e cuja remuneração depende da produção ou serviço realizado, geralmente de natureza braçal ou manual. É possível localizar Sandra, Neusa e Juraci nesta categoria, especialmente as que trabalham como faxineiras diaristas e recebem “por dia” de trabalho.

Finalmente, há os trabalhadores *ocasionais* ou *temporários*, que, quando não têm um emprego formal, se encaixam em atividades informais, mas com o objetivo de conseguir um emprego assalariado. São trabalhadores que alternam o desemprego e o trabalho precário, vivendo permanentemente uma situação que era, a princípio, provisória (*idem*, p.431). Nesta categoria, as autoras também pontuam a existência de trabalhadores que combinam o trabalho regular com o trabalho ocasional, os “bicos”. e É o caso de Andréa, que trabalha informalmente como manicure em um salão e, no seu dia de folga, atende “suas clientes”.

Retomando Cacciamali (2000), pode-se afirmar que a característica principal do trabalho assalariado não formal é a vulnerabilidade.

Apresentam [os diversos tipos de trabalho informal], entretanto, uma característica comum: sua vulnerabilidade, ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e, frequentemente, menores salários, principalmente para os menos qualificados (p.164).

A forma de inserção no trabalho informal é, também, para Alves e Tavares (2006), extremamente precária e se caracteriza por remuneração muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)<sup>12</sup>, auxílio-doença, licença--maternidade. Essa inserção

---

<sup>12</sup> FGTS significa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Foi instituído em 1967. É um fundo monetário, uma conta aberta na Caixa Econômica Federal para cada trabalhador formalmente empregado. O empregador deve depositar 8% do valor do salário pago ao empregado todos os meses nesta conta, e o

precária implica, por exemplo, que em casos de doença do trabalhador, ele precise parar de trabalhar e perca integralmente sua renda (*ibidem*, p.432), já que não possui direito a uma licença de saúde.

Sobre a precarização do trabalho, Dowbor (2002) afirma que:

É essencial entender que os sistemas de proteção tradicionais buscam regulamentar uma realidade antiga, cujo peso específico no mundo do trabalho ainda é significativo, mas está declinando rapidamente. O universo de trabalhadores desprotegidos, com isto, aumenta fortemente, exigindo a definição dos sistemas de apoio mais amplos, com referenciais novos de cobertura. (DOWBOR, *op.cit.*, p.17)

Na visão dos trabalhadores que concluíam o curso de Confeitaria Básica no Senai Barra Funda, as diferenças entre os tipos de trabalho formal, informal, precário e por conta própria parece bem clara.

### **Trajetórias de trabalho informal e por conta própria**

Durante as entrevistas, as noções de trabalho e emprego emergiram de forma diferenciada entre si. O trabalho é pensado como estratégia de sobrevivência, como meio de conseguir dinheiro para garantir e/ou complementar a renda familiar. O emprego é almejado como forma de garantir a renda e a subsistência da família, associado à estabilidade e aos direitos sociais implicados no trabalho formal, tais como a previdência social, o FGTS, férias e outros benefícios.

Nos depoimentos das mulheres entrevistadas, as noções de trabalho, emprego, desemprego e “bicos” aparecem associadas a determinados momentos de vida e situações de trabalho, mas chama-nos a atenção a clareza com que elas os diferenciavam. Sabiam que fazer um “bico” não era um emprego, que continuavam desempregadas, mesmo que trabalhando por dia, tinham consciência da situação de trabalho que não lhes permitia acessar os direitos sociais relativos ao trabalho formal.

O trabalho autônomo ou por conta própria também configura estratégia de trabalho e obtenção de renda, mas com pesos e valores diferentes para as entrevistadas. Soraia

---

trabalhador não pode acessar esse dinheiro enquanto estiver empregado, a não ser que seja para comprar um imóvel. Fonte: <http://www.fgts.gov.br/trabalhador/index.asp>. Acesso em 29/12/2012.

encara o trabalho autônomo como “o que acaba nos sobrando”, ou seja, como possibilidade de trabalho e sobrevivência fora do trabalho formal. Também apontou uma série de problemas relacionados ao trabalho por conta própria, como a intensidade e a extensão da jornada diária.

Já Andréa apontou o trabalho por conta própria como perspectiva de trabalho melhor do que o emprego formal como manicure, porque teria maior flexibilidade de horários e a possibilidade de aumentar seus rendimentos.

Juraci declarou ter uma oficina de costura em um salão em sua casa, na qual trabalhou por muito tempo, mas que estava parada no momento da entrevista, porque precisava comprar uma máquina, que ela chamou “galoneira”, e que custava mais de 2 mil reais. Ela, então, tinha voltado a trabalhar “por dia”, como faxineira diarista, para tentar juntar essa quantia e comprar a máquina. Ou, segundo suas palavras, “Deixa a Ana Beatriz empregar, que ela tira pra mim no cartão pra mim, né”. Ana Beatriz é a filha mais nova de Juraci, que, no momento da entrevista, estava em seu primeiro trabalho, abordando pessoas em um supermercado para vender cartões de crédito. Mas ela ainda estava no período de experiência, não havia sido “empregada”.

Essa declaração evidencia a importância que adquire o emprego de um membro para o grupo familiar como um todo. O acesso da filha ao crédito, por meio do emprego formal, possibilita que a mãe possa comprar uma máquina de costura em parcelas, e assim volte a gerar renda em sua própria oficina de costura. O crédito, entretanto, não aparece na frase de Juraci, mas o termo “empregar”: ela poderá “tirar” a máquina de costura no cartão, assim que se “empregar”. O emprego formal da filha influencia na atividade informal de Juraci. “O trabalhador informal pauperizado só consegue sobreviver porque vive num grupo familiar em que outros membros estão empregados nos segmentos regulamentados, podendo garantir a sobrevivência e reprodução da força de trabalho familiar” (ALVES e TAVARES, 2006, p.430).

Essa declaração também pode ser interpretada como reflexo da ausência de políticas de microcrédito para pequenos produtores ou, no limite, falta de acesso à informação sobre elas. O crédito privado, através da compra em parcelas “no cartão” é o meio a ser empregado para comprar a máquina, ou seja, para possibilitar o acesso a um bem de

consumo – ainda que, neste caso, seja um meio de produção – de valor mais alto do que a renda da família permite.

Entre os entrevistados, homens e mulheres relataram vivências diferenciadas do trabalho informal e da busca por emprego. A forma como homens e mulheres vivem a situação do trabalho precário, as atividades que realizam para gerar renda, as estratégias que elaboram para sobreviver e a forma que se organizam para buscar trabalho são distintas, e nos levam a crer que são condicionadas pelo sexo.

As mulheres afirmaram realizar todo o trabalho doméstico em suas casas, trabalhar “por dia” – ou seja, como faxineira diarista –, fazer “bicos” como manicures ou babás, trabalhar por conta própria em diversas atividades, e ainda procurar trabalho em centros públicos de atendimento ao trabalhador, através de redes de amizade ou pela Internet, geralmente com ajuda dos filhos.

Já os homens entrevistados, em que pese o fato de não serem casados e nem responsáveis pela sustentação de suas famílias, apenas a si mesmos, não mencionaram nenhum tipo de trabalho em casa, mesmo no período em que não estavam trabalhando.

Quando ainda estava no Equador, contou Bernardo que, depois de deixar a escola, não se sentia obrigado a trabalhar, porque seu pai o sustentava. Ainda assim, para ter seu próprio dinheiro, ele trabalhava esporadicamente, ajudando um primo, que também era vizinho, em uma estamperia:

Meu primo tinha uma estamperia, então eu trabalhava com ele. Não trabalhava exatamente, eu fazia bicos (...), eu trabalhava quando eu queria porque tinha meu pai que ajudava a me sustentar. (...) Eu trabalhava com ele, mas não era todo dia, eu trabalhava quando eu queria. Ele me chamava também quando eu não queria ir, mas eu não esquentava, não. (Bernardo, 11/05/2011)

Vivendo com os pais e sem depender do próprio trabalho para sobreviver, a situação do trabalho informal não representava um problema para Bernardo, pelo contrário: ele a percebia como a possibilidade de trabalhar quando queria, já que quando ele não queria, “não esquentava”, ou seja, não trabalhava e não tinha grandes preocupações com isso.

A entrevista com Bernardo foi bastante dedicada ao relato da viagem que ele empreendeu com um amigo desde Guayaquil, no Equador, para São Paulo, ao longo de quatro anos. Nesse período, os dois conseguiram trabalhos temporários, precários e informais para se sustentarem e continuarem viajando, como pode ser exemplificado nos tipos de trabalho que conseguiram durante o tempo que estavam em Caracas, na Venezuela: “Na Venezuela, eu tive a oportunidade de trabalhar... não era trabalho fixo, eram trabalhos de pintura, eu fiz vários trabalhos de pintura, de cera em lavanderia de carro também tive a oportunidade de fazer, mas não eram trabalhos diários”.

Eles passavam algum tempo nas cidades em que conseguiam trabalho, juntavam o dinheiro necessário para continuar viajando e partiam. Em diversos momentos da viagem, Bernardo e seu amigo sobreviveram graças ao trabalho qualificado que o amigo realizava: ele tinha conhecimentos na área de informática e fazia tatuagens. Em praças públicas ou em festivais, como o Carnaval de Parintins, no Pará, o amigo tatuou Bernardo para atrair a atenção de outras pessoas e conseguir dinheiro. A qualificação do amigo, que havia concluído os estudos básicos e tinha conhecimentos para trabalhar na área de computadores e informática, garantiu a sobrevivência dos dois, em muitos outros momentos, por exemplo, quando chegaram a Manaus e começaram a buscar trabalho: “E ele [um peruano que eles conheceram] levou meu amigo primeiro, apresentou o cara da informática e no mesmo dia arrumou um serviço. Eu demorei mais, demorei dois dias”.

Bernardo relatou a chegada às cidades, seguida da busca de trabalho, que implicava andar pela cidade oferecendo-se para realizar qualquer trabalho, como quando chegaram a Boa Vista: “Fomos procurar um serviço, andamos e nada. Cheguei lá e vi um circo, um parque, sei lá, acho que um parquinho, e eu cheguei em um senhor que estava ali e ‘quero trabalhar, preciso de dinheiro, estou com fome’, eu tive que falar, né!”. Em diversos pontos de seu relato, Bernardo descreveu situações em que ele e o amigo passaram fome ou situações extremas, por não terem dinheiro nem trabalho, e terem entrado no Brasil sem regularizar os documentos.

Em diversos momentos da sua narrativa, Bernardo apontou problemas com o chefe ou com colegas de trabalho, ou mesmo a chegada do Carnaval, quando tanto ele quanto o amigo decidiram “sair fora”, ou seja, abandonar o trabalho.

Então trabalhamos quase um mês. E nessa época caiu um carnaval, justo no dia e nós trabalhando. Sabe o que fizemos? Saímos fora do serviço. Abandonamos o serviço. Meu amigo disse “Bernardo, eu vou sair desse negócio. Não vou trabalhar hoje, não. Se mandarem embora, não estou nem aí. Mas eu vou curtir o carnaval, é o primeiro carnaval no Brasil e eu vou pular. Quer vir comigo?”, “Vamos embora, então. Deixa aí esse trabalho”.

E eu fiquei pensando que ele iria brigar com o cara e os amigos iriam entrar, ia ficar feio o negócio e eu falei “vamos embora, já que a gente não tem nada”.

Era hora do almoço e eu queria fazer o negócio rápido, e ela me falou “Bernardo, agora você não pode sair de jeito nenhum porque nós temos muito serviço para fazer e temos que carregar isso aqui, colocar na perua todas essas entregas”, e sabe o que eu fiz? Eu fui embora. Mesmo sabendo, eu estava sem noção e falei “não quero nem saber. Vou embora mesmo e já era”, peguei minhas coisas e fui embora. (Bernardo, 11/05/2011)

É possível apreender, desses trechos da fala de Bernardo, que ainda que ele e o amigo estivessem em viagem com o objetivo de chegar a São Paulo e, por diversas vezes, precisando do dinheiro, ambos não tinham nenhuma preocupação em permanecer nos empregos, e qualquer problema que aparecesse era solucionado com o abandono do trabalho.

Por um lado, isso está relacionado à situação transitória em que eles se encontravam, viajando, passando por cidades nas quais não queriam permanecer. Por outro lado, o comportamento displicente com relação às obrigações também está relacionado ao tipo de trabalho que eles realizavam nessas cidades: trabalhos sem nenhum tipo de registro ou formalidade, temporários e mal remunerados, o que se evidencia na fala “vamos embora, já que a gente não tem nada”.

Chegando finalmente a São Paulo, Bernardo e seu amigo contaram com a ajuda de uma assistente social, no centro da cidade, que os auxiliou e permitiu que eles se hospedassem em um dos “hotéis sociais” da Prefeitura. Em três meses na Capital, Bernardo conseguiu trabalho como almoxarife em uma empresa de importação de utilidades domésticas, que era propriedade de um argentino. Trabalhou dois anos nessa empresa, e de

lá saiu para trabalhar em outra empresa de importação, também como almoxarife, que era do filho do gerente da primeira empresa em que ficara empregado.

Bernardo, entretanto, não teve registro formal em nenhum de seus empregos no Brasil, o que configura sua situação atual como informal. Sobre isso, ele afirma que não pressiona seu atual empregador porque este o ajudou com a legalização de seus documentos:

Eu não sou registrado, mas, como me falou uma senhora, era obrigação do patrão me registrar, mas eu fico na minha também porque ele me deu a maior força, entendeu? Porque quando eu precisava do dinheiro, porque eu tinha que (...) o dinheiro para pegar a anistia, documentos e tudo isso, ele foi atrás dos meus documentos, CPF, eu não tinha nenhum documento desses, só o meu passaporte mesmo, e aquele senhor que me fez toda a correria. (Bernardo, 11/05/2011)

Bernardo demonstra gratidão por seu empregador, que permitiu que ele legalizasse seus documentos de imigração, ainda que o patrão não cumpra com seus deveres legais como empregador e o contrate formalmente. Segundo Cacciamali (2000), o fato de que, mesmo sem ter registro formal de trabalho, os cidadãos brasileiros (ou, no caso de Bernardo, imigrante com documentos em ordem) têm direito aos serviços básicos de saúde e uma aposentadoria mínima, de acordo com a Constituição de 1988, leva esses trabalhadores a não exigirem de seus empregadores o contrato formal.

Esses direitos sociais não incentivam o trabalhador, especialmente aquele que auferir salário próximo do mínimo, a desejar ou exigir um contrato legal de trabalho, principalmente quando jovem. Esse trabalhador, entretanto, não dispõe de nenhuma garantia de renda no caso de acidente ou de problema de saúde decorrentes do trabalho, bem como não recebe, salvo acordo com a empresa ou patrão, as compensações de renda referentes à dispensa involuntária (aviso prévio, proporcional de férias, proporcional da gratificação de Natal, recebimento de PIS/PASEP e FGTS) e em geral não recebe remuneração correspondente às horas extras. Além disso, por não estar sindicalizado, não tem acesso às resoluções dos acordos coletivos e não pode ingressar no sistema do seguro-desemprego (p.166).

Sobre os trabalhadores que não têm registro formal, a “carteira assinada”, Alves e Tavares (2006) avaliam que são os mais precarizados na escala dos ocupados no setor

informal: “(...) os assalariados em empresas com até cinco empregados sem registro em carteira são os mais precarizados na escala dos ocupados nas atividades informais. Normalmente, eles têm nível de instrução muito baixo, alta rotatividade no emprego, baixos salários e não contribuem com a Previdência” (ALVES e TAVARES, 2006, citando MARTINS e DOBROWSKI, 2000, p.30).

Todas essas afirmações correspondiam à situação laboral de Bernardo no momento da entrevista. E ele estava consciente disso. Tanto que, ainda que estivesse trabalhando, Bernardo afirmava estar procurando emprego, e que foi assim que soube da oferta do curso: “Eu estava acessando o ACESSA São Paulo e estava procurando um emprego. Eu tinha emprego, mas não era registrado e estava enviando currículo pelo *site* mesmo, para ver se alguém precisava do serviço de almoxarife”. Essa declaração demonstra que, mesmo sendo grato a seu empregador, Bernardo estava buscando um trabalho que lhe permitisse acessar direitos sociais e certa estabilidade, ou seja, sair da informalidade.

Considerando os momentos de não trabalho, descritos por Bernardo, podemos observar que a sua associação com o amigo com quem viajava foi fundamental para a sobrevivência dos dois. Os trabalhos anteriores que já havia realizado, tanto no Equador como nos outros países pelos quais passaram antes de chegar ao Brasil, também foram importantes para que ele conseguisse exercer atividade remunerada, tanto ao longo da viagem, como quando chegou a São Paulo.

Foi possível perceber, ao longo de seu relato, uma mudança em sua postura diante do trabalho. Ao longo da viagem, provavelmente em função do caráter transitório e temporário das ocupações que conseguia, Bernardo descreveu um comportamento em que o trabalho representava apenas uma atividade, cuja remuneração garantia a sobrevivência e a continuidade da viagem. Em diversos momentos, qualquer problema na cidade ou no trabalho significava o abandono daquela ocupação. Entretanto, desde que chegou a São Paulo, Bernardo descreveu uma postura de mais seriedade diante do trabalho, provavelmente em função das responsabilidades que adquiriu, como o pagamento do aluguel do lugar onde mora.

Frederico descreveu uma trajetória profissional que alternou trabalho informal e emprego diversas vezes. Assim como Bernardo, Frederico também é solteiro e não tem responsabilidades de sustentar uma família, o que influencia sua relação com o trabalho.

Os pais de Frederico trabalhavam por conta própria desde sua infância – a mãe como vendedora ambulante, o pai era proprietário de uma pequena mercearia, e ele deixou a escola e passou a ajudá-los, inicialmente a mãe, em seguida o pai. Nos períodos ao longo da vida adulta em que ficava desempregado, trabalhava com os pais, conforme ele mesmo relata:

Fiquei algum tempo desempregado. É... os tempos que eu fiquei desempregado era tempo também que eu tava trabalhando em casa com meu pai e com a minha mãe. Meu pai também tinha uma merceariuzinha, então eu tava trabalhando, fiquei um bom tempo trabalhando com ele na mercearia, e tal. Não foi um bom tempo pra mim, por que... todo esse tempo que você trabalha com a família, você perde anos de INSS, você perde, né... várias coisas que não te garante nada, né. Você tá ajudando a família. As pessoas, às vezes, não, não se apercebe disso... (Frederico, 12/05/2011)

Nesse trecho de seu depoimento, Frederico expressou com clareza uma das dimensões do trabalho informal, que pode ser essa característica familiar, a “ajuda” a um membro da família que tem um negócio próprio, mas que, para o trabalhador que o realiza, configura um prejuízo no longo prazo, pois, como bem assinalado por Frederico, significa menos tempo de contribuição com a Previdência Social, além de outros (FGTS, seguro-desemprego etc.). A situação de informalidade de Frederico quando contribuiu com o trabalho da família remete à proposição de Alves e Tavares (2006), de que “Em muitos casos, a sobrevivência das pequenas unidades de produção depende fundamentalmente do trabalho informal e do auxílio da força de trabalho familiar não paga. É por meio dos membros da família que se reduz o custo de reprodução da força de trabalho (...)” (*ibidem*, p.433).

A trajetória profissional de Frederico, que se iniciou ajudando a mãe em seu trabalho como autônoma vendendo roupas – cuja experiência será discutida mais detidamente no Capítulo 3 –, é caracterizada por diversos tipos de trabalho, em áreas muito diferentes, em distintos regimes de trabalho. O emprego que ele afirma ter gostado mais é

também o emprego formal em que permaneceu por mais tempo, como auxiliar de cozinha em um restaurante no Rio de Janeiro, apesar da rotina de trabalho estressante e intensa.

Aos 18 anos, Frederico serviu o Exército, onde foi soldado raso e trabalhava como almoxarife e auxiliar de enfermagem. Quando foi dispensado, conseguiu trabalho com um contrato temporário na Rádio Roquete Pinto. Segundo ele, no governo de Moreira Franco (1987-1991), os contratos temporários foram suspensos para a abertura de concurso público para contratação, e ele foi dispensado. Voltou a trabalhar com o pai, na mercearia da família, entre 1991 e 1992, até que conseguiu trabalho como almoxarife em um laboratório de análises clínicas; ali tinha registro formal e nele permaneceu por 5 anos. De 2002 a 2004, sem trabalho formal, ajudou o pai e a mãe em seus empreendimentos. Em 2004, conseguiu emprego no restaurante, onde ficou até 2009. A partir de sua saída do restaurante, auxiliou novamente o pai na mercearia e, em 2010, veio para São Paulo, com o intuito de fazer um curso de qualificação profissional que fosse gratuito.

Em seu relato, Frederico revela que há conflito entre sua religião e o trabalho. Assim como seu pai, ele é adventista, e em função de sua fé, não pode trabalhar aos sábados. Quando questionado sobre sua busca de emprego, ele relata:

Na área de confeitaria eu não vou procurar porque nessa área de restaurante e confeitaria é... de hotelaria e gastronomia, ela exige que você trabalhe sábado e domingo, é... final de semana. Só que eu sou adventista, eu não trabalho no sábado. E isso aí complica pra você arrumar um emprego nessa área. (Frederico, 12/05/2011)

A possibilidade de trabalho na área em que concluiu o curso consistiria, portanto, em iniciar um empreendimento próprio, de maneira que pudesse manter o estabelecimento fechado aos sábados:

E aí, dá pra eu trabalhar, fazer... botar uma confeitaria pra mim mesmo, né, e... depois, depois que eu me estabelecer mesmo, criar um cronograma do que eu quero fazer, fazer uma pesquisa de mercado mesmo, fazer uma coisa assim legal, pra eu poder abrir um negócio pra mim com esse conforto, pra eu poder não abrir aos sábados. (Frederico, 12/05/2011)

Das mulheres entrevistadas, Sandra, Soraia e Neusa declararam estar desempregadas, Andréa e Juraci afirmaram estar trabalhando, mas não empregadas. Ao

longo das entrevistas, no entanto, foi possível notar que todas as entrevistadas trabalhavam informalmente, exceto Sandra, que afirmou estar procurando trabalho, mas sem sucesso.

Discutiremos primeiro a situação de Sandra, que nos pareceu a mais difícil e desesperadora do que as das demais, já que ela não estava conseguindo acessar nenhum tipo de trabalho, nem temporário, nem doméstico, nem de nenhuma natureza.

Sandra tem uma trajetória profissional errática, que oscila entre o trabalho doméstico em casas de família sem registro formal e o trabalho em empresas terceirizadas de limpeza, com registro formal, mas por curtos espaços de tempo. Até os 18 anos, foi responsável pelo serviço doméstico na casa de seus pais e pela criação dos irmãos mais novos e sobrinhos. A partir dos 19 anos, foi procurar serviço fora de casa.

A trajetória de Sandra é marcada pela curta permanência nos empregos, o que ela atribui ao fato de trabalhar em empresas pequenas:

Eu faço a entrevista, começo a trabalhar, segura até 2 meses, 2, 3 meses e depois acaba dispensando. (...) Sempre trabalhei... é em empresa pequena. A maioria é empresa pequena. Nunca fui em empresa grande. A carteira tá bagunçada. Se quiser ver minha carteira, toda bagunçada. Esse agora, hoje mesmo já fui, comecei essa semana ni um. A moça já não foi com meu jeito. Já não foi com a minha cara, aí mandou dispensar. Menos de uma semana. Fiquei 2 dias. (Sandra, 29/04/2011)

O sofrimento de Sandra, consequência do desemprego prolongado, da falta de perspectivas, da dificuldade em se manter no emprego, é reflexo da falta de um sistema de proteção ao trabalho e ao trabalhador. O trabalho de faxineira, tanto em casas de família quanto em empresas, é o que se lhe apresenta como possibilidade, provavelmente em função da pouca escolaridade.

Sobre a busca por trabalho, ela afirmou que “não tem dado sorte”, pois não encontra trabalho de nenhuma natureza. Durante sua busca, ela foi ao CAT (Centro de Apoio ao Trabalho), órgão da Prefeitura Municipal de São Paulo, “procurar serviço” e foi-lhe oferecida a possibilidade de se inscrever para o curso de qualificação. Ainda que ela afirme que confeitaria não foi sua escolha, ela aceitou fazer o curso porque este lhe pareceu uma

possibilidade de se qualificar para buscar um trabalho melhor, e talvez “mudar essa vida de ficar só na faxina”.

[Por que decidiu participar do curso] Eu falei assim, ah é a qualificação, né. [aceitou fazer o curso de confeitaria] Pra ver se eu consigo arrumar um serviço mais diferente. Arrumar uma coisa diferente. (...) É. Parte de produção, qualquer coisa, né. Mudar essa vida, ficar só na faxina. (Sandra, 29/04/2011)

Sandra também afirmou que esse foi o primeiro curso que participou e, ainda que não fosse sua opção, declarou que gostaria de fazer o curso técnico de gastronomia, porque aproveitou muito o curso e porque gosta de cozinhar. O fato de Sandra ter concluído apenas a quarta série, ter vontade de continuar os estudos, o que declarou em diversos momentos da entrevista e em nossas conversas informais na unidade, parece ser um elemento que contribui para a concepção que ela expressa, de que o acesso a alguma qualificação poderia modificar sua trajetória profissional, abrindo-lhe a possibilidade de conseguir trabalho mais qualificado e mais bem remunerado.

Tendo passado por diversas empresas e casas de famílias, Sandra relatou brevemente a forma como empreende a busca por trabalho. Seu primeiro emprego, conseguiu-o por meio de um “papelzinho” que lhe foi entregue na rua:

Olha primeira entrevista fui numa empresa assim bem... Brasilitas, me lembro até hoje. Foi a primeira, que eu fui lá... deixa eu ver, nem lembro, foi ali na Domingo de Moraes. Era ali antigamente. (...) Eu fui lá né, peguei o papelzinho e falei ah vai ser essa aqui mesmo. (Sandra, 29/04/2011)

A partir dessa primeira experiência de trabalho profissional fora do âmbito da casa da sua família, Sandra passou por diversas empresas terceirizadas de limpeza.

aí... como a loja fechou, aí não tem mais como arrumar. Aí depois fui pra outra loja de ferramenta, Temel. Fiquei 2 anos. Aí depois, depois essa loja dispensou quando foi o negócio da terceirização, fechou, aí mandou embora, aí fiquei 9 meses. Foi, aí deu tudo errado. Nunca mais eu consegui serviço, só empresa terceirizada. (...) Hoje só empresa

terceirizada. Foi Cento, foi (...), foi Lombardi, serviço mais, um monte delas. Aí foi um monte delas, não lembro mais. (Sandra, 29/04/2011)

A forma como Sandra descreveu sua experiência nas empresas terceirizadas remete à alta rotatividade associada ao trabalho nessas empresas: “um monte delas”. Ela disse que nunca se demitiu de nenhum trabalho, sempre saiu quando as empresas foram fechadas ou quando ela foi mandada embora.

Ela descreveu o trabalho nas empresas terceirizadas como “muito ruim”: “Era ruim demais, um pouco ruim. Antes não era tão ruim quanto agora. Antes não, antes era mais confortável, que tinha tudo à mão. Material, tudo, agora não. Agora, se acaba material você não consegue”. As condições de trabalho, segundo ela, são muito difíceis, pois, ainda que prestassem serviços em diversos locais, dependiam da empresa para fornecer o material de limpeza, e essa, muitas vezes demorava a entregar, de forma que ela tinha que “se virar” com o que estivesse à mão, “só com água e esponja”.

Além disso, ela também apontou que a remuneração era muito baixa: “O benefício é muito pouco, o benefício. Eu peguei algumas pequenas, muito pouco, não tá dando”. De acordo com Araújo e Durães (2009), “a informalidade se encontra hoje no coração da formalidade, por meio dos processos de flexibilização e terceirização. Ela se apresenta como uma componente imprescindível do processo de acumulação e da busca por maior produtividade, redução de custos e maiores lucros” (p.206). A informalidade possibilita aumentar a intensidade da exploração sobre os trabalhadores.

A informalidade não se expressa, necessariamente, pela não existência de um contrato formal de trabalho, mas, principalmente, pela situação de instabilidade e insegurança que impõe ao trabalhador ou trabalhadora. No caso de Sandra, mesmo tendo contrato e até registro em carteira profissional, trabalhando nas empresas terceirizadas, ela continua na informalidade, em função da alta rotatividade que caracteriza este segmento de trabalho, dos baixos salários e das condições precárias de trabalho, que configuram uma situação de vulnerabilidade.

Sandra relatou encontrar uma série de dificuldades na sua busca por trabalho, mas não apontou a escolaridade. A principal dificuldade que ela sinaliza é a idade. “Agora tá um pouco difícil, eu fiquei andando procurando. Batendo de porta em porta até... com a idade que eu to agora, pouco. 41 anos é muito pouco”.

A idade também foi apontada como elemento complicador na busca de trabalho por Neusa. Ela mencionou, entre as dificuldades que enfrenta na sua procura, que “tem o negócio da idade também”.

Às vezes vai... vai procurar emprego na área de limpeza e é difícil. Eles quer experiência de 2 anos, pessoas com 35 anos, essas coisinha assim. Que eles acha que passou dos 30 não tem mais capacidade de trabalhar, né. (Neusa, 02/05/2011)

A afirmação de Neusa remete a um preconceito que as pessoas com mais idade encontram para conseguir um posto de trabalho. Ela entende o mercado de trabalho e especialmente os empregadores como pessoas que exigem demais dos candidatos a um trabalho: “Eu acho que hoje em dia é exigência mesmo. Eles exigem muito”. As exigências se referem a diversos elementos, como a idade e, de acordo com o depoimento dela, principalmente à experiência profissional anterior:

Não porque assim quando você vai procurar um emprego eles quer experiência. Primeira coisa que eles pede é experiência. E o negócio de idade também. Aí então... (...) Mas cê vai, cê liga, cê marca entrevista, chega lá é tanta exigência. Ah, então. (...) Eu fui ni... eu fui ni algumas. É muita gente, eles seleciona muita gente, entendeu. Aí cê chega lá... é assim. (Neusa, 02/05/2011)

Nesse trecho de seu depoimento, Neusa revelou que, além da idade e da experiência anterior, há também grande concorrência para as vagas, “até de faxina”: “Você vai aí nesse Centro de Solidariedade procurar emprego, é... pra você conseguir ali uma vaga, são milhares. Você vai numa seleção, tem 15 pessoas numa seleção. Pra pegar uma”.

Uma situação de concorrência como essa descrita por Neusa, em que há 15 pessoas se candidatando a uma vaga de trabalho, oferece ao empregador ampla margem de barganha, tanto para exigir qualquer qualificação para o trabalho, mesmo que o trabalho em si não demande determinadas qualificações, quanto para reduzir salários. De acordo com Paul Singer (1998): “Os desempregados, que outrora eram denominados de exército industrial de reserva, desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas

prateleiras: eles evitam que os salários subam” (p.13)<sup>13</sup>.

Soraia também afirmou estar desempregada, ainda que, no momento da entrevista, estivesse trabalhando por conta própria. Ela afirma, todavia, que preferiria não trabalhar por conta própria, “Se aparecer a oportunidade de eu trabalhar registrada, eu vou, mas enquanto isso, eu não vou ficar sentada chorando”. O trabalho por conta própria é uma estratégia de sobrevivência, uma forma de conseguir renda para viver, mas não o tipo de trabalho que ela gostaria de ter.

Ao longo da entrevista, ela levantou diversos problemas em relação ao trabalho por conta própria, atividade que desenvolveu desde que começou a buscar trabalho, aos 21 anos. Ela nunca teve um emprego formal. Mas, ao encontrar demasiados obstáculos para se inserir em atividade remunerada com acesso aos direitos sociais, dedicou-se a trabalhar por conta própria, já que ela não pretendia “ficar sentada chorando”. Então realizava atividades autônomas como conserto do equipamento de regulagem de relógios e produção em ourivesaria – trabalhos altamente especializados –, cujos conhecimentos necessários adquiriu em cursos profissionalizantes, acessados tanto por intermédio do sindicato (Força Sindical e CUT), quanto pelo poder público (curso que estava concluindo no momento da entrevista).

Sobre o trabalho por conta própria, ela nos informa:

Pra trabalhar como autônoma. É... é... é o que acaba nos sobrando, né. Porque quem trabalha registrado não sabe o que que é você ter que trabalhar durante o final de semana, não sabe o que é você não ter ninguém pra você entregar um atestado médico. Ah... quando você tem uma produção pra fazer, um trabalho pra entregar, você não tem hora. A pessoa, o cliente falou que precisa daquilo pra amanhã cedo, você vai fazer pra amanhã cedo.

---

<sup>13</sup> Utilizaremos a metodologia da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo Dieese) para caracterizar o entendimento da condição de desemprego, que considera o desemprego por desalento, desemprego oculto por trabalho ocasional e o desemprego, que consiste na situação em que há busca de emprego/ trabalho. Sobre a metodologia da PED, foi consultado o site da Pesquisa na internet: [http://www.seade.gov.br/produtos/ped/microdados/ped\\_metodologia.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/ped/microdados/ped_metodologia.pdf), acesso em 23/12/2012.

Nessa afirmação, destaca-se a forma como a percepção da ausência de qualquer tipo de garantia emerge com força, a dependência apenas da própria força de trabalho sem qualquer tipo de proteção. Se, por algum motivo, não pode trabalhar ou produzir, não há rendimento, não há remuneração. Por isso, trabalhando sob demanda, Soraia precisa trabalhar aos finais de semana (extensão da jornada), não tem para quem entregar um atestado médico (licença médica).

De acordo com Cacciamali (2000), o trabalho por conta própria é a forma mais “tradicional” do trabalho informal, e o que caracteriza estes trabalhadores é que eles são

indivíduos com pouco nível de capital físico ou humano, que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos. Trabalham diretamente na produção ou na prestação de um serviço e podem engajar familiares ou ajudantes-assalariados nesse processo como extensão de seu próprio trabalho, ou seja, prescindem de mão-de-obra assalariada permanente para seu funcionamento. A lógica de sua atuação no mercado prende-se à sobrevivência, à obtenção de um montante de renda que lhes permita sua reprodução e de sua família, não tendo como meta explícita a acumulação ou a obtenção de uma rentabilidade de mercado, inclusive porque não possuem nem capitalização nem organização do trabalho que lhes deem sustentação para tais fins (p.167).

Em função dos cursos que está realizando na área de confeitaria e pães integrais, Soraia voltou a procurar trabalho. Sua percepção das dificuldades para entrar no mercado de trabalho aproxima-se muito das que foram relatadas por Sandra e Neusa, ou seja, a importância atribuída pelos empregadores à experiência profissional anterior e a idade:

Aí quando você vai entrar no mercado de trabalho, você passa aí, 24, 25 anos, você vai tentar se formar... e pra entrar no mercado de trabalho já é muito tarde. Pro mercado formal. Se você não tem nenhuma experiência registrada antes, se você não tem ninguém que te indique, que te encaixe, você com uma carteira limpa com 25 anos, você é... e não tá se formando. (...) Com 25 anos você tá se formando numa faculdade. (Soraia, 12/05/2011)

Soraia ainda apontou outro fator “complicador”: a escolaridade. É interessante notar, entretanto, que ela foi a mulher entrevistada com maior escolaridade. Provavelmente por isso, afirma que, aos 25 anos, deveria estar se formando em uma faculdade. Evidentemente, sua percepção do mercado de trabalho refere-se à sua própria experiência e

trajetória pessoal, e não ter cursado uma faculdade foi uma frustração para ela, que se casou aos 17 anos, grávida. Essa frustração remete às dificuldades que encontrou depois que a filha nasceu e ela se separou, aos 25 anos, sem experiência profissional nenhuma e sem curso superior, para conseguir trabalho.

Soraia demonstra ter consciência da diferença que se coloca para conseguir um emprego e para conseguir um trabalho: ela declara que essa dificuldade se refere ao mercado formal, ou seja, ao emprego com registro em carteira e acesso aos direitos sociais associados ao trabalho. No seu caso, não tendo êxito para entrar no mercado formal, ela vai trabalhar por conta própria: “O que acaba gerando a necessidade de eu ser autônoma de novo, por quê? Porque no mercado de trabalho é muito difícil de você entrar”.

Cacciamali (2000) aponta quatro motivos para a expansão dessa forma específica de trabalho informal, o trabalho por conta própria:

(i) racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias; (ii) oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação; (iii) expansão de atividades de serviços; e (iv) estratégia de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho, frequentemente, nessa última situação, poderão exercer trabalhos de baixa produtividade. (p.160)

A partir do curso de qualificação, Soraia retomou sua busca de trabalho formal e, utilizando o “mural do Senai” – um mural localizado no segundo andar da unidade, onde há diversas vagas de trabalho em aberto sendo ofertadas aos alunos do Senai –, voltou a participar de entrevistas de seleção. Em uma delas, ela confrontou-se com um preconceito que já havia vivido, buscando trabalho em outras ocupações: era preterida por ser mulher.

De acordo com Araújo (2005), ao analisar a inclusão da categoria gênero nos estudos sobre o trabalho, a partir dos anos 80, “Os estudos do mercado de trabalho focalizaram inicialmente a segregação ocupacional das mulheres (os guetos de ocupação feminina), e a segmentação do mercado de trabalho que confere às mulheres as posições desprestigiadas, mais instáveis e desprotegidas” (p.88). O depoimento de Soraia, com relação ao preconceito que enfrentou em sua busca de emprego, confirma a veracidade dessa afirmação.

Soraia relata que concluiu o primeiro curso de qualificação pela Força Sindical, de ourivesaria, em 1998, com o objetivo de conseguir empregar-se: “Aí eu fiz ourivesaria, tinha até uns clientezinhos. Mas eu não tinha como entrar numa empresa. Grande. Numa oficina pequena, então, nem pensar”. Ela não especifica por que não tinha como entrar em uma oficina de ourivesaria e produção de joias, mas relata que começou a trabalhar por conta própria, já que tinha “uns clientezinhos”. Entretanto, o trabalho de ourives tem um custo de produção muito alto, como ela relatou em detalhes durante a entrevista, e a margem de lucro é pequena.

Ela decidiu, então, fazer outro curso de qualificação, também pela Força Sindical, como estratégia para se inserir em outro tipo de produção, ainda com o objetivo de conseguir um emprego.

Eu fui pra relojoaria. Achando que era um serviço mais elitizado, que teria menos preconceito, porque você precisa de mais conhecimento técnico, você precisa de um asseio, você precisa de vários fatores que eu acho que a mulher se encaixaria melhor. E fui, e quando eu fui procurar emprego nas assistências técnicas eu não consegui emprego em nenhuma, eu mandei pra todas as assistências técnicas. Pessoas menos qualificadas que eu entraram, e eu não entrei. (...) Porque não se põe mulher em oficina. (Soraia, 12/05/2011)

Inicialmente, Soraia afirmou que o trabalho em relojoaria demanda uma série de “fatores” que ela acredita que uma “mulher se encaixaria melhor”, e apontou o conhecimento técnico e o asseio. Em sua compreensão do trabalho, uma mulher (que nos parece genérica em seu discurso, ela não afirma que teria que ser ela mesma, necessariamente) teria o conhecimento e a prática necessários para conseguir realizar o trabalho. Entretanto, apesar desses fatores aparentemente naturais da mulher, é precisamente por ser mulher que ela não consegue o trabalho. E, taxativamente, afirma que “não se põe mulher em oficina”.

O problema parece residir no espaço do trabalho, na oficina, o que fica claro na explicação que ela mesma dá para este fato. Quando relata que sua busca de emprego nas assistências técnicas de relógios, ela contou que:

[...] na assistência técnica grande, que o cara que tem a grana prefere mandar esse relógio pra uma assistência que ele tá ali fisicamente constituída, eles não aceitam mulher. Aqui em São Paulo você não tem mulher trabalhando em assistência técnica. É... como a Oriente, a Seiko, a Seiko já não existe mais, mas a Oriente, a Bulova, a Rolex, a H. Stern, não existe mulher trabalhando. Por quê? Porque eles não querem colocar uma mulher no meio de uma produção masculina, porque eles acham que vai desviar a atenção do relojoeiro. (Soraia, 12/05/2011)

A partir desse trecho de seu depoimento, Soraia deixou claro que o problema não está relacionado a nenhuma característica dela mesma, nem à sua escolaridade, conhecimento técnico, experiência no trabalho ou nada que ela possa mudar. Trata-se de um problema em colocar uma mulher em uma “produção masculina”, um ambiente onde só existem homens, em que a mulher poderia “desviar a atenção do relojoeiro”. Este trecho revela claramente um preconceito para conseguir um posto de trabalho, associado, unicamente, ao fato de ser mulher.

A ideia de uma “produção masculina” remete a uma divisão entre trabalhos de mulher e trabalhos de homens, determinadas atividades que estariam ligadas a características fisiológicas dos sexos. A divisão sexual do trabalho estrutura-se a partir de dois princípios fundamentais: o princípio da separação, segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio da hierarquização, que pressupõe que o trabalho de um homem tem mais valor do que o trabalho de uma mulher. A legitimação desses princípios e, portanto, da divisão sexual do trabalho, se dá em um processo específico, a ideologia naturalista, que reduz o gênero ao sexo biológico, e as práticas sociais aos papéis sociais (HIRATA *et* KERGOAT, 2007).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, maciça e crescente há 40 anos, é marcada por uma profunda desigualdade entre as próprias mulheres. Por um lado, há um crescimento na participação de mulheres com altos níveis de escolaridade em cargos de chefia e em ocupações consideradas tradicionalmente masculinas, ou seja, subvertendo os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. No entanto, comparativamente, mantêm-se as diferenças de rendimento entre os sexos, mesmo entre os níveis de maior escolarização (ver tabela 3).

Por outro lado, persiste a existência de uma parcela muito grande de mulheres em situações de emprego precário, instável, de tempo parcial e em ocupações desvalorizadas socialmente (HIRATA, 2007).

Segundo Bruschini e Lombardi (2000), a força de trabalho feminina seria caracterizada por estes dois polos de atividade: um polo que abriga as ocupações de má qualidade com relação aos níveis de rendimento, formalização das relações e proteção no trabalho, e outro polo, composto pelas “boas” ocupações, socialmente valorizadas, caracterizadas por níveis mais elevados de formalização, de rendimentos e proteção social. Neste segundo polo, no entanto, as mulheres ainda possuem um patamar de rendimento inferior aos homens na mesma profissão, embora, em comparação com as mulheres no polo oposto, seus rendimentos sejam muito maiores. A premissa sobre a bipolaridade do trabalho feminino, também pode ser observada na tabela 1 abaixo.

**Tabela 1 – Distribuição dos empregos com carteira de trabalho assinada das mulheres por grandes grupos ocupacionais, segundo escolaridade (Brasil, 2009), em %.**

<b>Grandes grupos ocupacionais</b>	<b>Sem instrução</b>	<b>Fund. incomp.</b>	<b>Fund. completo</b>	<b>Médio incomp.</b>	<b>Médio completo</b>	<b>Superior incomp.</b>	<b>Superior completo (4)</b>
Membros superiores do poder público, dirigentes (1) e gerentes	0,0	2,1	4,7	3,3	4,1	6,3	8,0
Profissionais das ciências e das artes	0,0	0,7	4,2	1,3	4,3	11,8	53,6
Técnicos de nível médio (2)	0,2	3,6	6,7	7,3	18,0	21,7	18,1
Trabalhadores de serviços administrativos	0,0	11,8	16,9	28,5	36,2	47,8	17,3
Trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio (3)	65,9	53,0	46,4	39,1	27,2	10,1	2,5
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	16,5	6,4	1,7	1,2	0,3	0,1	0,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	14,8	20,7	18,2	18,3	9,3	2,1	0,4
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	2,6	1,7	1,2	1,0	0,5	0,1	0,1
<b>Total (em números absolutos)</b>	<b>42.774</b>	<b>1.804.931</b>	<b>1.821.758</b>	<b>1.134.968</b>	<b>7.385.220</b>	<b>912.512</b>	<b>3.970.358</b>

Fonte: Anuário das Mulheres Brasileiras. Dieese – São Paulo, 2011.

(1) Dirigentes de organizações públicas e de empresas; (2) Este grande grupo ocupacional compreende ocupações que requerem formação técnica de nível médio ou superior. A existência de registros com escolaridade inferior ao requerido pode ocorrer devido à falta de atualização do grau de escolaridade do empregado no registro administrativo; (3) Lojas e mercados; (4) Inclui mestrado e doutorado. Obs.: O total inclui os casos ignorados.

A tabela 1 evidencia que mais da metade (53,6%) das mulheres com escolaridade igual ao superior ao ensino superior completo estão nas ocupações da área de ciências e artes<sup>14</sup>; entretanto, mesmo possuindo ensino superior (35,4%) estão nos grupos ocupacionais que não exigem essa escolaridade: técnicos de nível médio (18,1%) e serviços administrativos (17,3%). Por outro lado, quase 2/3 das mulheres (65,9%) sem instrução trabalham nas ocupações de serviços e vendedoras de comércio e 31,3% trabalham em atividades agrícolas (16,5%) e na produção de bens e serviços industriais (14,8%).

Embora haja relação entre o tipo de trabalho desempenhado pelas mulheres, pelo menos formalmente, e o nível de escolaridade, observa-se que as mulheres mais escolarizadas desempenham funções que exigem menos escolaridade, assim como há menor participação delas nas ocupações de direção e gerência. Também predominam, entre as mulheres com escolaridade superior ao ensino fundamental, o trabalho em serviços administrativos. É possível observar a existência dos dois polos descritos por Bruschini e Lombardi (2000, p.100): “o primeiro abriga as ocupações de má qualidade quanto aos níveis de rendimento, formalização das relações e proteção no trabalho. O outro, as boas ocupações, caracterizadas por níveis mais elevados de formalização, de rendimentos e de proteção”.

Segundo as autoras, a análise da inserção feminina no mercado de trabalho aponta para mudanças e continuidades, que se caracterizam por esses dois polos de ocupações. As autoras também chamam atenção para o fato que, mesmo no polo mais desenvolvido, as mulheres ainda estão nas ocupações tradicionalmente femininas, como a docência e as ocupações de auxiliares na Medicina e Odontologia (*idem*, p.85). Destaca-se o ingresso das mulheres nas carreiras jurídicas de nível superior, onde o aumento da participação das mulheres foi relativamente maior, tomando-se como parâmetro o período da década de 80 ao ano de 1991 (período da análise das autoras).

---

<sup>14</sup> Os profissionais das ciências e das artes compreendem os pesquisadores e profissionais policientíficos; profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia; profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins; profissionais do ensino; profissionais das ciências jurídicas; profissionais das ciências sociais e humanas; e comunicadores, artistas e religiosos.

A pertinência da análise, no entanto, é válida ainda hoje. Embora a taxa de desemprego feminino venha regredindo ano a ano, as mesmas desigualdades continuam sendo observadas, entre homens e mulheres, e entre as próprias mulheres, quando se faz uma análise da qualidade deste trabalho e de seu vínculo empregatício.

Em relação à posição na ocupação, a PNAD nos permite uma comparação entre homens e mulheres, por cor/raça, que é bastante elucidativa das diferenças que se colocam em relação a trabalho.

**Tabela 2 – Distribuição das/os ocupadas/os por posição na ocupação, segundo sexo e cor/raça (Brasil, 2009), em %.**

Posição na ocupação	Mulheres		Homens		Total
	Negras	Não negras	Negros	Não negros	
Assalariados	21,0	23,4	29,0	26,6	100,0
Conta própria	16,8	16,7	35,4	31,1	100,0
Empregadores	6,7	19,6	23,4	50,3	100,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	38,1	21,6	26,2	14,1	100,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	7,4	5,6	55,1	31,9	100,0
Não remunerado	29,2	29,0	24,4	17,4	100,0

Fonte: Anuário das Mulheres Brasileiras. Dieese – São Paulo, 2011.

Na tabela 2, há que se destacar que as mulheres negras (38,1%) são maioria como trabalhadoras na produção para o próprio consumo, seguidas de homens negros (26,2%). Segundo o IBGE, trabalhador na produção para o próprio consumo é a “pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar”.

As mulheres ocupadas, em 2009, sem remuneração – negras (29,2%) e não negras (29%) –, eram a maioria (58,2%). Dentre a população ocupada assalariada as mulheres negras representavam o menor grupo (21%); assim como entre os empregadores (6,7%). Os homens, segundo os dados da tabela 2, são a maioria como empregadores (73,7%); trabalhando por conta própria (66,5%); assalariados (55,6%); e como trabalhadores na construção para o próprio consumo (87%). Se desagregarmos por cor, os empregadores são

não negros (50,3%); e os que trabalham na construção são negros (55,1%). A clivagem de cor indica, por suposto, a condição de classe social.

Com relação aos rendimentos, é possível analisar as diferenças entre homens e mulheres a partir da escolarização. A tabela 8, abaixo, indica-nos que as mulheres com escolarização até o ensino fundamental (oito anos de escolarização), ganhavam, em 2009, na sua maioria até 1 salário mínimo. À medida que aumentam os níveis de escolarização os salários também aumentam, mas não na mesma proporção que para os homens.

**Tabela 3 – Distribuição das/os ocupadas/os por faixas de rendimento mensal do trabalho mensal, segundo sexo e anos de estudo. Brasil 2009 (em %)**

Sexo/ Rendimento do Trabalho Principal	Sem instrução/ menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Total	
<b>Mulheres</b>	Até 1 SM	87,9	82,0	70,1	57,8	33,3	7,9	48,7
	<b>Mais de 1 a 2 SM</b>	10,2	16,0	25,6	34,4	44,6	20,6	31,4
	<b>Mais de 2 a 3 SM</b>	1,1	1,2	2,6	4,7	10,8	18,3	7,8
	<b>Mais de 3 a 5 SM</b>	0,5	0,5	1,3	2,1	7,8	25,5	6,9
	<b>Mais de 5 SM</b>	0,3	0,2	0,4	1,0	3,5	27,7	5,2
	<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Homens</b>	Até 1 SM	68,7	57,1	41,4	32,0	15,2	3,4	33,0
	<b>Mais de 1 a 2 SM</b>	23,7	30,8	37,5	40,9	37,2	10,1	33,8
	<b>Mais de 2 a 3 SM</b>	4,6	7,1	11,5	13,9	18,7	11,7	13,0
	<b>Mais de 3 a 5 SM</b>	2,1	3,3	6,9	9,1	17,1	22,5	10,8
	<b>Mais de 5 SM</b>	0,9	1,7	2,7	4,2	11,7	52,2	9,5
	<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anuário das Mulheres Brasileiras. Dieese – São Paulo, 2011.

Quase a metade do contingente de mulheres (48,7%) recebem menos de 1 salário-mínimo e apenas 5,2% recebem mais de 5 salários-mínimos. Comparando homens e mulheres com o mesmo nível de escolarização, em todas as situações apresentadas na tabela os salários dos homens são maiores do que os das mulheres.

As mulheres com 15 anos ou mais de escolarização (equivalente ao ensino superior) que recebem mais de 5 salários-mínimos é 27,7% contra 52,2% dos homens. As mulheres (77,9%) com escolaridade equivalente ao ensino médio (11 anos de estudos) recebem até 2 salários-mínimos contra 52,9% dos homens com a mesma escolarização.

Os dados apresentados permitem observar que, ainda que as mulheres tenham alcançado melhores posições no mercado de trabalho, isto é, ocupações em profissões

tradicionalmente masculinas, melhor remuneradas e de mais prestígio social, a grande maioria das mulheres ainda mantém salários inferiores aos homens. Também é possível afirmar que, não apenas em função de escolaridade, mas, sobretudo, de etnia/raça e classe social, a mulher continua encontrando no serviço doméstico remunerado uma atividade profissional que lhes permite sobreviver ou, em alguns casos, complementar a renda familiar.

O serviço doméstico, para a maior parte das mulheres das camadas sociais de baixa renda, constitui uma possibilidade de trabalho rápido e flexível, que pode ser administrado e realizado junto com o serviço doméstico de suas próprias casas e cuidado com filhos ou parentes.

A partir do que foi apresentado, é possível observar diferenças entre homens e mulheres que têm trabalho ou emprego, seja em relação à qualidade do vínculo empregatício, à posição na ocupação e aos rendimentos. As mulheres estão em situação de desvantagem em todas as situações.

Nas palavras de Ângela Araújo (2005), é imprescindível considerar a perspectiva de gênero ao se analisar as mudanças no mundo do trabalho, pois o trabalho feminino fora do âmbito doméstico expressa a correlação de forças que se coloca nas relações de trabalho e que penalizam, sobretudo, as mulheres.

Assim, o estudo das mudanças recentes no mundo do trabalho a partir de uma perspectiva de gênero permitiu dar visibilidade às formas e aos lugares da inserção crescente das mulheres no trabalho extra-doméstico. De um lado, observou-se o maior acesso das mulheres a postos antes ocupados apenas por homens, a postos de liderança e gerenciamento, bem como a definição de habilidades consideradas femininas como competências centrais associadas ao trabalho flexível, que tornaram preferencial o recrutamento de mulheres para cargos específicos nos bancos e em distintos pontos do processo produtivo. De outro, as formas atípicas de contrato, a crescente informalidade, a precarização e a deterioração das condições de trabalho incidem de forma especial e mais aguda sobre as trabalhadoras. Para elas, as novas formas de segregação e precarização se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os. (ARAÚJO, 2005, p. 94)

Apesar de ter investido em sua qualificação profissional na área de alimentos (no momento da entrevista, Soraia concluía o curso de Confeitaria Básica, mas já havia

completado o curso de Confeitaria para Cafeteria e estava fazendo o curso de Pães Integrais, todos no Senai), ela também encontrou preconceito para conseguir trabalho em padarias.

Aí eu falei “vou escolher dessa vez um curso feminino, vou trabalhar com comida”. A primeira coisa que eu descobri? Padaria não admite mulher pra trabalhar na produção. Porque são padeiros homens. (...) É a mesma coisa, porque tira a liberdade dele. O padeiro não pode falar um palavrão, ou vai cantar a menina, vai dar um problema de assédio pra padaria. É... ou você trabalha numa confeitaria, mais voltada pra doce mesmo, aí eles admitem mulher, ou numa padaria você não tem chance de frente pra um padeiro homem. (Soraia, 12/05/2011)

É interessante a afirmação de Soraia sobre ter buscado “um curso feminino”, um curso na área de alimentos. Ela remete à ideia de que o espaço da cozinha e o preparo de comida são aptidões natas ou naturais das mulheres. Essa ideia de que determinadas atividades são “naturais” a todas as mulheres é discutida por Kergoat (1986), justamente quando ela questiona a afirmação de que as mulheres teriam pouca ou má qualificação profissional, e por isso teriam uma inserção subordinada no mercado de trabalho.

Como vimos anteriormente (capítulo 1), Kergoat contesta o argumento de que as mulheres teriam formação profissional insuficiente, e afirma o contrário: as mulheres recebem qualificação para o trabalho reprodutivo desde crianças, realizando serviço doméstico. Essa qualificação, não sendo adquirida por meios institucionais, pode ser negada pelos empregadores, assim como a dos homens. Mas no caso das mulheres, pontua a autora, é o não reconhecimento dessas características que se lhes demandam (destreza, minúcia, rapidez, atenção ao detalhe), que as reveste de legitimidade social, pois essas qualidades aparecem como traços inatos às mulheres, não adquiridos, fatos da natureza e não da cultura (KERGOAT, 1986, p.84).

Kergoat também chama atenção para o fato de que essa “banalização de sua própria qualificação e algumas vezes, mesmo a desvalorização de seu próprio trabalho” (*idem*, p.84) é interiorizada pelas próprias mulheres trabalhadoras, porque se refere à esfera privada e aparece como uma aquisição individual e não coletiva.

Por ser mulher e tentar se inserir em um “ambiente masculino” ou numa “produção masculina”, Soraia não consegue emprego. Neste exemplo, talvez por ser mais recente, ela

nomeou o que lhe parece ser a razão de tal preconceito claramente: a possibilidade de um problema de legal para a padaria, caso a mulher que passa a integrar esse “ambiente masculino” sofra algum tipo de assédio moral ou sexual dos colegas.

Soraia foi a uma entrevista de emprego em um mercado “de luxo”, almejando um posto de trabalho na produção da padaria. A oferta que lhe foi feita, entretanto, foi para balconista.

Eu fui fazer uma entrevista num mercado aqui, por indicação do Senai, e ele gostou muito do meu perfil, tudo, e me convidou pra trabalhar no balcão. Porque eu tenho conhecimento pra passar pro cliente dele sobre a mercadoria dele, mas eu não, eu ficar lá dentro da padaria pode ser que não dê certo, da produção. (...) Não, botar a mão na massa não. Um padeiro, hoje em dia, numa zona nobre de São Paulo, você pode pedir até 2500 reais. Mas quanto será que ele pagaria pra uma balconista? (Soraia, 12/05/2011)

Ainda que ela possua um conhecimento técnico diferenciado, que lhe possibilitaria passar “um conhecimento” para o cliente, ela aponta a remuneração como o maior problema, ainda mais quando compara o salário de um padeiro com o de uma balconista, mesmo que seja qualificada. Nesse ambiente de trabalho, a padaria, o lugar relegado à mulher, como em tantos outros, é o do trabalho menos valorizado e com menor salário.

Observa-se, portanto, que o preconceito que impede as mulheres de ocuparem determinadas posições de trabalho acaba por limitá-las às ocupações menos especializadas e com menor remuneração, ainda que no mesmo local de trabalho, como bem apontado por Araújo (2004).

Andréa tem uma trajetória profissional caracterizada por diversas experiências de trabalhos, tanto domésticos quanto industriais. Ela trabalhou como empregada doméstica, babá, acompanhante de idosos e auxiliar de produção.

Ela estava trabalhando no momento da entrevista, mas estivera procurando trabalho nos dois meses anteriores, inclusive por meio do sistema público de intermediação de mão de obra, o *site* do Emprega São Paulo. Seus empregos anteriores, principalmente quando trabalhou como auxiliar de produção, ela os conseguiu por meio de “fichas” em agências de emprego e por intermédio de amigos. Andréa foi a única entrevistada que declarou ter

utilizado serviços de agências de emprego para procurar trabalho. Seu emprego atual, entretanto, ela conseguiu em função de um curso de qualificação:

Bom, quando eu coloquei meu currículo no Emprega São Paulo e demorou dois meses e pouco, tal, e não apareceu nada, eu fui fazer o curso de manicure lá no Uteria. Aí depois eu comecei a fazer unha de vizinho, de amigos e aí fui fazendo. Mas não é assim uma coisa que eu gosto, entendeu, eu faço porque eu preciso, mas não é uma coisa que eu gosto. (Andréa, 29/04/2011)

Mesmo que tivesse investido em uma formação para poder trabalhar como manicure, Andréa declarou que não gosta do trabalho que faz, mas que o faz porque precisa, não porque gosta. Antes do trabalho que tinha no momento da entrevista, como manicure, Andréa disse haver ficado mais de dois meses sem trabalho e que, a partir do curso de manicure, começou a “fazer unha” das pessoas à sua volta, até conseguir um emprego como manicure. Entretanto, nesta declaração, Andréa confirma que faz o trabalho “porque preciso”, mas que não é algo de que ela goste.

Sua perspectiva profissional para o futuro é o trabalho por conta própria. Depois do curso de confeitaria, ela pretendia produzir alimentos em casa para vender, aproveitando um cômodo de sua casa: “Agora fazendo o curso, eu tenho um cômodo no fundo da minha casa e já to com ideia de reformar ele, de montar tipo uma cozinha e fazendo salgado pra fora”.

Juraci, assim como Andréa, tem uma trajetória profissional que comporta diversos tipos de trabalho, que também começou na infância (abordaremos esse tema mais detidamente no capítulo 3). Quando chegou a São Paulo, aos 17 anos, Juraci foi trabalhar como empregada doméstica, para uma família de coreanos no bairro central do Brás. Até 1978, ou seja, até os 21 anos, ela trabalhou como empregada doméstica para diversas famílias. Ela conseguia mudar de emprego facilmente, segundo ela “porque naquela época que nós vinhamos pra cá assim, era muito bom em São Paulo. São Paulo era... meu deus. Emprego, você não corria, o emprego corria atrás de você”.

Depois de ter trabalhado em casas de famílias em diversos bairros relativamente nobres e novos de São Paulo (ela citou Brooklyn e Morumbi), Juraci decidiu trabalhar em empresas. A razão que motivou essa decisão foi o fato de que sempre saía “pobre” das

casas das patroas, quando mudava de emprego. Em suas palavras: “resolvi trabalhar em firma, né. Porque toda vez que eu saía da patroa, eu saía sem dinheiro, pobre, né, sabe, aquele negócio. Aí eu resolvi entrar numa firma, aí fui trabalhar numa firma de tecelagem”.

Essa é uma das dimensões perversas do trabalho doméstico remunerado, ou seja, fora do âmbito do próprio lar. Além da desvalorização social desse trabalho, trata-se de um tipo de atividade profissional que existe majoritariamente na informalidade, no sentido abrangente do termo (como vimos, a vulnerabilidade do vínculo de trabalho, a insegurança, os baixos salários, a marginalidade em relação aos direitos sociais associados ao trabalho, entre outros). Na colocação de Juraci, o trabalho doméstico tinha como principal desvantagem o fato de que ela sempre saía “pobre” das casas de família em que trabalhava<sup>15</sup>.

No período de 1978 a 1990, Juraci trabalhou em diversas empresas de costura e em outras ocupações na área de produção têxtil, com registro formal em carteira, por períodos que, segundo ela, variavam de 3 a 5 anos. Entretanto, o trabalho formal também tinha algumas desvantagens para ela. “(...) aí, depois, enjoei ficar em firma porque você acaba ficando muito presa, né. Tem que levantar cedo, sei que lá e eu não tinha muito tempo. (...) Muito cansativo assim, né. Aí depois saí, tornei trabalhar em casa de família”.

O serviço doméstico, para a maior parte das mulheres das camadas sociais de baixa renda, apresenta-se como possibilidade de trabalho rápido e flexível, que pode ser administrado e realizado junto com o serviço doméstico de suas próprias casas e cuidado com filhos ou parentes. Isso pode explicar porque Juraci se sentia “muito presa” trabalhando em firmas, e preferiu voltar a trabalhar em casas de família como empregada doméstica.

---

<sup>15</sup> A luta as empregadas domésticas para regularização da profissão e atuação do poder público no sentido de promover a formalização destas trabalhadoras teve vitória recente, com a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 478/10, o chamado PEC das Domésticas, que iguala os direitos dos empregados domésticos aos demais trabalhadores. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados, e agora aguarda aprovação no Senado. É possível saber mais sobre o PEC das Domésticas em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/431802-CAMARA-APROVA-PEC-DAS-DOMESTICAS-EM-SEGUNDO-TURNO.html> e <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuacao-feminina/trabalhadoras-domesticas>, acesso em 8/1/2013.

Entre 1990 e 1993, ela e o então companheiro trabalharam cozinhando e vendendo *marmitex* para os empregados da construção civil que estavam construindo as moradias na Cohab de Taipas, onde eles moravam. O trabalho por conta própria permeou a trajetória de Juraci, que, no momento da entrevista, além de trabalhar como faxineira diarista, também tinha uma oficina de costura em um cômodo de sua casa.

No momento da entrevista, ela não estava trabalhando na oficina, pois precisava de uma máquina “galoneira”, como já explicitado, e para conseguir juntar o dinheiro, voltou a trabalhar como faxineira diarista. Todavia, em função de sua idade avançada e a intensidade deste tipo de trabalho, está cada vez mais difícil para Juraci seguir nesse ritmo de trabalho. “Mas, de uns tempos pra cá, eu tava mexendo com muita cândida e tava ferindo as minhas mãos. Tá assim ficando meia machucada a minha mão. Aí eu tava pensando assim, trabalhar só até julho. E já voltar aos meus hábitos por que... tá um pouco difícil”.

O trabalho sem nenhum tipo de regulamentação ou proteção desempenhado por Juraci resultou em ferimentos nas mãos, ocasionados pelo manuseio quase permanente de produtos de limpeza. Ainda que estivesse machucada, ela continuava trabalhando, mesmo que programando o momento de parar de trabalhar com faxina. Juraci estava, no momento da entrevista, com 54 anos. Ela trabalha desde os 9 anos de idade, o que totaliza 45 anos de trabalho. Entretanto, de tempo de registro em carteira, é muito menos tempo e ela não conseguia se aposentar.

Ultimamente eu não to pagando os NS, inclusive eu quero até dar um jeitinho pra pagar. Mas eu tenho, eu tenho, acho que, se não me engano, eu tenho acho que uns 13 anos de registro. Se não me engano. (...) Não sei, um sindicato onde vê esses negócio do NS, não sei. Ligou na minha casa, e falou assim que eu tava parada na minha carteira, que era pra mim voltar a pagar pra aposentadoria, que eu tava no tempo, senão ia demorar muito pra aposentar. (Juraci, 04/05/2011)

Por ser mais a mais velha entre os entrevistados, Juraci era a única que estava convivendo com o problema que a informalidade representa para os trabalhadores, quando estes querem se aposentar. Além de ter passado a vida toda à margem dos direitos associados ao trabalho (ela sequer menciona o FGTS), como pode ser explicitado pelo seu

planejamento de trabalhar, apesar dos ferimentos nas mãos, agora ela encontra dificuldades para conseguir obter os benefícios da Previdência.

### **Concluindo o capítulo**

Neste capítulo, analisamos as trajetórias profissionais dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, considerando a relação destas com suas relações familiares, escolares e com o movimento mais amplo e global que se observa no mundo do trabalho: as formas de trabalho entendidas como informais, precárias ou por conta própria.

Segundo Dowbor (2002),

De forma geral, estamos indiscutivelmente assistindo a uma imensa flexibilização dos vínculos de trabalho, flexibilização que adota formas muito diversificadas, e que surgem com tal ritmo, que de maneira geral tornou-se extremamente difícil acompanhar os diversos subsistemas que estão se formando. A precarização parece ser um denominador comum do processo, ainda que nem todas as formas ou tendências sejam negativas. (DOWBOR, *op.cit.*, p.17)

Os homens e mulheres entrevistados revelaram, em seus depoimentos, trajetórias profissionais em que a vivência do desemprego é relativizada. Ainda que alguns deles afirmem estar desempregados, essa experiência é atravessada por diversos tipos de trabalho precário e informal. O que acaba por caracterizar os períodos de desemprego é o que esses trabalhadores, homens e mulheres, apontaram como “bicos” ou trabalho com familiares, por meio dos quais obtêm uma renda que minimiza as dificuldades de períodos prolongados sem trabalho.

A trajetória de todos eles é marcada por trabalhos informais e precários, sem registro em carteira e altamente vulneráveis. Mesmo os que tinham um trabalho fixo procuravam alternativas para conseguir um trabalho formal, entre elas, o curso de qualificação profissional.

O trabalho informal e precário implica um modo de vida muito sacrificado para estes trabalhadores e trabalhadoras. Ao mesmo tempo em que precisam estar sempre negociando com os patrões, como é o caso de Bernardo, vivendo a lógica de que o empregador faz um favor, já que tem consciência da precariedade da sua relação de

trabalho (que significa que podem ser demitidos a qualquer momento), também realizam trabalhos de forma autônoma, o que demanda um investimento de tempo muito grande, que normalmente excede a jornada regulamentada de 44 horas semanais.

Conforme apresentamos neste capítulo, o trabalho por conta própria é a forma mais tradicional do trabalho precário (CACCIAMALI, 2000), e configura uma realidade desses trabalhadores e trabalhadoras em diversos níveis e modalidades diferentes: desde aqueles que já têm algum tipo de relação de trabalho e complementam a renda com algum trabalho autônomo – como Andréa, que trabalha como manicure em um salão e atende suas clientes no seu dia de folga –, até os que vivem exclusivamente deste tipo de trabalho – o caso de Soraia, que nunca teve um emprego formal.

Há um grande prejuízo para esses trabalhadores, e eles têm consciência disso. Quase todos que fazem algum trabalho por conta própria apontaram a Previdência Social, o direito às férias e a possibilidade de ter uma licença quando tem problemas de saúde, como as principais desvantagens. Entretanto, mesmo quem já tinha algum tipo de atividade autônoma apontava as possibilidades de abrir um negócio próprio como objetivo futuro.

É possível captar alguns indícios que possibilitam entender o que representa o trabalho por conta própria para estes trabalhadores nos depoimentos dos entrevistados. Juraci afirma que preferia trabalhar fazendo faxina e ganhando por dia, porque se sentia “muito presa” no trabalho formal, em que tinha uma jornada de trabalho extensa a cumprir, sem possibilidade de flexibilizá-la, no sentido de que passa a dispor de menos tempo para outras atividades. Neusa, por sua vez, chama seu último trabalho formal de “escravidão”, referindo-se à intensidade do trabalho, além de apontar os baixos rendimentos que deste auferia.

Ainda que seja possível aproximar as trajetórias de vida dos entrevistados, observando situações de trabalho muito similares e, de forma geral, possibilidades muito limitadas de superá-las, pode-se notar como as trajetórias profissionais são também expressões das configurações em que estes indivíduos estão inseridos. O trabalho precário e informal é a possibilidade concreta de geração de renda para esta camada da população, mas este assume diferentes expressões e, individualmente, se lhe atribui diferentes

valorações. Assim, entre os entrevistados, alguns almejam o trabalho por conta própria, enquanto outros desejam um emprego formal.

Há um viés de gênero nas trajetórias de informalidade. As mulheres têm a possibilidade de conseguir renda trabalhando como empregadas domésticas e faxineiras diaristas, conseguindo renda “por dia”. Trata-se de um trabalho que aprenderam a fazer com suas próprias famílias, desde meninas, e que replicam em outras casas profissionalmente. Além disso, elas também são as responsáveis por fazer este mesmo trabalho em suas casas, mas sem nenhuma remuneração.

Assim, o trabalho precário e informal penaliza sobremaneira as mulheres. Elas já têm, em suas casas, uma quantidade grande de trabalho a ser feito, sem remuneração e, geralmente, sem reconhecimento. Também em função disso, precisam tentar “conciliar” o trabalho doméstico com o trabalho profissional, o que acaba obrigando-as a aceitar trabalhos com menores remunerações e mais “flexíveis”, ou seja, informais. Voltaremos às relações que se estabelecem entre trabalho e família no capítulo 3.



“O capitalismo também depende do trabalho doméstico.”<sup>16</sup>

### **Capítulo 3 – Escola, família e trabalho: um conflito inconciliável?**

O objetivo deste capítulo é analisar de que maneira, nos depoimentos dos homens e mulheres entrevistados, se apresenta a complicada relação entre trabalho, escola e família, e se tal relação é condicionada por elementos que emergem das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho.

Inicialmente, a discussão versará sobre as trajetórias educativas apreendidas nos depoimentos, procurando entender de que forma se estabeleceram as relações entre a escola e a família, tanto na infância quanto na vida adulta, discutindo questões que foram levantadas pelos entrevistados, como o trabalho infantil e a retomada dos estudos formais depois de adultos.

Em seguida, prosseguimos a uma análise do conceito de família a partir de uma perspectiva de classe social, para então relacionar família e trabalho, entendidos como elementos-chave da configuração que se dispõe para análise. Examinaremos, a partir das entrevistas, a forma como a família se organiza em função do trabalho, os arranjos que são necessários e o papel central do grupo familiar na elaboração de estratégias que dão suporte ou não às atividades profissionais, atentando para as diferenças de gênero que se colocam nessa relação.

---

<sup>16</sup> See Red Women's Workshop. Silkscreen, 1983. Londres, Reino Unido. Via [www.politicalgraphics.org](http://www.politicalgraphics.org).

## Trajetórias de escolarização e trabalho: quem é pobre pode estudar?

Ao longo das entrevistas realizadas com homens e mulheres que estavam concluindo o curso de qualificação profissional, foi possível apreender a relação dos entrevistados com a escola, o espaço escolar e suas próprias trajetórias, a partir de uma perspectiva de gênero que os diferencia, e uma perspectiva de classe que os aproxima.

O Anuário das Mulheres Brasileiras do Dieese (2011) utiliza como fonte a PNAD para apresentar a distribuição dos ocupados, por idade em que começaram a trabalhar, segundo o sexo e a localização do domicílio (zona urbana e rural).

**Tabela 4 - Distribuição das/os ocupados por idade em que começaram a trabalhar, segundo sexo e localização do domicílio. Brasil, 2009 (em %).**

Faixa etária	Urbano			Rural			Total		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
até 9 anos	10,9	8,0	9,6	28,4	23,8	26,7	14,2	10,4	12,6
10 a 14 anos	39,6	30,3	35,5	54,1	51,8	53,3	42,3	33,6	38,6
15 a 17 anos	28,8	28,5	28,7	12,9	14,4	13,5	25,8	26,4	26,0
18 a 19 anos	14,0	17,9	15,7	3,2	5,0	3,9	12,0	15,9	13,7
20 a 24 anos	5,8	11,2	8,2	1,1	3,6	2,1	4,9	10,1	7,1
25 anos ou mais	0,9	4,1	2,3	0,2	1,4	0,6	0,8	3,7	2,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anuário das Mulheres Brasileiras. Dieese – São Paulo, 2011.

Homens e mulheres da zona rural começam a trabalhar mais jovens, segundo esses dados. Os homens que começaram a trabalhar com a idade de até 9 anos, na zona rural, totalizam 28,4% e as mulheres 23,8%. Na zona urbana, esses percentuais variam para 10,9% para os homens e 8,0% para as mulheres. A faixa etária com maior concentração de homens e mulheres é a de 10 a 14 anos, na zona urbana e rural. No entanto, enquanto na zona rural os percentuais são de 54,1% para os homens e 51,8% para as mulheres, na zona urbana foram 39,6% dos homens e 30,3% das mulheres que afirmaram ter começado a trabalhar entre os 10 e os 14 anos. Chama a atenção o percentual de mulheres em região

urbana que começaram a trabalhar depois dos 25 anos: 4,1%, enquanto apenas 2,1% dos homens declararam ter começado a trabalhar com 25 anos ou mais.

Os dados revelam que mais homens do que mulheres afirmam ter começado a trabalhar na infância, assim como mais pessoas na zona rural do que na zona urbana começam a trabalhar ainda crianças. É possível conjecturar que as mulheres, quando meninas, ajudam a família com o trabalho doméstico em casa, e que este trabalho não esteja contemplado nos dados oficiais, já que nem elas, nem as famílias, reconhecem aquela atividade como trabalho.

Andréa e Juraci relataram ter começado a trabalhar fora de casa ainda crianças. As duas descreveram trajetórias em que a migração da zona rural, as condições de vida da família, a situação de pobreza e a oferta de ensino público apenas até a antiga quarta série, determinaram que elas parassem de estudar para trabalhar.

Andréa, tendo mudado com a família para São Paulo aos 12 anos, não foi matriculada na escola, e teve que começar a trabalhar em casa de família. Ela atribuiu o fato e a não entrada/ permanência na escola como desvalorização da escolarização pela sua família; somente adulta e por decisão própria buscou se escolarizar.

Eu comecei a trabalhar muito cedo, porque os meus pais vindo pra cá, naquela época eles não dava muito valor ao estudo, eu acho. Então não pôs a gente em escola. Então com 12 anos eu fui trabalhar em casa de família, e aí fui trabalhando e... depois de adulta já que eu terminei o primeiro grau. (Andréa, 29/04/2011)

Aos 12 anos, não por sua própria escolha, mas de seus pais, Andréa foi privada da vivência escolar para começar a trabalhar. Na oposição entre a escola e o trabalho, a família de Andréa optou pelo trabalho, seguramente em função da necessidade material que o grupo familiar, como um todo, tinha dos rendimentos que advinham da contribuição da menina.

A história de Juraci é muito semelhante. Também aos 9 anos, ela saiu da casa dos pais com a irmã e foram trabalhar como empregadas domésticas, em casas separadas. Isto se deu em 1966. Ela foi para a casa da família de um delegado, ainda na pequena cidade de Chácara Lis, interior de Minas Gerais. Juraci conta, emocionada, o que sentiu ao ter que abandonar a escola:

Então eu comecei a estudar, assim, e eu tinha um objetivo, eu queria continuar estudando. Porque na minha cidade que eu morava, é... a... pessoa assim de classe pobre não podia estudar, porque era colégio pago, né, e só tinha um colégio também, que era uma cidade bem pequena, lá no interior de Minas. Mas eu tinha tanta vontade de estudar assim, né, muita vontade de estudar. Aí eu terminei a quarta série e... e meu pai até que dava pra ele pagar, que meu pai era serrador, ele vendia madeira, até que fosse, se ele tivesse boa vontade tinha dado pra mim, né. E eu sei que não deu pra mim estudar, eu terminei o quarto ano, aí eu tive que trabalhar, né. Fui trabalhar fora, porque lá não dava pra estudar que eu tinha que pagar. E eu, meu coração ficou muito doído, porque eu queria tanto ter continuado a estudar, sabe aquele desejo de estudar. Aí parei, né, de estudar, fiz só a quarta série, na época, e parei. (Juraci, 04/05/2011)

A situação a que se refere Juraci, de que “pessoa de classe pobre não podia estudar”, remete a um período em que a oferta de educação pública gratuita restringia-se até a quarta série do Ensino Fundamental e ela frequentou a escola apenas enquanto foi possível fazê-lo sem custo, ou seja, apenas durante o ensino do primário. A rede de ensino naquela época era muito mais restrita. Ela também relata que quis muito continuar estudando, “eu chorei pra estudar”. Trabalho e escola se apresentam como oposição no discurso de Juraci, quando ela afirmou “fui trabalhar fora, porque lá não dava pra estudar que eu tinha que pagar”. Se não estava frequentando a escola, precisava trabalhar. Como tinha apenas 9 anos, foi realizar o trabalho que já conhecia, como empregada doméstica.

Podemos associar a condição familiar de Andréa e Juraci ao trabalho infantil que tiveram que realizar por uma decisão de seus pais e pelas contingências econômicas. Ambas gostariam de ter estudado, mas foram impedidas pela situação social de suas famílias. Ambas migraram da zona rural para cidades, o que condiz com a informação da tabela 4, que evidencia maior presença do trabalho infantil na zona rural do que na zona urbana. Entretanto, Andréa começou a trabalhar três anos depois de chegar com a família em São Paulo, aos 12 anos (chegou em São Paulo com 9), e Juraci começou a trabalhar em casas de família aos 9 anos, antes de migrar. Ela já trabalhava na fazenda em que a família vivia e o pai trabalhava, cuidando do rebanho de ovelhas, mas sem nenhum tipo de remuneração. Trata-se de uma forma específica de socialização na zona rural, em que as crianças realizam determinados tipos de trabalho, de acordo com a idade, ajudando as famílias.

Meu pai tomava conta, né, e... e então, inclusive nessa fazenda, eu lembro até hoje, eles me levantaram pra tomar conta das ovelha. Eu bem pequena,

eu era bem pequena. Aí meu tio falou assim que toda cria de uma ovelha que ele me dava um carneiro. Pra mim tomar conta das ovelha. Eu saía com as ovelha, levava lá nos alto, né. E trazia, pra ganhar esse tal de ca... co... carneiro, né. (Juraci, 04/05/2011)

O relato de Juraci revela uma rotina de labuta pesada, ao contar que eles a acordavam para trabalhar, assim como ressaltou que era “bem pequena” quando começou a ter de cuidar do rebanho de ovelhas.

Alvim e Valladares (1988, p. 15) ressaltam a contribuição da criança que trabalha para o conjunto da força de trabalho na sociedade ou a emergência do trabalho infantil enquanto estratégia de sobrevivência nas pesquisas de cunho antropológico e sociológico. A relação das famílias e das crianças pobres com o trabalho representa um contraponto a uma literatura que trabalhava com uma concepção de infância pauperizada, marginalizada, excluída e vitimizada. Essas pesquisas, segundo as autoras, revelam a importância do trabalho infantil como valor cultural e econômico (*idem*, p.20). Elas ressaltam, todavia, a consequência nefasta desse tipo de trabalho, também apontada nas pesquisas, que é o de dificultar a escolarização e a profissionalização desses jovens.

Aos 9 anos, então, Juraci deixou a escola e a família, para ir trabalhar em casa de família, tendo concluído apenas a 4ª série. Segundo ela, isso foi um sofrimento grande, não pelo trabalho em si, mas porque gostaria de ter continuado estudando. Em suas próprias palavras: “Na época que eu terminei os estudos, eu chorei pra estudar. Depois, que eu comecei a ganhar dinheiro, e até então a arrumar namorado, essas coisas, esqueci do estudo. Não fiz muita questão pelo estudo.”

Juraci sintetizou a impossibilidade de conciliar os estudos e o trabalho na infância. Quando criança, fora impedida de estudar, para trabalhar e ajudar a família. Quando adulta, depois que começou a “ganhar dinheiro”, o estudo deixou de ser prioridade e ela passou a dedicar-se ao trabalho e à família, o que ela sinaliza com a colocação “arrumar namorado”.

Observa-se a veracidade da afirmação de Alvim e Valladares, na medida em que o trabalho infantil, nas trajetórias de Andréa e Juraci, representou um empecilho à continuidade de seus estudos quando crianças e, posteriormente, à sua escolarização e profissionalização. Andréa, trabalhando e grávida do segundo filho, aos 30 anos, concluiu os estudos em curso supletivo, no período da noite. Sua trajetória profissional é marcada

por trabalhos domésticos (faxineira, empregada doméstica, babá e cuidadora) ou industriais que não requerem qualificação profissional. Já Juraci nunca retomou os estudos formais, apesar de ter desejado fazê-lo em vários momentos da vida, e teve trajetória profissional similar à de Andréa.

Embora não tivesse trabalhado quando criança, Neusa saiu da casa da mãe na Bahia e veio morar com os tios em São Paulo, para trabalhar, aos 17 anos. O estudo não era o objetivo da sua migração e seus tios, com relação à escola, não a apoiavam: “Eles não apoiava, não. Eles apoiava mais pra mim trabalhar”. O tio chegou a pagar-lhe um curso de datilografia, quando ela tinha 18 anos, para que procurasse trabalho em escritório, um trabalho mais valorizado que o trabalho doméstico, com mais possibilidades de auferir maiores rendimentos. No entanto, tendo saído da casa da mãe e chegado a São Paulo, teve que abandonar os estudos e buscar trabalho. Ela afirma que gostava da escola, mas que precisava trabalhar.

É, na escola também você tem suas vantagens, né, você aprende. Mas na época eu tava precisando mais do trabalho do que da escola. Precisava, eu que tinha que me sustentar, infelizmente. Eu não tinha nem pai nem mãe. (Neusa, 02/05/2011)

A oposição entre escola e a necessidade de trabalhar, portanto, emerge no discurso dessas três mulheres que foram obrigadas a optar pelo trabalho, em detrimento do estudo na infância ou na adolescência. Apenas Andréa retomou os estudos depois de adulta e concluiu o Ensino Médio.

Sobre a utilização do trabalho dos filhos crianças como estratégia familiar de sobrevivência, Bilac (1978) afirma:

A necessidade de utilização da precoce do trabalho da prole, por sua vez, limita as possibilidades de melhoria da escolarização da população mais jovem, que acaba por participar da força de trabalho em condições bem semelhantes às de seus pais – como eles, os jovens também serão, provavelmente, trabalhadores manuais –, alguns autônomos, a maioria assalariados.

E, desse modo, as próprias estratégias utilizadas na organização da vida familiar contribuem para que se reproduzam certos elementos da situação de trabalho e, por extensão, a posição deste grupo na estrutura social. (p.99)

Assim, o trabalho infantil geralmente influenciou de forma negativa nas trajetórias profissionais e educacionais dessas mulheres, mas também na dos homens (o caso de Frederico, como veremos adiante), que, ainda jovens, saem da escola para contribuir com a economia doméstica. Também em função da pouca escolaridade, acabam tendo que se submeter às piores condições de trabalho e às menores remunerações, o que torna a situação das mulheres ainda mais difícil.

Juraci relatou que teve vontade, diversas vezes, de voltar a estudar, mas que nunca o fez, descrevendo seu desejo como “fogo de palha”, pois com as obrigações que já tinha na vida, tornou-se muito difícil ter tempo para estudar: “Aí eu resolvi estudar, voltei a estudar, mas também foi só fogo de palha, parei, porque tava muito dificultoso. Muito cansativo assim, né”. No depoimento de Juraci, fica evidente que o estudo é “muito dificultoso” porque, obrigatoriamente, tem que ser conciliado o trabalho profissional e os cuidados com a família. Além disso, ela relata que a presença de jovens é um problema para que ela retorne à escola, seja porque se sente mal na presença deles, em função dos hábitos que eles têm, seja como uma estratégia de recusa:

Porque eu sou muito chata, né, pra conviver com adolescente. Eles fuma. Aí eu fui lá um dia na reunião da minha filha, eles fumando, jogando fumaça na cara dos outro, xingando palavrão, muito terror. Eu falei “não vou aguentar ficar aqui”. Eu mesma imaginei comigo, né, porque vai ter... não tenho paciência. (...) Aí quando eu cheguei lá assim, falei “meu Deus, vou ter que estudar num lugar desse assim?”. Eu não vou aguentar. Eu mesma achei, porque eu não vou aguentar mesmo. Sou muito chata. Pessoal fumou perto de mim, pra mim, já não serve, aqueles palavreado, muito... muita bagunça. Aí eu resolvi não estudar por causa disso. (Juraci, 04/05/2011)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), para Juraci, tem o problema de colocar os jovens junto com as pessoas “de mais idade”. Evangélica, Juraci frequenta a igreja no bairro em que vive, Taipas, e é muito engajada nas atividades que lá se realizam, tendo aprendido a ler muito bem na igreja, com a Bíblia. No momento da entrevista, leu o Termo de Responsabilidade para permitir a gravação, em voz alta, e tinha boa leitura. Quando questionada sobre sua habilidade de leitura, ela afirmou: “mas eu leio, porque na igreja eu

leio a Bíblia, na igreja... na igreja, a gente fala lá na frente, a gente louva. Então cê vai... se soltando, né, se soltando”.

Juraci afirma, inclusive, que é conhecida na Cohab de Taipas, na “comunidade” em que reside, por seu trabalho relacionado à igreja. Assim, observa-se a importância da participação nas atividades da igreja para a vida de Juraci, inclusive como atividade educativa. Foi lendo a Bíblia com os “irmãos” da igreja que ela aprendeu a ler e também a falar bem, assim como a compreender o que está lendo, interpretar, algo que não teve a oportunidade de fazer no espaço escolar, além de desenvolver uma rede de relações sociais, de amigos.

Neusa, que também não concluiu os estudos porque precisava trabalhar, afirmou que tem mais dificuldade para conseguir trabalho em função da baixa escolaridade: “Sente falta, com certeza, tudo hoje em dia é o estudo. Você vai arrumar um emprego eles já quer estudo, até pra faxineira”. Nota-se, nesta afirmação, a concepção que ela tem do trabalho de faxineira, que realiza de forma autônoma, como um trabalho desqualificado, que não necessita de escolaridade para ser realizado.

Quando Neusa relatou sua experiência na escola, apesar de ter parado de estudar para trabalhar e “por falta de interesse também”, remeteu a uma experiência anterior ao casamento e aos filhos, associando a juventude e o período escolar a um momento com poucas responsabilidades e menos obrigações: “Porque na época você não tinha responsabilidade, não tinha filho. Cabeça fresca, né. Então, eu gostava sim”. Durante a entrevista, ela afirmou que o acesso à escola para a “mulherada” hoje em dia está mais fácil, “Porque o Governo facilitou bem assim o ensino pra mulherada a partir dos 40”, mas ela mesma não manifestou interesse em voltar a estudar.

Sandra descreveu uma trajetória escolar complicada, comparando escola e vida familiar, informando que ambas eram desestruturadas, permeadas por brigas, desde que frequentava a escola quando criança: “A escola foi... é assim... como minha vida familiar era um pouco, era aquela desestruturação. Era briga atrás de briga, então eu já não estudava direito, eu já não conseguia mais. Aí eu brigava um pouquinho com as pessoas, eu brigava”. Ela saiu da escola antes de completar a quarta série em função desses problemas, e ficou em casa cuidando dos irmãos mais novos e dos sobrinhos. Ela tentou retornar para a

escola diversas vezes, mas passava muito tempo na Bahia, com os pais, e reprovava por faltas na escola aqui, onde vivia com as irmãs. No momento da entrevista, estava esperando avaliação de seus documentos para tentar fazer uma prova e ingressar no segundo ciclo do fundamental, em um curso de EJA.

Os homens entrevistados também deixaram os estudos antes de concluí-los, mas o fizeram por motivos bem diferentes dos que foram relatados pelas mulheres. Nenhum dos dois declarou ter saído da escola porque precisava trabalhar ou porque os pais os obrigaram a sair diretamente. Pelo contrário, os dois afirmam ter saído por falta de interesse ou preguiça. Entretanto, Frederico relatou o apoio da mãe para que saísse da escola e a ajudasse com as vendas, o que coloca em xeque sua afirmação de que a razão para ter saído da escola teria sido apenas a falta de interesse.

Segundo ele, na idade regular cursou apenas até a quarta série, e teve apoio da mãe para sair da escola porque: “depois de um tempo, já na adolescência, você prefere abandonar o colégio. E eu preferi abandonar o colégio. Para minha mãe foi bom, porque ela precisava de alguém pra ajudar a vender, e tal...”. É possível imaginar que a saída de Frederico da escola, ainda que ele afirme ter sido em função de falta de interesse ou de seu desejo pessoal, tenha sido também motivada pela necessidade de ajudar a mãe nas vendas, que é precisamente o que ele afirma ter feito.

A preocupação da mãe, aparentemente, era a de que os filhos trabalhassem: “Acho que talvez não tivesse essa preocupação também de ‘ah, precisa estudar, precisa’”. Frederico não disse o que era feito de sua remuneração, nem se recebia algum tipo de salário quando trabalhava ajudando a mãe. O que fica evidente é que, para o desenvolvimento de sua atividade como vendedora ambulante, ela precisava de ajuda, e foi Frederico que saiu da escola para ajudá-la. Quando completou 14 anos, entretanto, a mãe o matriculou em um programa de estágio para jovens:

Saí do colégio... talvez com 11 anos. 11 anos. Eu tava indo pra quarta série. E aí... saí do colégio. Tava em casa, e tranquilo, mas... com 13 pra 14 anos, a minha mãe me colocou, já tava colocando meus irmãos mais velhos no... era FEEM antigamente, antigamente era FEEM, eles tinham um programa de empregar que era camping. Que era... era... pra empregar os jovens. Tinha... é... de 14 anos pra cima, né. Então... esse programa, minha mãe inscreveu meus irmãos e me inscreveu também, depois,

quando eu já tava na idade pra se inscrever. Então eu fiz, eu e um irmão meu, e nós fomos trabalhar na repartição pública. (Frederico, 12/05/2011)

Podemos notar, a partir deste trecho do depoimento de Frederico, que não havia muita cobrança para que ele trabalhasse até os 14 anos, já que ele relatou estar em casa, “tranquilo”. Mas o fato de sua mãe ter apoiado u sua saída da escola, justamente porque ela precisava de ajuda para trabalhar, nos faz relativizar a ideia de que ela não atribuía importância ao estudo ou à escola, enquanto ele crescia e que, na verdade, precisava mais que ele contribuísse com trabalho. Essa interpretação pode ser corroborada pela ação da mãe que, assim como fez com seus irmãos mais velhos, inscreveu-o em um programa de trabalho para jovens, logo que este chegou à idade mínima necessária. Esta atitude remete à sugestão de Spindel (1986), de que a família pode ser transmissora de ideologia do trabalho, essa concepção de que o trabalho na juventude prepara para a vida adulta, outorgando aos jovens certo *status* na hierarquia familiar (*idem*, p. 21).

Ajudar a mãe em seu trabalho como vendedora ambulante também está em consonância com o entendimento do trabalho por conta própria como trabalho informal que, geralmente, se apoia sobre a utilização do trabalho de parentes<sup>17</sup>.

Tendo deixado a escola aos 11 anos, Frederico afirmou ter tentado retomar os estudos diversas vezes, mas sempre acabava desistindo, fosse por desânimo ou em função de mudanças de residência (foi com a mãe para Petrópolis e abandonou a escola no Rio de Janeiro, veio para São Paulo e abandonou a escola em Petrópolis). Pode-se relativizar o “desânimo” quando consideramos que Frederico não ficou sem trabalhar em nenhum momento deste período. Conforme vimos no capítulo 2, mesmo quando saía dos empregos formais, trabalhava ajudando o pai ou a mãe em seus negócios. Trabalhar o dia todo e sentir-se cansado para estudar à noite não corresponde, exatamente, a desânimo.

Bernardo relatou longamente sua experiência na escola e o apoio da mãe para que continuasse estudando, mas apontou diversos fatores para ter desistido: um determinado professor que “o perseguia”, mais interesse por “ir pra rua”, os amigos, a preguiça. Seus

---

<sup>17</sup> Esta definição já estava presente no Relatório da OIT de 1972, que, pela primeira vez, nomeou o setor dos trabalhadores à margem dos direitos sociais associados ao trabalho como *informais*. Esse item já foi discutido no capítulo 2.

últimos anos na escola expressam a alternância entre tentar passar de ano e desistir, era aprovado um ano e reprovava no seguinte, até que desistiu da escola de vez. Segundo ele, desistiu da escola “por preguiça”:

Eu parei. Minha mãe era uma pessoa boa, ela sempre me dava força moralmente, mas eu perdi o colegial não por causa de não querer estudar, foi por preguiça mesmo. Todo dia eu fugia, todo dia eu saía da minha casa e minha mãe sempre achava que eu ia para a escola, mas era mentira, eu não chegava lá, não. Eu ia para outros lugares. (...). E foi sempre assim, um ano eu passava e no outro eu sumia, não entrava no colégio. Todo dia eu ia uniformizado para o colégio, mas eu gostava da rua, e decidi parar de estudar. (Bernardo, 11/05/2011)

De todos os entrevistados, apenas Soraia completou o ensino médio regular na idade correspondente, aos 17 anos, antes de casar. Apenas ela e Andréa possuíam o Ensino Médio completo no momento da entrevista.

Os demais entrevistados, ainda que tivessem relatado interesse em voltar a estudar (Juraci, Sandra e Frederico), apontaram o desânimo, o cansaço e o acúmulo de obrigações como obstáculos. A preguiça, fator indicado como motivo para a desistência da escola na juventude de Frederico e Bernardo, não aparece no discurso de nenhum os entrevistados quando eles discutem a possibilidade de retomar os estudos no momento da entrevista. Na idade adulta, a grande quantidade de responsabilidades e o trabalho foram os principais fatores.

Enquanto as mulheres relataram a oposição entre escola e trabalho, a impossibilidade de continuar estudando, quando precisavam trabalhar e contribuir com a renda familiar, mesmo que desejassem ter continuado os estudos, os homens entrevistados não apresentaram essa dicotomia. Suas trajetórias educacionais também foram marcadas pelo abandono da escola na adolescência, todavia seu discurso construía-se no sentido de que a escola foi abandonada por “preguiça” ou desinteresse, ou seja, por seu desejo próprio.

Entretanto, esse discurso pode encobrir uma realidade diferente, como se pode intuir do depoimento de Frederico. Ele afirmou ter deixado a escola por falta de interesse, mas o apoio da mãe para tal e sua contribuição ao trabalho que ela realizava podem ser indícios de

que, mesmo indiretamente, ele sofreu pressão da família para sair da escola e começar a trabalhar.

Foi possível perceber entre as mulheres, mais do que entre os homens, uma valorização dos estudos, principalmente quando elas falam sobre a busca por trabalho. Os processos seletivos para as vagas de emprego são, conforme pudemos perceber no capítulo 2, muito exigentes e a escolaridade sempre é um fator de seleção. Segundo Tfouni e Romanelli (2012): “Sabe-se que o conhecimento valorizado pela sociedade circunscreve-se principalmente a esse conhecimento especializado oferecido pela escola, a qual, por conseguinte, é vista como um veículo que propicia a ascensão social” (p.31).

### **A família como unidade social**

Entendemos a família como uma unidade social que se realiza concretamente dentro de uma situação de classe. Isso implica, no âmbito da presente pesquisa que, do ponto de vista de seus membros, a organização e ação da família está voltada para a busca das condições de sobrevivência, e, de um ponto de vista mais amplo, sua ação está voltada para a reprodução da força de trabalho em seus aspectos materiais e ideológicos (FAUSTO NETO, 1976, p.5). Nesta perspectiva, a família é um conjunto de relações sociais que une os indivíduos que possuem laços consanguíneos ou não, relações essas que se organizam e se reorganizam de acordo com situações específicas às classes de baixa renda.

Bruschini e Ricoldi (2009) reafirmam a importância de atentar para a articulação entre produção e reprodução, assim como para as relações sociais de gênero em qualquer análise sobre o trabalho feminino, que pretenda romper velhas dicotomias. Não é possível pensar o trabalho feminino dissociado das relações familiares, da divisão sexual do trabalho doméstico e a naturalização do papel social da mulher.

Analisaremos, inicialmente, as entrevistas dos homens, Frederico e Bernardo, observando de que forma colocaram suas relações com o trabalho e a vivência familiar, questionando a existência de conflitos entre eventuais obrigações junto à família e a realização de atividade profissional. Cabe ressaltar que nenhum dos homens entrevistados era casado, de forma que, ao se referirem às suas famílias, fazem-no da perspectiva de

filho, irmão ou neto, mas nenhum dos dois se colocou como chefe de família ou responsável pelo lar.

Frederico vive com a mãe, em Petrópolis. Ela teve “conflitos” com os filhos em função de um terreno em que eles viviam e achou melhor mudar de cidade, próxima de outro filho, que já vivia lá. E Frederico foi com ela, já que estava desempregado. Todavia, como vimos no capítulo 2, os períodos de desemprego de Frederico são ocupados pela “ajuda” aos pais, que trabalham por conta própria. Para acompanhá-la, ele desistiu do curso de EJA que estava fazendo. Segundo ele, viver com a mãe é uma comodidade, pois ele tem uma casa e pode alugá-la, recebendo, assim, a renda de um salário mínimo mensal.

No depoimento de Frederico, ainda que se refira aos conflitos da mãe com os filhos, ele mesmo não relatou nenhum tipo de problema com os irmãos ou com os pais. Pelo contrário, vive bem com a mãe e, no momento da entrevista, estava em São Paulo porque fora convidado por um irmão que havia concluído um curso de qualificação e sugeriu que ele viesse e também tentasse fazer um curso.

Esse irmão de Frederico veio morar em São Paulo devido a um problema de saúde da esposa, que está se tratando no Hospital das Clínicas. Entretanto, depois de algum tempo, o irmão pediu-lhe que fosse morar em outro lugar, porque Frederico foi para São Paulo passar um curto espaço de tempo, e estava prolongando sua estadia. No momento da entrevista, ele vivia em uma quitinete localizada na Igreja Adventista que frequentava, e não precisava pagar aluguel, pois realizava pequenos consertos tanto na quitinete, quanto na igreja.

Seus pais estudaram até a quarta série, segundo ele, mas a mãe tinha mais dificuldades para ler e escrever. Como trabalhava de vendedora ambulante, entretanto, tinha muita facilidade em fazer contas e cálculos “de cabeça”. Ele afirma que sempre foi o filho que mais ajudou a mãe no trabalho. É o filho do meio de 11 irmãos. Conforme crescia, seus irmãos iam ficando independentes, mas ele ainda exercia autoridade e tinha responsabilidade sobre os mais novos.

O relato de Frederico não expressou nenhum tipo de problema referente a obrigações familiares ou em decorrência da impossibilidade de conciliar estas com alguma atividade profissional. Seu depoimento revelou, na verdade, a situação oposta. Tanto pela

comodidade de morar com a mãe, quanto pela possibilidade de trabalhar com os pais nos períodos em que se encontra sem emprego, foi possível perceber que a família constitui um apoio para Frederico, uma rede de proteção que minimiza os problemas em relação a trabalho e à busca de trabalho.

O outro homem entrevistado, Bernardo, tem três irmãos: dois mais velhos e uma irmã mais nova. Seus pais tinham um comércio no centro de Guayaquil, mas o senhorio do lugar onde moravam não permitia que lá vivessem crianças, assim ele e seus irmãos foram criados pela avó em um *barrio*, que seria uma região residencial de periferia da cidade. Mais tarde, com a doença do pai, seus pais voltam a viver no *barrio*, e a avó permitiu que construíssem uma casa no quintal.

Depreende-se, desse período da infância de Bernardo, que havia um problema na família em função do trabalho dos pais. O lugar onde moravam, no centro da cidade, não permitia que ele e seus irmãos crescessem junto aos pais, que tiveram, então, que optar, e os filhos foram criados pela avó, no *barrio*, enquanto eles trabalhavam no centro.

Com quem deixar os filhos é o problema fundamental que se coloca para a mãe que se vê na contingência de trabalhar fora. Mesmo que haja condições relativamente simples na residência (espaço pequeno, refeições simples) e que isso permita que ela realize uma dupla jornada (profissional e doméstica), crianças pequenas exigem sua presença constante, ou a de um adulto. Geralmente, a “substituta” da mãe é procurada no grupo de parentesco mais amplo, ou entre as vizinhas (BILAC, 1978). A organização familiar, portanto, está intimamente relacionada à situação de trabalho.

Ele tem a lembrança da mãe e da irmã trabalhando na cozinha, ainda que diga “Minha irmã também não é boa de cozinha, não. Ela é preguiçosa, ela só lavava os pratos. Quem era a encarregada da cozinha sempre foi minha mãe”. Interessante observar o comentário em relação à irmã, “preguiçosa”, porque “só lavava pratos”, enquanto ele mesmo não realizava essa tarefa, nem nenhuma outra no espaço do lar, segundo seu próprio relato: “A gente não ajudava, não. (...) Minha irmã, um pouco. Minha mãe era uma pessoa muito batalhadora, minha mãe que nos lavava a roupa, fazia comida, lavava os pratos, fazia tudo”.

Assim como a figura da avó também aparece constantemente em seu depoimento associada à cozinha, a mãe de Bernardo figura nas entrevistas como uma pessoa carinhosa e preocupada, que tentava apoiá-lo. Segundo ele, depois que foram morar na casa no quintal da avó, a mãe dedicou-se quase que totalmente à família, também devido à doença do pai, que o levou a uma cadeira de rodas. A mãe era a única responsável por todo o trabalho doméstico, contando apenas com a ajuda da filha. A avó morava em outra casa.

O trabalho doméstico, quando realizado por pessoa ou pessoas da família, produz impacto na renda familiar, pois esses serviços não precisam ser contratados, remunerados, ou seja, não será preciso vincular uma parte da renda da família para pagar uma pessoa de fora para executá-lo. Entretanto, mais do que uma razão monetária, o trabalho doméstico recai sobre a própria família e, geralmente, sobre as mulheres, porque “a família é também uma unidade de relações sociais, de vivências socioafetivas que se estrutura em torno de códigos e categorias que estabelecem uma rede de solidariedade de ação” (FAUSTO NETO, 1976, p.21). Por isso, os “sacrifícios” feitos pela família, que podem ser interpretados como superexploração ou opressão por alguém que observa de fora da situação familiar, são “materializados” como deveres de determinados membros da família, como o chefe da família, a mãe e o filho mais velho. Na situação descrita por Bernardo, o trabalho doméstico tem um recorte claro de gênero e era dever da mãe e da irmã.

Assim, coube à mãe de Bernardo retornar ao *barrio*, onde contava com a ajuda da avó de seus filhos (não foi possível saber se era mãe da mãe ou mãe do pai) para cuidar deles. Não ficou claro, no entanto, de onde provinha a renda da família a partir desse momento. Aparentemente, do trabalho fora do lar que a mãe realizava, mas que ele não explicitou qual era. O que é recorrente no discurso de Bernardo é a associação da mãe à figura de batalhadora, principalmente em função de ter desempenhado um trabalho fora do lar e todo o trabalho doméstico.

Bernardo não relatou nenhum tipo de conflito com a família, muito menos por questões referentes ao trabalho. Pelo contrário, mesmo tendo decidido abandonar a escola “por preguiça”, em suas próprias palavras, e não ter buscado trabalho até os 24 anos, nunca foi cobrado por ninguém para que ajudasse no sustento da casa e da família, nem para que realizasse nenhum tipo de atividade em casa. Quando começou a trabalhar, ajudando um

primo em uma estamperia, esse dinheiro era para si e não para o grupo familiar. Depois de ter viajado e conseguido um emprego no Brasil, ele não mencionou nada em relação a mandar alguma ajuda para a família no Equador. Quando falou sobre seus gastos, foi apenas do aluguel que precisa pagar.

De todas as mulheres entrevistadas, apenas uma não era casada e não tinha filhos: Sandra. Ela é muito tímida e tem dificuldade para falar ou algum problema na fala, o que tornou a compreensão da gravação muito difícil. Além disso, ao longo da entrevista, emocionou-se diversas vezes. Ao referir-se à sua família, ela falava sobre as irmãs, com quem tinha péssima relação, os sobrinhos que dificilmente via, e sobre os pais que regressaram para a zona rural da Bahia e a deixaram em São Paulo, sem ter onde morar.

Sandra era a filha mais velha e, de acordo com seu relato, sempre ajudou em casa e “cuidou” dos irmãos mais novos e, mais tarde, dos sobrinhos, principalmente de um, que a irmã “deixou” na casa dos pais aos 6 meses. O ressentimento de Sandra em relação à sua família deve-se, principalmente, ao não reconhecimento dos pais, irmãos, irmãs e sobrinhos, do trabalho que ela lhes dedicou e que, segundo ela, significou não ter nada no momento presente: “Tudo que eu pegava, dava pra minha mãe, tudo que eu recebia, dava pra minha mãe. Todo salário pra ela, tudo que eu recebia pra ela. Não consegui até hoje montar minha casa, meu canto”.

Ela morou com os pais toda a vida, ainda que estes vivessem entre São Paulo e Piau, próximo a Itajubá, na Bahia. Segundo seu relato, ela ajudou os pais sempre, mas quando eles decidiram voltar para a “roça” no interior da Bahia, ela não tinha para onde ir: “Eles [os pais] foram depois, antes eu morava com eles, morava lá na Zona Leste, né, aí... Ajudei, ajudei, ajudei, o quanto podia ajudar, depois... venderam a casa, fiquei na rua”. Há nove anos Sandra vive na Barra Funda com duas irmãs. Sobre sua relação com os irmãos, ela relata: “É difícil ter relação com os irmãos, né, que é difícil com todos. Eu não tenho boa relação com todas, né, pra falar verdade eu não tenho boa relação com nenhuma”. E ainda pontuou que a relação se torna ainda mais difícil quando ela precisa pedir alguma ajuda financeira às irmãs: “Principalmente, quando vou pedir dinheiro emprestado, aí pronto, virge maria, aí a casa cai”.

A relação difícil com as irmãs, com quem vive, e as dificuldades que encontra para conseguir um posto de trabalho foram os maiores problemas relatados por Sandra. Ao todo, ela tem 9 irmãos: conta que a mãe teve 11 filhos, mas perdeu um. Ela tem seis irmãs e três irmãos. Sendo ela a mais velha, passou toda a infância cuidando dos irmãos mais novos. “Cuidava [dos irmãos]. Eu nunca tive infância, fui crescendo rápido”.

A mãe de Sandra trabalhava fora de casa em diversos serviços, que ela não precisou quais eram, e os irmãos estudaram. Assim, até os 18 anos, Sandra dedicou-se aos cuidados com os irmãos e sobrinhos. Em suas próprias palavras, as irmãs não faziam serviços em casa e ela era a única responsável. A razão disso é ter nascido primeiro:

Nada, [ninguém] nunca ajudou não. Era só eu que fazia. (...) Minha mãe trabalhava de noite, trabalhava até 9 horas, 10 horas da noite, 11 horas. Saía do serviço, pegava outro e assim ia.

[E você ficava responsável pela casa?] Mais velha, né. Fazer o quê? (Sandra, 29/04/2011)

Depois que os irmãos já eram maiores, Sandra tentou conciliar o trabalho fora de casa, que nunca realizou de forma estável e por longos períodos, com o trabalho de cuidar dos sobrinhos, na casa dos pais, especialmente o filho de uma de suas irmãs, desde que este tinha seis meses: “Um eu criei um, ele já tem 25 anos, já é pai. Tem 25 anos hoje. (...) Fiquei cuidando dele”. No momento da entrevista, ela afirmou que era difícil vê-lo, assim como os outros sobrinhos que ela criou ou ajudou a cuidar: “Porque eles vive longe, mora lá pros lados da Raposo Tavares. O outro tem uma filha, agora tá... ele tá fazendo o curso. Então ele vem fazer o curso, depois tem que... ele mora na mãe [no bairro do M’Boi Mirim], né então ele não para”.

Quando questionada sobre seu papel na família, ela respondeu: “Assim... eu acho... cuidadeira. Eu sou mais família, sou meio caseira, mais caseira assim”. Em função do trabalho que realizava dentro da casa dos pais, Sandra saiu para procurar trabalho apenas aos 18 anos, tendo abandonado a escola ainda criança. Ela não soube precisar exatamente em que série: em um momento disse que fez até a segunda série, em outro momento, até a quarta. De qualquer forma, aos 18 anos, ela foi buscar trabalho e, em suas palavras, foi

trabalhar “de limpeza mesmo”, porque não havia outra possibilidade: “Era em casa de família, é trabalhava como... cheguei a trabalhar de doméstica”.

Com pouca escolaridade, tendo passado a vida toda, até aquele momento, trabalhando em casa e cuidando dos irmãos, dificilmente Sandra conseguiria outro tipo de trabalho, especialmente considerando-se que ela começou a buscar trabalho em 1988, um período de recessão na história do Brasil, em que houve altas taxas de desemprego. Nota-se, entretanto, em sua fala, uma concepção do trabalho em casa de família como um trabalho desvalorizado, o que se expressa na construção da frase “cheguei a trabalhar”, como se houvesse demérito nesse tipo de atividade.

A partir de então, aos 18 anos, Sandra passou a trabalhar como empregada doméstica em casas de família, quando a oportunidade se apresentava, sem nenhum tipo de registro – de acordo com seu relato, “nas casas de família nunca tive sorte de ser registrada”. Trabalhou também como faxineira e auxiliar de limpeza em diversas empresas terceirizadas, tanto em escritórios como em condomínios. Mas Sandra afirmou não conseguir passar muito tempo nos empregos, e mesmo nas terceirizadas, onde obteve registro em carteira, não trabalhou por muito tempo.

Ela conta que o principal problema de trabalhar como auxiliar de limpeza é o salário muito baixo: “O benefício é muito pouco, o benefício. Eu peguei algumas pequenas, muito pouco, não tá dando”.

A relação entre a família e o trabalho é, para Sandra, de conflito cotidiano. Ainda que tenha dedicado a maior parte da vida a realizar o serviço doméstico na casa dos pais, em que, segundo ela, as irmãs não “ajudavam” em nada, e cuidar dos filhos das irmãs e dos irmãos, aos 41 anos, ela mora de favor na casa de uma irmã mais nova e diz sofrer muito nessa situação, pois as irmãs querem que ela saia. Sua dedicação à família parece ter dificultado seu acesso à escola quando ainda era jovem, e ao mercado de trabalho, agora que é adulta: “Como é que eu vou viver na situação que eu me encontro pra arrumar serviço desse jeito? Ficou difícil pra mim, falei, agora não dá. Eu tenho que arrumar minha casa, nunca montei uma casa, nunca fiz nada pra mim”.

Como vimos, Andréa migrou com a família para São Paulo aos 9 anos. Eram, então, cinco filhos. O pai, que veio para fazer um tratamento de saúde, conseguiu trabalho como

vigilante e trouxe o restante da família. Aqui em São Paulo, o casal teve mais sete filhos. Desde sua infância, a família de Andréa considerava importante que ela trabalhasse, e não que ela estudasse. Ela trabalhou como empregada doméstica em diversas casas como babá, como dama de companhia de senhoras idosas, e mais tarde, como auxiliar de produção em três empresas.

Andréa se casou pela primeira vez aos 20 anos, e teve uma filha, hoje com 22 anos. O casamento durou apenas três anos porque, segundo ela, o marido achava que toda a responsabilidade da casa era da mulher. Coloca-se aí um problema: o marido queria que apenas ela se ocupasse da filha e da casa. Em função disso, ela se separou. Da fala de Andréa sobre seu primeiro casamento, não é possível afirmar que o ex-marido colocasse algum tipo de interdição a que ela trabalhasse fora de casa. No entanto, ficou claro que ele não se sentia de nenhuma forma responsável pelo trabalho doméstico ou pelo cuidado com a filha, o que para Andréa foi muito difícil, e motivo para a separação. O conflito que emergiu da história de seu primeiro casamento é entre a família e o trabalho doméstico, ou seja, a obrigatoriedade de que ela, por ser mulher, fosse a única responsável pelo trabalho doméstico não remunerado.

Sete anos depois, ela se casou de novo e, nesta nova união, afirma em seu depoimento, se impôs mais.

No segundo casamento, como eu já tinha essa experiência, eu me impus mais. Então o meu marido, no começo, já foi entendendo, que a responsabilidade era dos dois, que com ele trabalhando e eu também trabalhando, eu não podia ficar com a casa toda pra mim, com o filho pra eu cuidar. Então ele desde o começo foi entendendo, que os dois trabalhando, os dois tinha a mesma responsabilidade em casa. (Andréa, 29/04/2011)

Ela já está casada há 13 anos, e tem um filho de 11 anos. Deste trecho da entrevista, é possível depreender que o casal entende que o trabalho doméstico é responsabilidade dos dois, ou seja, dela e do marido, porque os dois trabalham fora de casa. Todavia, ao longo de seu depoimento, Andréa usou sempre o termo “ajudar” para se referir à relação que estabeleceu com o marido em casa, em relação ao trabalho doméstico.

Na verdade ele sempre ajudou. Sempre que foi necessário ele sempre ajudou. Quando ele tava fazendo a faculdade, eu ajudava muito ele em tudo que ele precisava pra ele. Porque ele saía às 6 da manhã e voltava à meia noite. Então até coisas particulares dele eu resolvia pra ele ter mais tranquilidade. (...) Tipo assim, eu lavo toda a roupa da casa, ele passa. Eu cozinho, ele arruma a cozinha. Nós temos cachorro, ele dá banho, eu seco. Esse tipo de coisa. (Andréa, 29/04/2011)

Andréa revelou uma complementaridade entre as tarefas que ela e o marido desempenham em casa, mas reforça a ideia de que o marido “ajuda”, de forma que ainda entende que este trabalho é responsabilidade sua, o que nega sua própria afirmação de que a responsabilidade é dos dois. A ideia de complementaridade transparece quando ela afirma que também o ajudava quando ele estava na faculdade e tinha pouco tempo para cuidar até de “coisas particulares”, que ela resolvia para ele.

Com relação ao cuidado que dispensavam ao filho, ela explica que a divisão de tarefas se dava em função da estabilidade do emprego dela ou do marido: quem está mais estável no emprego e tem a possibilidade de conseguir uma licença, ou seja, quem não corre o risco de ser demitido por se ausentar do trabalho para cuidar do filho, cuida. No caso da família de Andréa, quando ela está nova em um emprego, é o marido que “ajuda”.

Se eu to nova num trabalho, porque eu não tenho estabilidade no emprego como ele, então se eu to num trabalho e meu filho precisa de um médico, alguma coisa, então ele que tem estabilidade, mais de 11 anos de empresa, ele que vai. Mas assim, se for necessário a mãe, é lógico que eu dou meu jeito. Mas enquanto ele puder tá fazendo esse tipo de coisa pra não me atrapalhar, ele faz. (Andréa, 29/04/2011)

Não fica claro que tipo de situação requereria especificamente a mãe, mas ela afirma que “daria um jeito”, que estaria presente, ainda que isso pudesse acarretar problemas no trabalho. E ressalta que o marido faz “esse tipo de coisa” para não atrapalhá-la, e “enquanto ele puder”, ou seja, mais uma vez, transparece em seu discurso que se trata de uma ação do marido para ajudá-la, para poupá-la, nesse caso especificamente para não lhe acarretar problemas no trabalho.

Bruschini e Ricoldi (2009) observaram, em grupos de mulheres trabalhadoras, uma diferença geracional na relação que os casais estabelecem em relação à divisão sexual do

trabalho no lar: quanto mais jovens as cônjuges, mais igualitário parecia o acordo estabelecido pelo casal (idem, p.112).

A relação entre família e o trabalho, portanto, no caso da família de Andréa, caracteriza-se por conflitos que são diminuídos, em função da colaboração do marido no trabalho doméstico e cuidado com o filho do casal. Ainda que seja dentro da lógica da “ajuda”, em que a mulher continua sendo a principal responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados, Andréa foi a única entrevistada que relatou uma experiência onde, minimamente, a divisão do trabalho doméstico não significava que somente ela fazia o trabalho não remunerado no lar.

A condição familiar de Neusa era diametralmente oposta. Como veremos adiante, ela relatou ser a única responsável por todo o serviço doméstico de sua casa, onde vive com o marido e três filhos, o que gerou e ainda gera conflito com qualquer atividade profissional que ela desempenhe.

Durante a entrevista, ela não mencionou se tem irmãos. Disse apenas que os pais estudaram muito pouco, que o pai morreu quando ela ainda tinha 8 anos e a mãe, vivendo em condições precárias no interior da Bahia, mandou-a para viver com os tios em São Paulo. Em 1989, aos 22 anos, casou-se com um homem de 28 anos. Na época, ela trabalhava como balconista e continuou trabalhando durante as suas duas primeiras gravidezes, com intervalo de 2 anos entre cada filho. Ela teve três filhos homens.

Quando eu casei, eu continuei trabalhando, porque depois eu engravidei do meu primeiro filho, eu trabalhei. Com meu primeiro filho. Depois trabalhei no meu segundo filho, quando eu tive meu terceiro filho, eu parei. Eu não trabalhei mais. (...) Eu não trabalhei mais, fui fazendo bico. (Neusa, 02/05/2011)

Evidencia-se, no discurso de Neusa, que três filhos pequenos impossibilitaram que ela continuasse trabalhando como balconista, ainda que isso tivesse sido possível durante as duas primeiras gravidezes.

O mercado de trabalho já não quer te aceitar mais porque você tem filhos. Quando você tem filho você pega... pega a licença, quando você volta pra trabalhar a primeira coisa que eles fazem é te mandar embora. Aí também você também não tem condição de pagar pra outra pessoa olhar do seu

filho, então você é obrigada a ficar dentro de casa cuidando do seu filho.  
(Neusa, 02/05/2011)

A situação relatada por Neusa, de que a mulher é demitida quando retorna da licença-maternidade não é necessariamente verdade em seu caso, já que ela afirmou ter continuado a trabalhar como balconista durante a primeira e a segunda gravidez. Mas ela evidenciou, a seguir, a dificuldade em conciliar o cuidado com as crianças pequenas e o trabalho, já que não poderia pagar alguém para cuidar dos filhos pequenos.

É possível perceber também a falta de uma rede de apoio familiar. Ela não falou sobre a família do marido, nem sobre seus tios, mas sabe-se que sua mãe vive no interior da Bahia. Ela não tinha ajuda de ninguém para cuidar dos filhos, e como ela mesma relatou, também não havia recurso para pagar alguém para cuidar deles.

A condição econômica foi apontada por Neusa como o principal problema para continuar trabalhando com filhos pequenos. Ainda que a família estivesse passando por problemas financeiros e o marido estivesse desempregado, ela teve que parar de trabalhar porque não tinha condição de pagar alguém para cuidar das crianças. Ela sequer mencionou a possibilidade de que o marido pudesse fazer isso.

O nascimento do terceiro filho se deu em uma conjuntura muito difícil para Neusa e sua família. O marido fazia o curso de torneiro mecânico no Senai, mas estava desempregado. Ela parou de trabalhar durante a terceira gravidez e eles não conseguiam pagar as despesas a casa. Como não tinha nenhum outro apoio, ela mandou o filho menor, ainda bebê, para ser criado pela mãe.

eu tava em situação difícil e aí eu tive três filhos, um atrás do outro, né, de dois em dois anos eu tive filho. Três homens. Aí eu, eu, eu... tava em condições financeira difícil, pra agarrar o aluguel, meu marido tava desempregado, aí eu tive que levar um menino pra Bahia. Aí eu deixei, que foi o último que eu tive, de seis meses. Deixei lá. (Neusa, 02/05/2011)

Este trecho da fala de Neusa remete a uma situação muito triste e também explicita a absoluta falta de qualquer tipo de rede de proteção ou amparo social, para ela ou para os meninos pequenos. Não tendo condições de pagar alguém e nem nenhum tipo de acesso à

creche ou outro estabelecimento de cuidado público, ela se viu obrigada a mandar o filho para ser criado por sua mãe, ainda que esta vivesse em outro Estado.

No momento da entrevista, o filho mais novo já vivia com os pais novamente. Ao contrário de Neusa, todavia, veio para São Paulo para estudar, e não sob pressão direta de trabalhar. Os dois filhos mais velhos estudaram e trabalhavam, mas não contribuíam com a economia da casa, pois o dinheiro deles seria investido no Ensino Superior:

Então o dinheirinho que ele [filho mais velho] pega, ele já... ele já quer empregar na faculdade. Ele quer fazer a faculdade de administração. Então eu não pego dinheiro dele. Eu deixo o dinheirinho dele. O Robson, ele trabalha e também o dinheiro que ele pega também, ele ta pensando numa faculdade futuramente, né. (Neusa, 02/05/2011)

Nota-se que, ainda que ela mesma não tenha concluído o Ensino Médio, o fato de que os filhos tenham desejo de cursar faculdade constitui um investimento da família como um todo, ainda mais porque uma universidade ou faculdade pública não se apresentava, no discurso de Neusa, sequer como possibilidade, e tanto ela quanto os filhos pensam o Ensino Superior como uma alternativa que requer um investimento financeiro.

No momento da entrevista, Neusa havia deixado um emprego há pouco tempo como auxiliar de cozinha em um supermercado. Ela permaneceu no emprego apenas pelo tempo de experiência (três meses) e não quis ser registrada porque, segundo ela, já sabia que iria sair, porque o trabalho lá “era uma escravidão”. O que faz com que o trabalho seja caracterizado como escravidão é o salário muito baixo, a intensidade e a necessidade de trabalhar sábados, domingos e feriados.

Entretanto, houve outra razão para Neusa ter saído desse trabalho e optado por continuar trabalhando como empregada doméstica diarista: a impossibilidade de conciliar o trabalho remunerado intenso e o trabalho doméstico em sua própria casa.

Ah, era meio, era meio puxado, era bem puxado. Então, é... eu saí porque eu quis. Eu prefiro trabalhar por dia, que ganha até mais, o salário lá era muito pouco, né, e lá trabalha sábado, domingo, feriado. E lá na minha casa são quatro homens, né, então não tem como eu trabalhar fora, e na minha casa eu que faço de tudo. Tudo, tudo, tudo, que ninguém sabe fazer nada em casa, é só homem, né. Então eu tava trabalhando muito, tava trabalhando muito. Ficava o dia todo aqui, vinha sábado, domingo, tinha uma folga na semana. Aí eu resolvi sair. (Neusa, 02/05/2011)

O trabalho em cozinha industrial é muito intenso. É necessário passar muitas horas de pé, há muita pressão por agilidade e rapidez e demanda muita atenção aos procedimentos. Além disso, Neusa também revelou, em outro ponto da entrevista, que tinha um problema de coluna que estava se agravando, o que também contribuiu para que ela saísse do trabalho no supermercado. No entanto, é possível perceber, a partir do trecho destacado da entrevista, que ela afirmou estar trabalhando muito, justamente em função de ter que fazer “tudo, tudo, tudo” em casa, já que “ninguém sabe fazer nada em casa”, porque são todos homens.

Percebe-se o conflito que se coloca para ela, e não para o marido ou para os filhos, entre as obrigações que tem no âmbito do lar e da família, e o trabalho remunerado. Ainda que a jornada de trabalho profissional seja extensa, o salário baixo e escala de trabalho cansativa, ela aponta o trabalho doméstico como o elemento que a impossibilita de trabalhar fora.

Dedecca (2009) afirma haver uma associação entre jornada de trabalho mais extensa para a reprodução econômica e relativamente mais reduzida para a reprodução social no caso das mulheres. Entretanto, a menor jornada de trabalho no mercado implica uma jornada mais ampla no domicílio, e uma jornada mais extensa no mercado, uma redução no tempo destinado à reprodução social. Mais do que isso: quanto maior a jornada para a reprodução econômica, maior a possibilidade de a mulher ter uma jornada total de trabalho mais elevada, ainda que aquela para reprodução social seja um pouco mais reduzida relativamente (idem, p.294).

Além disso, entendendo-se o trabalho doméstico como a forma de produção de valores de uso que tornam aptos para o consumo final os bens produzidos fora da família e adquiridos com o salário de seus membros remunerados (BILAC, 1978, p.61), ou seja, a manutenção do lar, o preço do trabalho doméstico está incluído no salário, no preço da força de trabalho, uma vez que constitui um dos elementos fundamentais para a sua reprodução. Considerando Neusa e sua família na perspectiva de classe social de trabalhadores de baixa renda, observa-se que o trabalho doméstico que ela realiza no âmbito do lar é fundamental para a reprodução social da família como um todo, que não

precisa pagar outra pessoa para realizá-lo e, conseqüentemente, diminui o custo da reprodução da força de trabalho.

É a partir da interdependência necessária entre produção social e economia doméstica que se estrutura o grupo familiar através da elaboração sociocultural de um fator natural, o sexo, que atribui à mulher a produção de valores de uso no âmbito doméstico, e ao homem a participação na produção social (idem, ibidem).

Neusa também explicita sua exclusiva responsabilidade pelo trabalho doméstico, justificando que ninguém a ajuda porque “é só homem”, e eles não fazem ou não poderiam fazer nenhum trabalho doméstico.

A família de Neusa corresponde aos papéis sociais de gênero naturalizados, em que à mulher cabe a esfera do lar, da família e do trabalho doméstico, e ao homem o papel de provedor da casa e da família. Assim, ela continua trabalhando fora, fazendo “bicos” porque seu próprio dinheiro é para seu uso. “Compro minhas coisas. A gente sempre precisa de um shampoo, de uma tinta pra pintar o cabelo, de uma roupa, de um sapato, né”. Com relação aos gastos da casa, a responsabilidade é do homem provedor: “Meu marido compra arroz, feijão, essas coisa, paga aluguel, paga conta, paga luz, essas coisa. Os menino eu nem pego dinheiro deles”.

O trabalho que Neusa realiza fora de casa, portanto, provê a renda de que ela precisa para sua reprodução, seus gastos pessoais, e o trabalho do marido garante a renda necessária para a manutenção do lar. Ela mesma, portanto, enxerga o trabalho como algo que faz por si mesma, e o trabalho doméstico como o que contribui para a família.

Ainda que ela também considere que o trabalho doméstico da casa é de sua total responsabilidade, é importante trabalhar fora:

Acho que era melhor, menos estressante [trabalhar fora]. Eu acho que ficar dentro de casa a gente estressa muito. Fica muito estressada. (...) Todo dia aquilo, todo dia, todo dia, todo dia. Então a pessoa acaba se estressando, né. E lá fora não, você trabalha, cê ganha seu dinheiro, né. Dentro de casa a gente não ganha nada não. (Neusa, 02/05/2011)

Ela afirmou ser muito difícil ficar “apenas” trabalhando dentro de casa, que prefere trabalhar fora, ainda que realizar as duas atividades “canse muito”. Também declara que

“estressa muito” ficar apenas dentro de casa, realizando sempre as mesmas atividades, pelas quais “não ganha nada, não”. Segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009), o trabalho doméstico, ao contrário da esfera econômica, realiza-se dentro de uma relação entre pessoas, que se caracteriza por uma disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família (p.258).

Sobre estar sobrecarregada por ter que fazer todo o serviço de casa, Neusa afirmou que já foi questionada e é categórica:

Às vezes minha vizinha fala assim pra mim “você tem que botar esses menino pra fazer as coisa”. Mas se eu vou botar eles pra fazer as coisa, eles não sabe, entendeu. Eu vou botar eles pra lavar louça, eles não lava direito. Aí eu já fico nervosa, eu vou lá e lavo. Entendeu? Que eu gosto na minha casa tudo limpinho, eu gosto tudo organizado em casa, né. (...) Então assim, eu nem ponho. Eu vou botar eles pra lavar roupa? Não, né. Então isso aí, infelizmente, é um problema meu. Infelizmente. E outra, eles trabalha fora também, né. (Neusa, 02/05/2011)

A divisão sexual do trabalho e o estabelecimento de papéis sociais a partir das diferenças de sexo, que são naturalizados, expressam-se com força nessa fala de Neusa. Ainda que ela também trabalhe fora, ela aponta o trabalho dos filhos como impedimento para que eles contribuam com o trabalho doméstico. O trabalho deles é importante, o dela não. A figura do marido sequer aparece nessa discussão, já que ele cumpre seu papel de provedor da casa e da família, mesmo que não contribuísse ou dividisse nenhuma tarefa, quando estava desempregado.

Além disso, ela aponta o fato de que os filhos “não sabem” fazer o trabalho doméstico como um problema para que o trabalho seja bem feito. Em nenhum momento lhe ocorreu ensiná-los, precisamente porque são homens, e não lhes cabe esse trabalho. Bruschini e Ricoldi (*op.cit.*) observaram, em grupos focais realizados com mulheres trabalhadoras, que elas recorriam constantemente à ideia da “inabilidade natural masculina” para alguns assuntos referentes ao trabalho doméstico e cuidado com os filhos.

Citando Delphy (1998), Fougeyrollas-Schwebel afirma que:

O modo de produção familiar regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a educação das crianças, os serviços domésticos e a produção de certos bens, como pequenas produções mercantis. Rompendo com a

oposição frequentemente asseverada entre produção mercantil e não mercantil, a exclusão do trabalho doméstico das mulheres do domínio econômico não decorre da natureza de sua produção. Com efeito, quando os mesmos bens são produzidos fora da família, o trabalho que os produz é remunerado e, inversamente, o trabalho das mulheres permanece gratuito até mesmo quando sua produção é objeto de troca no mercado (...). (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.257)

Trata-se da condição de Neusa. Obrigada a realizar todo o trabalho doméstico em sua residência, e como ela mesma aponta, pelo trabalho que realiza em casa “não ganha nada, não”, ela trabalha “por dia”, ou seja, como faxineira diarista, e realiza em outras casas o mesmo serviço que faz na sua própria, mas aí sim, remunerada. O trabalho por dia é a forma que ela encontrou de conciliar o trabalho doméstico com a necessidade de gerar alguma renda para si.

O depoimento de Neusa revela a persistência de uma divisão sexual do trabalho em que às mulheres cabem, exclusivamente, as tarefas reprodutivas, entendendo-as tanto cuidados com o bem-estar físico e emocional dos membros da família – incluindo alimentação, limpeza, vestuário, higiene pessoal e saúde física e mental – quanto cuidados com a própria moradia, criação e educação dos filhos. A partir da naturalização de um fato biológico, ser mulher, reproduz-se uma imposição social que parte da maternidade e de vínculos imediatos da mulher com as atividades reprodutivas, para atribuir à mulher a responsabilidade por funções que transcendem muito o parto, o aleitamento, o cuidado com os nascidos, e englobam todo o trabalho referente ao espaço do lar e da família (BRUSCHINNI e RICOLDI, 1999).

A história de vida e a condição presente de Neusa, no momento da entrevista, expressam as dificuldades das mulheres trabalhadoras em lidar com o conflito entre família e trabalho, que não passa, na realidade, por uma “opção” que essas mulheres fazem, e sim por uma obrigação, por uma imposição social da família e de outras forças sociais que emergem do sistema patriarcal e que colocam o espaço do lar como sua responsabilidade primeira e principal, ficando o trabalho assalariado como possibilidade passível de ser compatibilizada com as responsabilidades domésticas.

A história de vida de Soraia não traz esse conflito entre o mundo público e o privado com tanta força, mas ela também relata esse conflito por ocasião de seu casamento aos 17

anos e posterior separação, aos 21 anos. Ela se casou grávida e foi morar na casa da sogra. Segundo ela, “Meu pai não me deixava trabalhar, meu marido achava também que lugar de mulher era em casa”.

O marido, de acordo com ela, era uma pessoa muito “parada”, que só vivia de casa para o trabalho, e ela tinha outros objetivos na vida, gostaria de fazer outras coisas: “Então eu queria voltar a estudar, na verdade eu me separei dele porque eu queria voltar estudar, queria trabalhar, queria conhecer o mundo, e ele queria ficar em casa e trabalhando. Aí chega uma hora que o negócio rompe, né”.

O conflito entre o trabalho e a família, para Soraia, colocava-se como uma restrição clara a uma profissão e à escola, como se pode perceber do trecho destacado acima. O casamento significava ficar em casa e cuidar da filha, levando uma vida “parada”. Trata-se de uma situação tão opressora, para ela, que, mesmo sem ter trabalho, ela preferiu separar-se do marido, e tentar conseguir trabalho.

Ela e o marido mantêm relação de amizade e conseguiram conciliar a criação conjunta da filha, ainda que ela não explicitasse de que maneira isso se dava, o que nos leva a intuir que poderia ser o sistema de guarda compartilhada (alguns dias da semana com a mãe, outros com o pai). A filha de Soraia tinha 24 anos e estava prestes a ter um bebê no momento da entrevista. Ela mora na França, pois o pai é descendente de italianos e ela conseguiu a cidadania europeia. Atualmente, Soraia namora, mas não tem nenhuma intenção de casar ou mesmo de morar junto. Em relação ao namorado, Soraia afirma que é melhor manter a relação assim: “A gente se dá muito bem, graças a Deus. Mas naquele... cada um na sua casa”.

Há, a partir da década de 60, a emergência da figura feminina como “mulher-indivíduo”, que se opõe à ideia até então dominante da “mulher-natureza”, ou seja, mudanças na sociedade, como a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho, que possibilitam a existência de uma mulher autônoma, desvinculada da função materna como missão central feminina (TORRES, 2000, p.136).

A atividade profissional é valorizada pelas mulheres por diversas razões. Para as casadas, o trabalho representa acréscimo de poder na relação conjugal perante o marido. Tanto para as casadas quanto para as solteiras, o trabalho também é forma de

reconhecimento de habilidades específicas, fonte de um reconhecimento habitualmente ausente do universo das atividades domésticas, e um meio de desenvolver relações de sociabilidade (idem, p.141).

Tendo vivido uma experiência de casamento que nos pareceu muito opressora e limitadora, Soraia preferiu não se casar de novo. Ela namora há 10 anos e aconselha: “(...) você nunca pode dizer pra ele o quanto que você gosta deles. Por mais que isso transborde assim, você não pode dizer pra eles. Isso não faz bem pra eles. (...) Aí você vira eletrodoméstico”. Em seu conselho bem-humorado, ela revela seu entendimento da diferença entre o namoro e o casamento, e a importância de cada um viver em sua casa, para que a mulher não vire “eletrodoméstico”, ou seja, aquela que realiza o trabalho doméstico.

Para Juraci, a relação entre trabalho e família implicou conflitos quando ela ainda era criança. Para trabalhar como empregada doméstica em Minas Gerais aos 9 anos, ela teve que sair da casa dos pais e ir morar na casa dos patrões. Ainda que ela relembre esse período com carinho, ela se ressentia, principalmente, de ter parado de estudar, como vimos no capítulo 3, mas não mencionou saudades dos pais ou dos irmãos.

Ela mencionou, entretanto, que tentava passar algum tempo com a família, enquanto trabalhava: “mesmo que eu trabalhava assim pra dormir em casa de família, mas domingo sempre eu tava presente em casa. Às vezes um dia à noite eu pedia pra patroa pra dormir em casa, sempre tava presente. E convivo até hoje com meus irmãos”. Uma de suas irmãs, mais nova, saiu de casa com ela, também para trabalhar em casa de família. Quando Juraci migra para Belo Horizonte e, mais tarde, para São Paulo, a irmã vai junto.

Mais tarde, já adulta, Juraci “traz” os pais e os irmãos para viverem em São Paulo, próximo de onde ela morava.

Depois de muitos anos aqui em São Paulo, já assim, setenta e... 77 mais ou menos, eu mandei buscar os meus pais. Que eles ficavam só escrevendo, pedindo dinheiro, falando que lá tava ruim. Minha mãe também queria vir pra cá, que minha mãe é, ela é assim... bem voadinha, ela gosta assim, né. Aí mandei buscar, busquei meu pai primeiro. Antes de buscar meu pai, eu trabalhava aqui na Rua Tupi, né, aí eu comprei um... comprei um barraquinho de um cômodo só na... na favela, na favela do Penteado. Aí mandei buscar meu pai. (...) Porque naquela época, se eu tivesse pensado, não tinha levado meu pai pra favela, né. Eu tinha

comprado logo um terreno, em algum lugar, né, e já ficava estabilizado. Que aqui, até a Freguesia naquela época tinha muito mato, né, era só mato, mato, mato. E eu comprei naquela área ali um barraquinho pro meu pai, um cômodo. Aí meu pai veio, começou a ajeitar, aí passou uns meses, mandei buscar minha mãe. E depois, devagarinho veio todos meus irmãos. (Juraci, 04/05/2011)

No depoimento de Juraci, não se nota nenhum ressentimento com os pais, pelo contrário. Ela trabalhava como empregada doméstica em uma casa na Rua Tupi e conseguiu juntar o dinheiro para trazer primeiro o pai: comprou-lhe uma casa simples na favela do Penteado, e ele continuou construindo a casa, de forma que ela pudesse abrigar o restante da família. Em seguida pagou a passagem para que a mãe viesse e, finalmente, ajudou financeiramente os irmãos a virem.

No ano seguinte à chegada do pai, Juraci começou um relacionamento com “um rapaz”, seu primeiro companheiro. Juraci não deixou claro, mas não falou em casamento durante a entrevista. Falou sobre relacionamento ou união, o que nos leva a crer que não chegou a casar-se formalmente<sup>18</sup>. Deste primeiro relacionamento, que começou quando Juraci ainda tinha 18 anos, ela teve dois filhos. Na época do nascimento dos filhos, trabalhava como costureira em uma confecção na Lapa, com registro formal. No entanto, não relatou nenhum tipo de conflito entre sua atividade profissional e a família. Não obstante, cinco anos depois ela se separou. “Aí ele foi pra lá, eu fui pra cá. Aí os meus filhos, é... eu trabalhei muito pra cuidar dos meus filhos sozinha, né”.

Juraci relata uma situação familiar extremamente delicada quando se refere ao seu segundo companheiro. Quando Juraci tinha 30 anos, ela voltou a viver com um rapaz e a relação deles dura 17 anos. Eles tiveram duas filhas, mas estavam separados no momento da entrevista há cinco anos, porque o marido a agredia fisicamente. Ela associava as agressões ao alcoolismo. A situação que ela relata era de terror, e ela decidiu se separar.

---

<sup>18</sup> Therborn (2006), ao analisar a instituição do casamento e sua relação com a economia política, afirma que as regras de casamento e controle da sexualidade, principalmente das mulheres, devem ser mais fortes entre as classes proprietárias do que entre as não proprietárias, já que, entre estas, são menores os conflitos em relação a herança e divisão de bens (p.200). As relações de concubinato e coabitação, portanto, são muito comuns e, para efeitos da presente pesquisa, serão tratadas da mesma forma.

É que ele deu pra beber muito. E até então ele bebia e quebrava as coisa em casa, era até bom, né, até dava pra você aguentar. Mas aí ele começou querer bater nas minhas filhas, eu não concordei. Achei muito difícil, né, ele querer bater nas minhas filhas, aí a gente chegou num acordo. Cada um foi pro seu lado.

[se ela já havia sido agredida] Várias vez, várias vez. Veio polícia, veio tudo. (...) Porque quando não tava na bebida, não tinha coisa melhor, pros filho, né. Aí quando bebia pegava até a geladeira no braço. Era terrível, minha filha, passei situação...

A violência doméstica é um problema muito sério e muito complicado de ser enfrentado, ainda mais individualmente. Apesar de Juraci não ter se sentido a vontade para falar mais sobre isso, e nem foram feitas mais perguntas a respeito, não há dúvida de que sua decisão de se separar foi acertada, assim como é possível apreender de seu discurso que esse cotidiano de violência durou aproximadamente 12 anos: “Até os 5 anos era uma ótima pessoa. Depois de 5 anos, não sei o que aconteceu com aquele homem, se transformou. Não era safado, não era nada, mas a bebida atrapalhou tudo”.

Também é possível inferir que o fato de que Juraci morava em casa própria na Cohab de Taipas, que conseguiu junto a um programa de moradia da Prefeitura de São Paulo, e que sempre trabalhou, contando assim com a possibilidade de se sustentar a si e a seus filhos, teve relevância em sua decisão de se separar, ou melhor, de exigir que o marido saísse de casa.

## **O futuro dos filhos e filhas**

Do conjunto de entrevistados, os homens não tinham filhos e uma das mulheres, Sandra, também não. As outras cinco mulheres entrevistadas que tinham filhos falaram um pouco sobre eles. Discutiremos as colocações dessas mulheres em relação à escolaridade destes jovens e as expectativas que elas atribuem ao estudo, assim como o tipo de contribuição que dão para que os filhos estudem ou continuem estudando.

A filha mais velha de Andréa, que tem 22 anos, fez todo o ciclo básico de escolarização na escola pública e o ensino superior em Pedagogia em uma universidade privada. Ela almeja o mesmo para seu filho mais novo, de 11 anos.

Neusa tem três filhos, de 20, 18 e 16 anos. O mais velho terminou o ensino médio e já trabalha, mas tem apoio dos pais para economizar dinheiro e tentar fazer faculdade. O filho de 18 anos concluiu o ensino médio e faz curso técnico. O mais novo foi criado pela avó na Bahia e recentemente voltou a viver com os pais em São Paulo. Ele ainda está no ensino médio na escola pública.

Soraia tem uma filha que tem 24 anos, que vive na França. Segundo ela, o marido conseguiu bolsa de estudos para a filha em uma renomada escola paulistana bilíngue, e a menina foi alfabetizada em língua portuguesa e francesa. Quando concluiu o ensino médio, tendo cidadania italiana em função da ascendência paterna, ela conseguiu cursar o ensino superior na França. Soraia apoiou a mudança da filha, porque “quando ela foi pra lá pra estudar eu falei pra ela ‘você vai porque um curso de datilografia lá é mais valorizado aqui do que uma universidade’”. A filha, entretanto, não pretendia voltar.

Juraci teve quatro filhos: um rapaz e uma moça de sua primeira união, duas moças da segunda. Durante a gestão de Luiza Erundina, no começo dos anos 90, iniciou-se diálogo com a comunidade da favela do Penteado, onde ela e a família viviam, para que se mudassem para casas, na Cohab de Taipas. Para Juraci, foi uma grande oportunidade de conseguir a casa própria, mas o filho não queria ir. Segundo ela, “ele já foi sem vontade, foi... empurrado, né”, e isso agravou conflitos que o jovem já tinha com o padrasto. Então o menino voltou a viver na favela do Penteado, com a avó.

Aos 15 anos, de acordo com Juraci, a avó “arrumou” emprego para ele, e em seguida ele serviu o Exército durante quatro anos. Chegou a fazer ensino superior em curso que Juraci não soube precisar: “Então ele fez uma faculdade na área... da Medicina. Ele... sabe aquele exame... que tem que enfiar a sonda? (...) Então, ele fez essa faculdade. De 4 anos. Só que ele não exerce”. De acordo com ela, ele até conseguiu emprego em uma clínica, mas não gostou, porque “tinha que ficar muito tempo preso. Preso e ganhando pouco”. No momento da entrevista, o jovem era casado, vivia no bairro do Morro Grande e trabalhava como segurança e motoqueiro.

A filha da primeira união vive em Vitória, no Espírito Santo, próxima à família de Juraci que também vive lá. Juraci relata que a moça teve que se mudar, ainda nova, em função de um namorado que a agredia:

Aí, inclusive ela foi lá pra Vitória porque ela arrumou um tal de um namorado e eu tive que tirar ela dele, né, porque ele tava judiando dela. (...) Ela arrumou o namorado aqui, depois eu tirei ela daqui e mandei pra Vitória, escondido dele. Eu sei que foi um rolo, porque eu tive que denunciar ele na polícia. Depois que ele ficou atrás de mim, me ameaçando, né.

Atualmente, a filha é casada e tem um filho em Vitória, mas não pretende voltar para São Paulo. Ela concluiu o ensino médio e trabalha informalmente como cabeleireira.

As duas filhas mais novas, do segundo relacionamento de Juraci, vivem em Taipas. A mais velha, que tem 21 anos, fez curso de cabeleireira e manicure e trabalha no salão de uma irmã de Juraci, em Jandira. Juraci pagou o curso de cabeleireira para a filha, que atualmente é casada e mora com os sogros. A filha mais nova, segundo ela, seu “xodó”, tem 19 anos. Juraci relata que ela é a única que aprendeu a cozinhar, e que aos 15 anos se apaixonou por um rapaz, terminou os estudos com 17 anos e engravidou. O namorado construiu uma casa com três cômodos no terreno de Juraci, mas não conseguiram se casar formalmente, apesar de terem tentado três vezes, e agora tem um filho. Ela está em seu primeiro emprego, abordando pessoas em loja para vender cartões de crédito.

As entrevistadas que eram mães, demonstraram, em diversos momentos ao longo das entrevistas, preocupação em relação à escolaridade dos filhos, entendendo-a como condição fundamental para que tivessem um futuro melhor ou diferente dos seus próprios. Os filhos de todas as entrevistadas já possuíam mais tempo de escolaridade do que seus pais.

Nota-se que todos os filhos cursaram a educação básica na escola pública, exceto a filha de Soraia, mas os que ingressaram no ensino superior, fizeram-no em universidades ou faculdades privadas. A continuidade na educação dos filhos, seja no ensino superior ou em cursos, sempre requereu um investimento financeiro, tanto dos jovens quanto das famílias.

Tfouni e Romanelli (2012) problematizam essa questão, afirmando que a construção social de um discurso em que a educação seria veículo de mobilidade é ideológico, construído pelas classes dominantes:

O conteúdo que a escola transmite é todo baseado em um conjunto de saber condizente com as necessidades da classe privilegiada e não com as da classe dominada, que nem sequer possui o mesmo vocabulário. No entanto, a classe dominante prega a superação da marginalidade pela escola, através de discursos, como "oportunidades iguais para todos", além de outros nos quais está embutida a ideia de ascensão social. Essas ideias veiculadas pela ideologia dominante não passam, porém, de ilusão, já que a escola reproduz as relações sociais, mantendo o "status quo". (idem, p.32)

Esse discurso acaba por responsabilizar as classes de menor renda e mais marginalizadas por sua condição, pois elas investiram seus poucos recursos em alimentação, habitação e saúde, relegando a segundo plano a questão da educação, que não está ligada de forma tão direta ao problema da sobrevivência. O mercado de trabalho, por sua vez, exige cada vez maiores níveis de escolaridade, mesmo para ocupações que não requeiram tal saber escolar.

Exceto pela filha de Soraia (que vive na França e não foi possível saber que tipo de trabalho exatamente realiza), os filhos das demais demonstram viver situações muito parecidas com a de seus pais, no sentido de que também realizam trabalhos mal remunerados, informais ou precários.

Em que pese o orgulho do depoimento das mães entrevistadas, a situação de trabalho e mesmo de vida dos filhos que foi por elas relatada é muito próxima às condições atuais de trabalho que elas declararam viver. Mesmo aqueles que cursaram o ensino Superior, tendo ou não constituído família própria ou vivendo ainda com os pais, os filhos das entrevistadas realizavam trabalhos destituídos de valor social, informais e precários, ainda que tivessem maiores níveis de escolaridade. Segundo Segnini (2000), "Os jovens no Brasil, assim como em outros países do mundo, constituem o grupo social mais escolarizado e mais desempregado, ou, mesmo, inserido em trabalhos precários" (p.76).

É na análise da relação entre vida familiar e mercado de trabalho que se explicitam os diferentes significados das estratégias utilizadas na organização da família, entendida aqui em sua situação de classe.

## **Lazer: restrições ao descanso e ao tempo livre**

Evidentemente que, diante da descrição de cotidianos exaustivamente ocupados por atividades domésticas de manutenção do lar, cuidado da família e dos filhos, e trabalho remunerado fora de casa, as entrevistadas relataram ter pouco ou nenhum tempo para o lazer ou descanso, além de também apontarem a falta de recursos econômicos como um impedimento para realização dessas atividades.

Entre o que homens e mulheres entrevistados mencionaram como lazer, destaca--se a frequência à igreja. Andréa associou a igreja ao lazer que vivencia com o marido e o filho, assim como ir à lanchonete, levar o filho jogar futebol e visitar os pais no interior. Juraci e Frederico apontaram a igreja e a vida em comunhão com “os irmãos” como principal atividade não relacionada a trabalho. Juraci apontou a igreja como sua principal atividade de lazer e, às vezes, ir com a filha, o genro e o neto comer em lanchonete no shopping, segundo ela “medir perna”. Quando as filhas viajam e a convidam para acompanhá-las, ela vai, mas desde que não seja longe, para não “perder serviço”, o que remete à natureza do seu trabalho como diarista, que entra em conflito com a possibilidade de viajar. Frederico apontou atividades da igreja como lazer, especialmente o grupo de jovens adventistas e um programa na rádio da igreja.

Soraia, que trabalha por conta própria, afirmou que seu lazer é namorar, porque, “Quando você trabalha por conta própria é difícil você ter lazer. Tem coisas que eu gostaria de fazer, mas não tenho tempo hábil pra fazer isso.” Assim, ela dedica seu tempo livre a ficar com o namorado e, “quando dá um tempinho é um cinema que dá pra pegar, o teatro tá muito caro”. Soraia apontou diversas atividades de lazer que realizava “antigamente”, mas que no momento da entrevista, não tinha condições de fazer, como acampar. Assim como Juraci, Soraia apontou a primazia do trabalho e do serviço que não pode ser prejudicado, em detrimento de atividades de lazer e descanso.

Já Neusa e Sandra afirmaram não ter nenhum lazer. Neusa relatou que passa os finais de semana em casa, assim como o marido, mas que passa trabalhando em sua própria casa: “no final de semana você faz uma comida, entendeu, essas coisas”. O fim de semana está associado ao trabalho doméstico, às funções que exerce no lar, mas com mais calma, mais tempo.

Sandra atribuiu a ausência de lazer à falta de dinheiro “Não tem como ir, sem dinheiro, sem nada. Como é que eu vou sair sem dinheiro?”. Ela afirmou passar os finais de semana em casa assistindo televisão “Vejo. Aí desligo, enjoo, desligo. Aí fico... pra lá e pra cá, procurando alguma coisa pra fazer, senão...”. A situação financeira precária, associada à moradia “de favor” com as irmãs, contribuiu para que Sandra não tenha nenhum tipo de lazer.

Bernardo, por sua vez, apontou a rua como espaço de lazer. Desde que chegou a São Paulo, afirmou sair aos sábados e domingos, ainda que, no momento da entrevista, tenha parado um pouco com “as baladas” porque estava tentando economizar dinheiro. Ainda assim, segundo ele, “de fim de semana eu saio direto pra rua”. Também declarou aproveitar programações culturais e de lazer que ocorrem em São Paulo, como a Virada Cultural. Foi o único entrevistado que mencionou atividades gratuitas de lazer.

Vale ressaltar que Bernardo era o único entre os entrevistados que tinha um emprego sem registro, ou seja, com jornada mais ou menos fixa e não precisava trabalhar aos finais de semana, o que possibilita a realização de outras atividades, como o lazer. As mulheres que trabalhavam por conta própria, sob demanda, não tinham tempo hábil para determinadas atividades, como viajar. O trabalho é, portanto, condicionante do tipo de lazer que os entrevistados declararam praticar.

## **Concluindo o capítulo**

As trajetórias dos entrevistados e de seus filhos colocam em questão a concepção da educação escolar como veículo efetivo de mobilidade social. Não se trata de desqualificar o ensino escolar formal, mas de problematizar o papel que se lhe atribui, quando sabemos que há muito mais relações sociais de poder e de classes, tensões sociais que configuram caminhos estreitos e tortuosos que levam a essa mobilidade social, que não pode ser alcançada apenas com a educação escolar.

A relação entre trabalho e família se apresenta de forma distinta nos discursos dos homens e mulheres entrevistados. Para os homens, a falta de qualquer obrigação no espaço do lar, associado ao fato de nenhum dos dois ser casado, nem ter filhos, portanto, não terem papel de chefe de família ou responsável pelo lar, “resulta” em uma vivência do

desemprego e de busca por trabalho, ou mesmo do trabalho, que não acarreta nenhum conflito com a família. Eles ainda estão inseridos como filhos, irmãos ou netos, não como pais. Pelo contrário, a família para eles representa um espaço de apoio e propicia maior autonomia na tomada de decisões referentes ao trabalho.

Já para as mulheres, a relação entre família e atividade profissional se apresenta como conflito, mas de distintas maneiras. No caso de Neusa, sua responsabilidade para com a casa e o serviço doméstico e, portanto, com a família, é tão grande, que praticamente inviabiliza a realização de atividade profissional fora do lar. Além disso, como constatamos no caso de Neusa, a falta de uma rede familiar de apoio, no momento do nascimento de seus filhos, associada à sua condição de classe que não permitiria a contratação de uma pessoa para cuidar das crianças, acarretou sua saída do trabalho formal e inserção posterior precária, por meio de “bicos”. Sua trajetória revela a importância dos arranjos familiares na conformação das possibilidades de trabalho, principalmente feminino.

O trabalho doméstico tem importância central quando pensamos a família sob a ótica da classe social, em que não existe a possibilidade de delegar esse serviço a uma pessoa de fora da família. A relegação das mulheres ao espaço do lar e a atribuição “natural” do serviço doméstico a elas acaba por diminuir o custo da reprodução da força de trabalho.

Soraia e Andréa relataram histórias em que a responsabilidade sobre o trabalho doméstico, a casa e as filhas recaíam exclusivamente sobre elas por uma imposição de seus maridos, o que resultou em divórcio, para as duas. Andréa voltou a casar-se e “se impôs mais”, descreveu uma dinâmica familiar em que o atual marido “a ajuda”, em que há uma divisão mais justa do trabalho doméstico e de cuidado com o filho, ainda que ela continue entendendo que estas tarefas são responsabilidades prioritariamente suas. Soraia, por sua vez, namora, e não pensa em voltar a casar-se ou coabitar com o namorado, apesar de estarem juntos há 10 anos.

O depoimento de Juraci não revela nenhum conflito dessa natureza entre sua família e o trabalho. Quando criança, foi por intermédio da família que começou a trabalhar como empregada doméstica e, mais tarde, migrou para São Paulo para desempenhar o mesmo tipo de trabalho. Já adulta, trouxe os pais para morarem junto de si, por insistência deles,

ajudou os irmãos e, ainda hoje, ajuda as filhas. A mais nova vive com o namorado e o filho em uma casa que construíram em seu terreno. Ela não fala sobre nenhum tipo de problema no trabalho, quando engravidou ou quando teve os filhos.

Há uma diferença entre a forma como homens e mulheres vivem essas relações, tanto as profissionais, quanto as familiares. O conflito entre trabalho e família também se expressa na responsabilidade exclusiva das mulheres sobre o trabalho doméstico. Por isso, a natureza de conflitos que se lhes colocam são tão distintas, havendo maior prejuízo para as mulheres que vivem situações em que não se configura exatamente como “opção” sua, a decisão de saírem de seus empregos para cuidarem dos filhos pequenos, ou trabalhar por dia fazendo “bicos”, em detrimento de um trabalho fixo, formal, com jornada completa, de 40 a 44 horas semanais. Trata-se muito mais de uma imposição, tanto familiar, quanto social no sentido mais amplo, uma situação para a qual não há alternativa.

Com relação aos filhos, para todas as entrevistadas, evidenciou-se como a educação deles é um projeto familiar. O investimento na educação dos filhos é um cálculo realizado coletivamente pelos membros da família, e a aposta sempre é a de que, por meio da educação, estes jovens poderão criar trajetórias diferentes das de seus pais, acessar empregos melhores, mais qualificados e com maiores rendimentos.

Entretanto, o que se pode depreender do discurso das mães, é que os filhos acabam circunscritos a condições de trabalho muito semelhantes às de seus pais, principalmente ao analisarmos as atividades profissionais que desenvolvem. Assim como seus pais, esses jovens também encontram um mercado de trabalho injusto e exigente, em que se lhes apresentam as possibilidades do trabalho precário e informal, realizando atividades de pouco valor social e baixa remuneração. Novamente, as histórias se repetem...

## **Concluindo a dissertação**

Um resumo conclusivo que de alguma forma encerre este trabalho amarrando os “fios soltos” ou oferecendo respostas às questões levantadas nos pareceu pretensioso. Em cada capítulo foram apresentadas considerações conclusivas, não é intenção aqui retomar estas conclusões numa tentativa de apresentar uma síntese. Mas, é possível apresentar

algumas considerações provisórias ainda que conclusivas. A pesquisa analisou as vivências de mulheres e homens em situações de emprego e de trabalho, a construção de estratégias profissionais e de sobrevivência, as relações entre as esferas públicas (profissionais) e privada (a vida pessoal e familiar) a partir de dois recortes teóricos e metodológicos: as relações de gênero e a noção de configuração. No processo e na conclusão desta pesquisa várias outras questões se colocaram que poderão ser respondidas em outro momento por mim ou por outros pesquisadores. Assim, serão apresentadas algumas constatações e algumas indagações.

Tentamos dar visibilidade às histórias de vida e trajetórias dos entrevistados para dar expressão à forma como eles vivenciam todas essas relações: suas expectativas em relação à qualificação profissional, suas trajetórias de emprego e estratégias de superação do desemprego, os arranjos familiares que permitem ou que inviabilizam a realização de atividade profissional e a divisão sexual do trabalho.

A primeira constatação desta pesquisa é que o trabalho nos parece a questão fundamental, cuja centralidade precisa continuar sendo objeto de pesquisas no campo das ciências sociais, e particularmente na sociologia, por sua influência decisiva em praticamente todos os outros campos da experiência humana.

Na pesquisa analisamos sua relação com a família e a qualificação profissional, entendendo esta como *configuração*. A segunda constatação é de que essas relações, todavia, se dão de incontáveis formas, que se diferenciam entre si a partir de pequenas (por vezes invisíveis) mudanças em cada um dos elementos que compõem a configuração. Foi possível conhecer e apresentar apenas algumas das configurações possíveis, a partir dos depoimentos dos homens e mulheres, que vivem na metrópole, transitam por ela, constroem suas vidas e trajetórias a partir de seus trabalhos, com dificuldade.

A terceira constatação da pesquisa é de que as condições da família, ou melhor, situações concretas através das quais a instituição familiar se atualiza em toda a sociedade, são também situações inerentes à condição de classe social. Por isso, situações como o investimento dos pais na educação dos filhos, por exemplo, pensado como um projeto familiar, configura a família como imprescindível para os indivíduos e entidade fundamental na mobilização de estratégias para a sobrevivência da classe.

A quarta constatação é de que a qualificação profissional apresenta limitações e possibilidades (alcances). Há um discurso hegemônico que aponta a qualificação como solução quase milagrosa para o problema do emprego no Brasil, e pudemos demonstrar como a questão do trabalho é muito mais complexa, permeada por diversas outras relações e tensões, tanto de gênero, quanto de classe, por exemplo, que nos levam a crer que mudanças mais profundas na sociedade seriam necessárias para que se pudesse começar um processo que afetasse as dinâmicas do emprego informal e da precarização do trabalho. O que se observou é que a progressiva deterioração das relações de trabalho, a perda de direitos, a precarização e aumento da vulnerabilidade produzem grandes prejuízos para a classe trabalhadora, o que indica que muito dificilmente a situação poderia ser contornada por uma única solução, e nada nos leva a crer que esta seja a qualificação profissional.

O trabalho doméstico vem sendo alvo de intensos debates e discussões, inclusive por parte do poder público, com recentes mobilizações em torno da regulamentação da profissão. Inegavelmente isso representa um avanço na luta pela visibilidade das trabalhadoras domésticas e seu acesso aos direitos sociais que já são garantidos a outros trabalhadores. Entretanto, considerando-se o caráter precário e informal deste trabalho, principalmente quando se trata do trabalho “por dia”, será que esta regulamentação vai contribuir para que mais mulheres saiam da informalidade? Ou será que, diante da legislação, as famílias deixaram de demandar esse serviço e novos arranjos familiares serão implementados?

Outra constatação da pesquisa é que para as mulheres das classes sociais desfavorecidas, observou-se que há muito poucas opções de trabalho, se é que se pode utilizar o termo “opções”. O aumento do emprego informal e precário penaliza sobretudo as mulheres, que já eram maioria entre os trabalhadores nessas condições. Some-se a essa situação de vulnerabilidade profissional os arranjos familiares tradicionais que outorgam a elas o espaço do lar e a responsabilidade por todo o trabalho doméstico, e temos uma realidade que parece permanente ao longo do tempo.

Mudanças institucionais e políticas públicas podem ajudar as mulheres trabalhadoras a conseguirem mais espaço para os arranjos familiares que são necessários para que elas possam trabalhar e obter um mínimo de autonomia. Entretanto, conforme

pudemos observar na pesquisa, o trabalho que se lhes apresenta é precário, informal, vulnerável e nem sempre vantajoso.

Além disso, a partir do casamento, o papel de “mãe de família” coloca essas mulheres em uma posição específica na divisão sexual do trabalho, que é a responsabilidade sobre o lar e sobre o cuidado com os filhos. As próprias mulheres enxergam este como seu papel natural, e a partir de então, os filhos e a família tornam-se suas prioridades, relegando seus próprios sonhos e projetos para o segundo plano.

## Referências Bibliográficas

ALVIM, M. R.; VALLADARES, L.P. Infância e Sociedade no Brasil: uma Análise da Literatura. In: VALLADARES, L.P. (coord.) Relatório de pesquisa *A Infância Pobre no Brasil: uma análise da literatura, da ação e das estatísticas*. IUPERJ/FORD. Março, 1988.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da globalização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em: 29/12/2012.

ARAÚJO, A. M.C. Gênero nos estudos do trabalho. In: QUARTIM DE MORAES, M.L. Coleção Encontros *Gênero nas fronteiras do sul*, 2005. p. 85-96.

ARAÚJO, A.M.C.; DURÃES, B. Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: "Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo", Capítulo, ed. 1, Edições SOS CORPO, pp. 31, pp.83-113, 2010.

ARAÚJO, A.M.C. e OLIVEIRA, R. (org.) *Formas de trabalho no capitalismo atual. Condição precária e possibilidades de reinvenção*. São Paulo: Annablume, 2011.

BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BENSAÏD, D. As classes ou sujeito perdido. In: \_\_\_ *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999. P. 141-174.

BILAC, E.D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. A organização familiar em uma cidade paulista*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de campo e habitus. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

\_\_\_\_\_. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n.2/3, jun,1976, p. 88-104.

BRUSCHINI, M. C. "A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo". In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, julho de 2000, p. 67-104. Versão condensada do *paper* "A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as 'novas' ocupações", apresentado no GT Trabalho e Sociedade, XXIII Congresso da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1999 e no IX Congresso Brasileiro de Sociologia da SBS, Porto Alegre, ago.-set. De 1999.

\_\_\_\_\_. "Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95)". In: ROCHA, M. I. B. (org.) – *Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios*. Campinas, ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 13-58; Campinas: ABEP, NEPO/

UNICAMP e CEDEPLAR/ UFMG. São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. “Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos”. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Texto preparado para apresentação no Seminário Internacional Gênero e Trabalho, na Fundação Carlos Chagas, realizado no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), de 2 a 12 de abril de 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, jun/2000. p.152 – 174.

CASTEL, R. A sociedade salarial. In: \_\_\_\_ *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DEMAZIÈRE, D. Introdução: uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego. In: GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H. (orgs.) *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Ed. Senac, 2006.

DOWBOR, L. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Ed. Senac, 2002.

ELIAS, N. *Escritos e Ensaios 1. Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2011.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FAUSTO NETO, A.M.Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Antropologia Social da Universidade de Brasília. 1978.

FERRETTI, C. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol.25, nº87, p.401-422, maio/ago. 2004.

FERRETTI, C. *et al.* (org.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

FUNDAÇÃO SEADE. *Boletim Mulher & Trabalho* n.21. Trabalho e Desigualdades de Gênero na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: 2010.

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H. (orgs.) *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo, Ed. Senac, 2006.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, C. et al. (org.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

HIRATA, H. et al.(orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.32. São Paulo: Cebrap, set./dez. 2007.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HIRATA, H.; SEGNINI, L. (orgs.) *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, N. et al. *Trabalhos flexíveis, empregos precários?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTTCHEVSKY, A. et. al. (org.) *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão do trabalho. In: LOPES, M.; MEYER, D.; WALDOW, V. (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, P.; PICOT, G.; LADA, E. Ofício, profissão, bico. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

LAHIRE, B. *Retratos Sociológicos. Disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

MANFREDI, S. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARUANI, M. Emprego. In: HIRATA, H. et al. (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo II. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1996.

MÉSZAROS, I. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, A., SCHALCH, L.; CASTRO LIMA, M.H. Procedimentos metodológicos na construção de uma nova política pública de qualificação profissional básica no Estado de São Paulo. Artigo apresentado no II Congresso CONSAD de Gestão Pública. Painele 18: *O novo desenho da política pública de qualificação profissional no estado de São Paulo*.

PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.; CICHELLI, V. (orgs.) *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

PERETZ, H. *Métodos em Sociologia: observação*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

QUEIROZ, M.I.P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1991.

RAMOS, M. N. *A Pedagogia das Competências. Autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2006.

ROGERAT, C. Desemprego. In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. et al. (org.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

SEGNINI, L.R.P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *São Paulo em Perspectiva*, Jun 2000, vol.14, n<sup>o</sup>.2, p.72-81.

\_\_\_\_\_. Vivências heterogêneas do trabalho precário: homens e mulheres, profissionais da música e da dança, Paris e São Paulo. In: GUIMARÃES, N. [et al.] *Trabalhos flexíveis, empregos precários?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, A. N. Fronteiras entre duas esferas de atividades sociais: a educação e o trabalho. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.33, n.118, p-81-95, jan-mar. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 06/01/2013.

SOUZA, A. N. *Sou professor, sim senhor*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SPINDEL, C. *Espaços de socialização e exploração do menor assalariado: família, escola e empresa*. São Paulo: IDESP, 1986.

TANGUY, L. De la evaluación de los puestos de trabajo a la de las cualidades de los trabajadores. Definiciones y usos de la noción de competencias. In: NEFFA, J.C E DE LA GARZA TOLEDO, E. (comp). *El trabajo del futuro. El futuro del trabajo*. Buenos Aires, Flacso, 2001.

\_\_\_\_\_. Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal? *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 67, Agosto/1999.

TARTUCE, G. *O que há de novo no debate da 'qualificação do trabalho'? Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Fevereiro de 2002.

TARTUCE, G.L.B.P. Competência(s): a construção e a disputa de um conceito. *Revista Plural de Sociologia*, USP. São Paulo, 6: 173-178, 1º sem. 1999.

TFOUNI, L. V.; ROMANELLI, G.; ALVARES, A.M.; GARCIA, R.M.S. *Afinal, para que serve a escola? Representação feita por adultos alfabetizados e analfabetos*. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000100004&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100004&lang=pt) acesso em 29/12/2012.

THERBORN, G. *Sexo e poder. A família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

TORRES, A. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (orgs.) *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.